



MINISTÉRIO DA FAZENDA

CICLO DA MINERAÇÃO

Rio de Janeiro
MUSEU DA FAZENDA FEDERAL
1984

MINISTRO DA FAZENDA

Ernane Galvéas

SECRETÁRIO-GERAL

Mailson Ferreira da Nóbrega

DELEGADO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO

Domingos Marques Grello



Ministério da Fazenda
Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro
Divisão de Administração
Setor de Documentação
Museu da Fazenda Federal

CICLO DA MINERAÇÃO

981.03
B823
C2

Rio de Janeiro — RJ
1984

238 26/04/85

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Palácio da Fazenda
Av. Pres. Antonio Carlos, 375
20 020 — Rio de Janeiro, RJ

Impresso no Brasil

Referência bibliográfica:

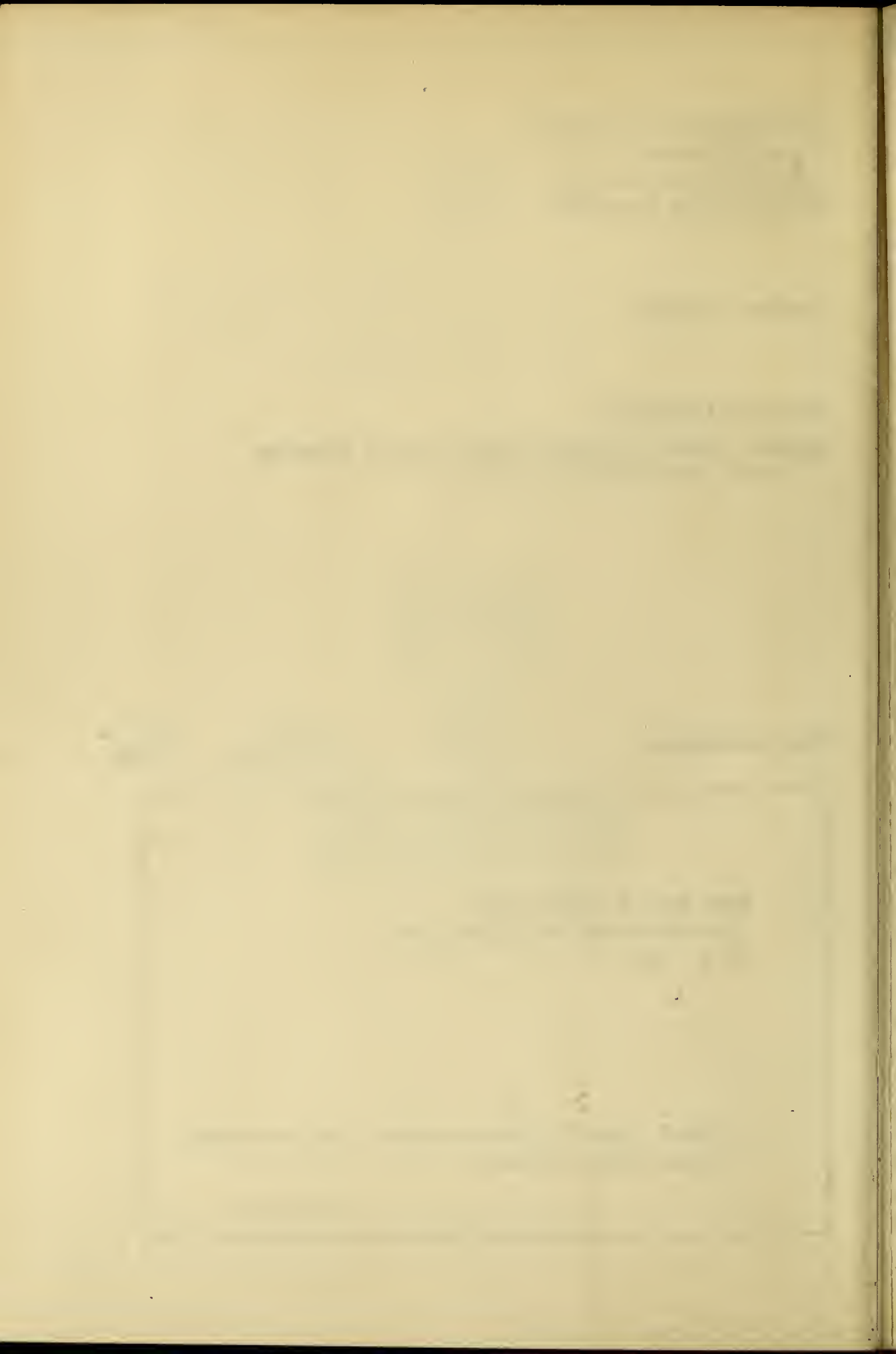
BRASIL. Museu da Fazenda Federal. *Ciclo da Mineração*,
Rio de Janeiro, 1984. 96 p. ilustr.

Ficha catalográfica:

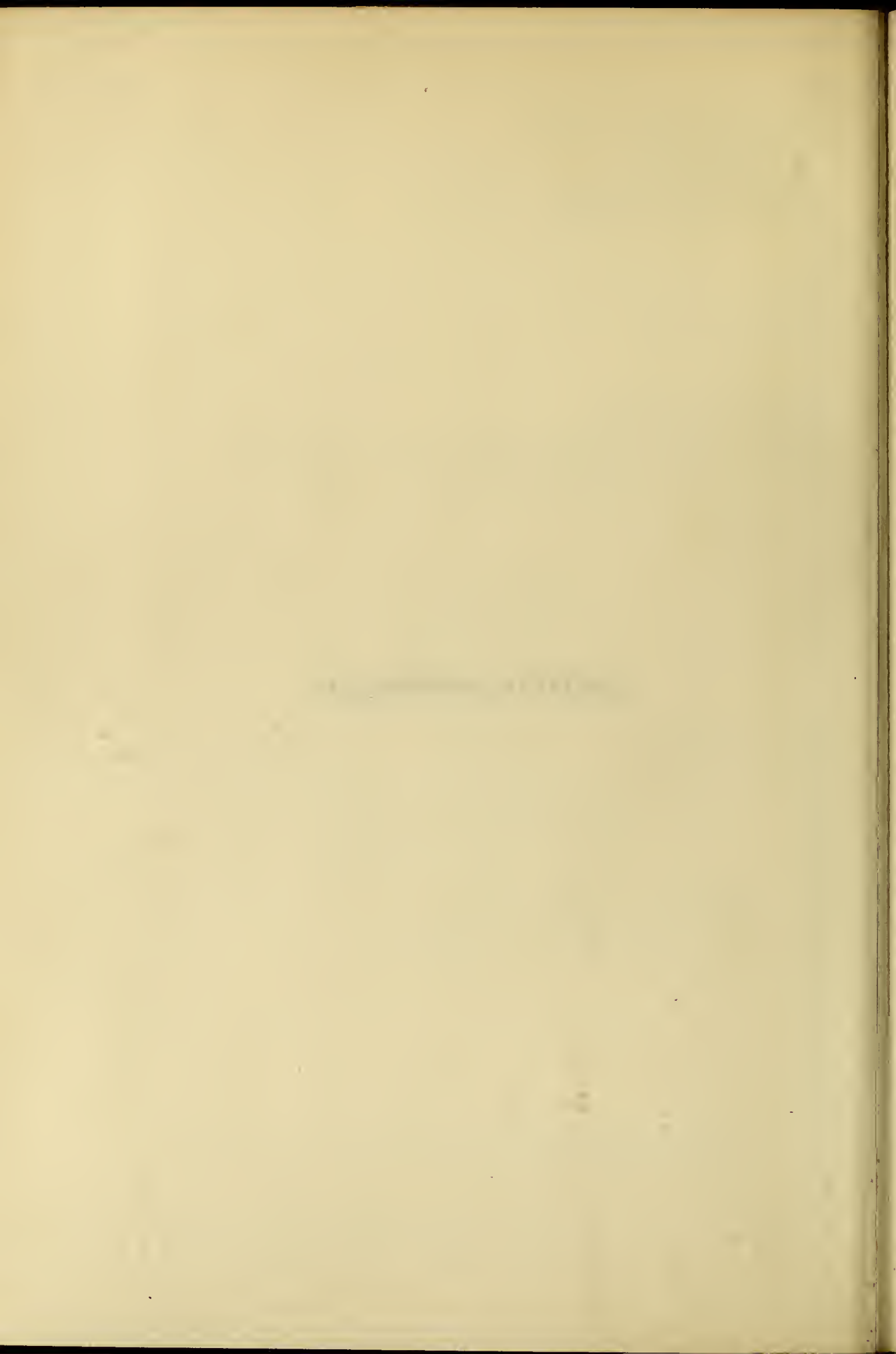
Brasil. Museu da Fazenda Federal.
Ciclo da mineração. Rio de Janeiro, 1984.
96 p. ilustr.

1. Brasil — História — Ciclo da mineração. 2. Ciclo da mineração —
— Legislação — Brasil. I. Título.

CDD 981.03



CICLO DA MINERAÇÃO



SUMÁRIO

	PÁG.
Apresentação	10
Mineração no Brasil	11
1 — OURO	11
1.1 — Descobertas Brasileiras	11
1.2 — Processos de extração	14
1.3 — Instrumentos utilizados no processo de extração	18
1.4 — O trabalho escravo	19
1.5 — Administração fiscal	25
1.6 — Caminhos, Descaminhos, Contrabando	35
1.7 — Casas de Fundição	40
1.8 — Preços e qualidades de produção	43
1.9 — Valores produzidos	47
1.10 — Produção do ouro no Brasil (exportação)	48
1.11 — Influência histórica	49
1.12 — Influência cultural e desenvolvimento sócio-econômico	52
1.13 — Importância do ouro na evolução econômica da Inglaterra	61
1.14 — O Declínio da mineração como relata Roberto Simonsen	63
2 — DIAMANTES	67
2.1 — História	67
2.2 — Diversos tipos de diamantes	68

2.3 — O século dos diamantes brasileiros	69
2.4 — A produção do Brasil e as conseqüências no mundo	78
2.5 — Dados estatísticos — 1728/1947	81
Pequeno levantamento do séc. XVI ao XX da legislação sobre a mineração no Brasil	87
Ilustrações:	
— Lavagem do ouro junto ao Morro do Itacolomi, MG (Rugendas)	27
— Lavagem dos Diamantes em Curralinho, MG (Von Meier)	85
Bibliografia	94

APRESENTAÇÃO

Graças à gentileza dos dirigentes do Museu da Fazenda Federal tive a oportunidade de acompanhar, por quase um decênio, as atividades desse organismo do Ministério da Fazenda. Atividades, pois não se trata de um simples museu — um acervo de objetos do passado — mas de um verdadeiro centro cultural que se manifesta pela divulgação de obras ou organização de exposições. Desta vez, o Museu oferece ao público um estudo de história econômica, sobre o *Ciclo da Mineração*.

É um trabalho didático que, em forma concisa e com espírito objetivo, oferece aos estudiosos uma visão abrangente de um período típico do Brasil colonial. Embora, a meu ver, não se deva superestimar o papel econômico do ciclo da mineração, visto que ele não conseguiu impedir a tendência secular descendente da economia, o ciclo proporcionou experiências interessantes, tais como a inflação galopante na região mineira e seus reflexos nas demais regiões, a expansão, talvez temporária, do mercado interno, o surto da urbanização — este também eventualmente passageiro, a conquista econômica de novas áreas, o extraordinário e talvez exagerado crescimento populacional. Além das conseqüências políticas, administrativas e culturais — talvez de maior relevância do que as econômicas.

Sei que alguns dos pontos acima indicados — e que o livro aborda — são controvertidos. O livro, de caráter didático — como já disse — não pretende sanar as controvérsias, mas apresenta uma apanhado completo e bem ordenado dos fatos históricos.

Por estas razões, acho que o livro *Ciclo da Mineração* constitui uma boa contribuição para o conhecimento do passado. E o Museu da Fazenda Federal merece, mais uma vez, elogios pelo seu trabalho sério e constante em prol da cultura nacional.



novembro de 1984

Mircea Buescu

MINERAÇÃO NO BRASIL

1 – OURO

1.1 – *Descobertas Brasileiras*

Alguns historiadores — e não todos — entendem que a exploração do ouro no Brasil iniciou-se na Capitania de São Vicente. O ouro de *lavagem* (ou de aluvião) foi aí descoberto em 1597, por Afonso Sardinha e o filho, do mesmo nome, nas serras de Jaguamimbaba e de Jaguará, perto da Vila de São Paulo e no interior. Quantidade mínima e efêmera, passou-se um século daí por diante até começar o ciclo do ouro de beta que seria em terras do atual estado de Minas Gerais. No séc. XVIII, em alguns pontos do atual Estado de São Paulo encontrou-se o precioso metal.

Sendo realmente contraditórios os depoimentos relativos ao primeiro descobrimento de ouro no Brasil, notamos aqui o que afirma o conhecido historiador Hélio Viana: "... é mais aceito ter sido Antônio Rodrigues Arzão o que encontrou ouro, antes que todos, em 1693, à frente de uma bandeira, em ponto indeterminado, na atual região das Minas Gerais. E levou o precioso minério ao Governador Castro Caldas, no Rio de Janeiro. Outro depoimento a ser respeitado é do Mestre-de-Campo José Rebelo Perdigão, atribuindo a Duarte Lopes — participante da bandeira de Fernão Dias Pais — o primeiro a encontrar ouro, o que aconteceu na região da atual Mariana (1694). Pedro Taques, entretanto, considera descobridor Carlos Silveira e Bartolomeu Bueno Sequeira, fato este que teria chegado ao conhecimento do Rei D. Pedro II (1694), através do Governador Caldas (Castro Caldas). Outra versão nos dá o famoso jesuíta e cronista João Antonio Andreoni — que é o mesmo André João Antonil —, em 1711: "o descobridor inicial foi um mulato de Taubaté", o achado ter-se-ia dado próximo a Ouro Preto".

Rapidamente se propagou a notícia do achado! Foi extraordinária a afluência de mineradores à região de Minas Gerais, vindos de São Vicente e do Rio de Janeiro. Transpunham muitos rios da bacia platina (o das Mortes e seus formadores) em vez de procurarem o Paraopeba e das Velhas, como havia feito Fernão Dias Pais. Passaram por serras

da região de Ouro Preto, atingindo rios que descem para a bacia do Rio Doce, nos quais valiosas minas de ouro foram revelados nos últimos anos do século XVII como nos primeiros do seguinte.

Muitos descobrimentos nas zonas dos Rios das Mortes e das Velhas, em Mariana, São João D'El-Rei, São José D'El-Rei (Tiradentes, hoje). Nos primeiros decênios do séc. XVIII alargou-se a região aurífera das Gerais, que em direção ao norte atingiu o Serro do Frio e a Bacia do Jequitinhonha, no Arraial do Tijuco (hoje Diamantina) e para Noroeste as minas de Pitangui e Paracatu, também de Pernambuco e da Bahia chegava muita gente às minas, além do Rio de Janeiro e São Paulo.

A afluência de candidatos à mineração causou grande escassês e carestia de mantimentos, chegando haver fome e morte por inanição.

É muito difícil tratar-se da mineração, como aconteceu no Brasil, sem retratar uma série de episódios pátrios importantíssimos — como o gado, as monções, os bandeirantes... as cidades, etc. Neste capítulo aqui não podemos deixar para depois o significado das bandeiras.

Roberto Simonsen, em sua famosa História Econômica do Brasil, entende que a Coroa Portuguesa, de modo eficaz, estimulou os descobrimentos das minas. Ainda no final do séc. XVII, D. Pedro enviou cartas a vários bandeirantes paulistas concitando-os às descobertas. A grande bandeira de Fernão Dias Pais, o governador das esmeraldas, que cruzou regiões mineiras por mais de seis anos, teve origem no apelo régio. Fernão Dias, o filho Garcia Rodrigues, o genro Manoel Borba Gato, Matias Cardoso de Almeida dirigiram a famosa bandeira que estabeleceu contato com o período de pesquisas de ouro e muitas outras figuras legendárias na história das bandeiras paulistas.

A essa bandeira de Fernão Dias parece ter cabido *um papel fixador*, por excelência, da atenção dos demais desbravadores para a região em que se foi encontrar o ouro aluvional em grandes massas.

A história oficial de Minas começa com Fernão Dias Pais — 1.^a autoridade a ser investida com poderes sobre o território mineiro. Sua notável Bandeira são 7 anos de epopéia (1674-1681).

As primeiras jazidas auríferas realmente importantes manifestaram-se a partir de 1699; mês após novos depósitos se foram descobrindo, da riqueza fabulosa, sempre em Minas. Agora o Governador já é Artur de Menezes, que vai às Minas, em 1700 e perdoa Borba Gato, acusado de ter contribuído para o assassinato do Governador anterior. Mas o número de pessoas de Piratininga não era suficiente para ocupar todas as minas; deu-se a invasão dos forasteiros e os paulistas, não obstante todo o seu passado de sacrifício, a serviço dos descobrimentos de metais preciosos, passaram a constituir uma minoria na região das Minas Gerais.

Repetindo: a descoberta de qualquer mina quase sempre é feita por um paulista. As minas chamadas GERAIS são as mais próximas da cidade do Rio de Janeiro, distância de 450 km aproximadamente.

Sob o governo da capitania das Minas Gerais, compreende-se as últimas, além do ouro que se retira delas, produz também *todos os diamantes do Brasil, encontrados em fundo de rio*.

Após as minas “próximas”, as gerais, trataremos das mais distantes ao entreposto escoadouro do Rio de Janeiro: Mato Grosso, Goiás e Bahia.

Continuamos com os documentos de Roberto Simonsen:

Em 1719, Pascoal Moreira Cabral e outros descobrem ouro nas *jazidas* do Caxipó Mirim, MT, que ainda faz parte da Capitania de São Paulo, cujo governador, o Conde de Assumar, toma conhecimento. Em 1720 já se exploram as jazidas do Caxipó, São Lourenço e Cuiabá. 1721 — Miguel Sutil descobre novas e *ricas jazidas* próximo a Cuiabá. Dois anos após chegam a S. Paulo os 1.^o quintos de ouro arrecadados em Mato Grosso.

As minas de Cuiabá deram centenas de arrobas de ouro, mas já em 1732 estavam quase esgotadas.

Desde 1734 Fernando Pais de Barros e seu irmão Artur Pais, ambos de Sorocaba, descobriram as *lavras* da Serra de Mato Grosso, em São Francisco Xavier, Santana e outros lugares. 1737 — cascalhos e arcias do rio Guaporé, fornecem ouro. 1738 — encontram-se ouro no rio Carambicuá e as minas de S. José dos Cocais.

Goiás

No volume único da História Econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, edição de 1957, está inserto interessantíssimo e elucidativo mapa do Brasil, que tem mais precisamente o nome de CARTA PLANIMÉTRICA, solicitada pelo autor ao Coronel Jaguaribe de Mattos. Esta carta nos mostra, com auxílio de legendas, entre outros dados, as REGIÕES AURÍFERAS: Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, principalmente e, em menores escalas, jazidas ou aluviões em: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Amapá, Roraima, Rondônia. Esclarecendo: nestes últimos estados (exceto Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Bahia), o produto da mineração foi mínimo e o trabalho efêmero.

O mapa nos apresenta, com relação a Goiás e Mato Grosso (unidades atuais), uma seqüência de jazidas e rios de ouro; um só bloco territorial aurífero, somando território de Goiás e de Mato Grosso.

Aí, os lugares explorados, em *tamanho*, são aproximadamente o triplo da extensão das Gerais.

Entre algumas bandeiras dirigidas a Goiás a mais conhecida é a de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhangüera ou “Diabo Velho”, em 1682, acompanhado do filho, de 12 anos. Voltou com notícias sobre existência de ouro.

Quarenta anos depois, o filho, Anhangüera segundo, parte de São Paulo chefiando uma bandeira. Incluía-se nesta: 2 beneditinos, 1 franciscano, 20 indígenas cedidos pelo Governador, para transportar cargas, 39 cavalos, 152 armas, mantimentos. Um militar português, acompa-

nhava-a. Assim, verifica-se essa bandeira *não era* estritamente de iniciativa particular. Depois de procurar, por três anos, acabou encontrando ouro no Sítio dos Ferreiro e no Ribeirão das Cabrinhas, próximo da cidade de Goiás (atual).

Anhangüera, de regresso, dando a notícia do ouro, desperta grande entusiasmo e foi nomeado Capitão-Mor Regente das Minas de Goiás. Em 1726 parte para Goiás, a fim de explorar e descobrir outras minas, em vários pontos de Goiás, inclusive próximo aos rios Araguaia e Tocantins. Lavras importantes de Goiás: Anicuns, Araés, Água Quente, Bonfim, Cocal, Pilar, Ouro Fino.

Bahia

Em fins séc. XVII a descoberta do ouro em Minas Gerais fez com que em outras partes da Colônia se procurasse o metal. Assim, em 1701, o Governador-Geral manda investigar, a respeito. Pouco resultado, em Jacobina. Também na região do Rio das Contas, em 1719, outro paulista explora, com sucesso, diversas minas.

1.2 — *Processos de Extração*

Insistindo no que afirmam outros estudiosos, Roberto Simonsen, em sua *História Econômica do Brasil*, diz: “A mineração do ouro no Brasil colonial teve um aspecto acentuadamente aventureiro, quer pelo caráter das ocorrências e a sua localização, quer pela natureza dos seus exploradores e dificuldades da época”. Entre os fatos negativos, prossegue o autor, os mineradores, na ânsia de descobrir veias — de onde provinham os maiores depósitos aluvionais, praticaram grandes queimas, devastadoras de extensas zonas de mato. Este fato, ligado à não existência de uma organização de retaguarda, contribuiu demais para os sérios problemas de fome entre os sacrificados mineradores.

O processo do aparecimento do ouro aluvional é o seguinte: no fraturamento e desgaste, pelas intempéries, dos terrenos mineralizados, vão-se formando cascalhos que, rolados pelas águas, formam as areias mineralizadas. No carregamento, pelas enxurradas, dessas areias, vão-se depositando na parte inferior as partículas mais pesadas, transportadas pelas águas as mais leves. Nos vales dos rios, cujas areias se revelaram auríferas, deparavam-se com freqüência em “caldeirões” os mais ricos cascalhos e depósitos auríferos; nos tabuleiros, nas margens das águas correntes e depósitos primitivos do mesmo curso d’água, encontravam-se camadas de cascalhos auríferos cobertas por depósitos de estêres (ouro aluvional). Não era de estranhar, portanto, que muitas bandeiras passassem sobre locais que mais tarde se mostraram fortemente auríferos, sem disso aperceberem. A busca desses metais demandava tempo, conhecimentos e aparelhamento, e as bandeiras, de gente de poucos recursos, como eram os paulistas, não poderiam trocar o certo, que era a caça ao íncola, pela incerteza das pesquisas auríferas.

Estudos sobre os métodos de mineração empregados nas Gerais mostram alguns dos motivos causadores de embaraço, desassossego e agitação nas Minas: o empobrecimento das aluviões, faisqueiras e catas; as deman-

das intermináveis resultantes de quesílias entre titulares de datas; a paralização de serviços pela morte dos donos; os desentendimentos entre os herdeiros, ou seja, incapacidade de manter as lavras em atividade, preferindo vê-las paralizadas ao arrendamento; as questões judiciais suscitadas por abusos ou pela incompetência dos guardas-mores. Mostram ainda as vantagens e falhas dos métodos e as causas dos empecilhos que perturbaram a eficiência dos trabalhos na segunda metade do século XVIII.

São particularmente valiosos os trabalhos elaborados pelo Des. João Teixeira Coelho, Eschwege, Paul Ferran e Calógeras.

A mineração foi atividade econômica essencial e absorvente durante os primeiros anos do século XVIII, embora continuasse como ocupação principal ou acessória de muitos habitantes da Capitania ainda por quase meio século.

Eschwege crê que, no princípio do rush, os mineradores apenas cataram com as mãos as pepitas que em grande abundância ocorriam de mistura com os seixos e a areia das correntes, materiais estes que eram retirados do leito e jogados junto às margens para maior facilidade da cata.

Em certas regiões, como na zona de Vila Rica e Ribeirão do Carmo, a exploração era dificultada durante grande parte do ano pela baixa temperatura de água, que enregelava os batedores trabalhando dentro dela. Isto limitava a jornada de trabalho a poucas horas úteis.

Além disto, o período chuvoso interrompia também anualmente os trabalhos, não só por causa da chuva, como pelo volume torrencial das águas que córregos, ribeirões e rios escoavam.

A bateia de madeira, logo introduzida e imediatamente adotada pela generalidade, foi um aperfeiçoamento importante. Com algumas modificações rápidas e sucessivamente executada, o instrumento adquiriu a forma que ainda hoje conserva. Pode ser observado em áreas de garimpo e nas remanescentes de mineração.

Este instrumento se assemelha a uma gamela circular com cerca de 60 cm de diâmetro. Apresenta a forma de um cone cujo vértice, pela parte interna, é o fundo da bateia. A altura total é de mais ou menos 15 cm e a espessura da madeira chega a 2 cm.

Com a bateia, uma quantidade muito maior de material pode ser pesquisada de cada vez, aumentando o rendimento do trabalho consideravelmente.

A água que o batedor põe na bateia e o movimento circular que imprime a esta, fazem os grãos mais pesados descenderem para o fundo do cone, enquanto o bateador vai de tempos em tempos removendo o material inerte.

Quando só resta areia no fundo, ele joga pequenas quantidades de água sobre ela, inclinando levemente a bateia e só de vez em quando oscilando-a circularmente. Retirada toda a areia, o bateador, com a maior facilidade, verifica se a bateada pintou, isto é, se existem grãos de ouro no fundo do cone.

Eschwege considera a forma de nossas bateias mais racional que as européias. Admite que as utilizadas aqui possam ter sido introduzidas pelos africanos e aperfeiçoadas entre nós, pelo maior diâmetro e reduzida altura.

A mineração nos cursos d'água se fazia também em canoas — pequenas valas de 1 a 1,5 m de comprimento, por 55 a 65 cm de largura e uma profundidade de 10 a 45 cm., cavadas à beira d'água. Se o terreno fosse frouxo, era necessário as paredes com esteios de pau e capim.

Em seguida a *canoa* vinha a *bica*, vala de 1 a 1,8 m com o fundo em rampa. Na *bica* se punham couros de boi (lado do pelo para cima e arrepiando com a corrente).

O bateador, armado de almocafre e enxada, soltava e puxava cascalho e areia para dentro da canoa, remexendo-os. A água corrente, carregando-os, levava os grãos de ouro para o fundo, por serem os mais pesados, ficando captados nos pelos do couro, enquanto a areia, mais leve, seguia com a água.

A parte retida na própria *canoa* era retirada de tempos a tempos para ser bateada a mão. Os couros das *bicas* eram então removidos, batidos e lavados cuidadosamente em tanques fechados.

O sistema de canoas e mesas de lavagem, variando nas dimensões, recebia nomes diversos segundo os aperfeiçoamentos que se introduziam, dependentes da capacidade financeira do minerador.

As canoas de maior porte eram revestidas de tábuas e nelas cabiam vários trabalhadores.

A combinação de canoas e bicas variava também com a natureza do minério a tratar e a quantidade de água disponível, podendo um conjunto compreender na meia encosta uma cadeia descendente de unidades operativas.

Se a água era escassa, grandes tanques e cisternas armazenavam a água disponível e a água de chuva para as horas de trabalho.

Para tratar o minério proveniente do desmonte de morros, em talho aberto ou em galerias, as dimensões das canoas cresciam, assumindo proporções de tanques revestidos de pedra, chamando-se *mundéus*. Eram estes situados de tal maneira que o canal adutor d'água, às vezes longo de vários quilômetros, era provido de tomadas sucessivas de modo a servir a vários simultaneamente. As tomadas eram dispostas em direção ortogonal ao curso do canal.

Sendo os *mundéus* igualmente ligados às mesas de lavagem ou bicas, o sistema essencial era o mesmo das canoas.

Quando a rocha friável não se apresentava suficientemente solta, era quebrada e moída em pilões manuais comuns. A rocha compacta exigia pilões manuais de ferro. Eram raros os pilões movidos mecanicamente através de dispositivos hidráulicos.

No apogeu das explorações os trabalhos estavam assim classificados: as lavras de aluvião e as lavras das camadas e dos viveiros auríferos.

Lavras de aluvião: compreendia os serviços dos *veios*, o dos *taboleiros* e os de *grupiarias*. Lavras das camadas e dos viveiros auríferos: constava dos serviços no fundo dos vales, ou das encostas e dos serviços subterrâneos.

Os veios eram as constitutivas do próprio leito menor dos córregos; os taboleiros eram as aluviões que ocupavam o seu leito maior, com as margens propriamente ditas.

O serviço das grupiarias, a meia encosta, era semelhante ao serviço dos tabuleiros: era também aproveitada a força viva das águas correntes para o desmonte e o enriquecimento dos depósitos. Para este fim traziam de pontos longínquos canais de derivação, a fim de chegarem com queda suficiente ao alto da grupiara, donde as águas desciam sobre a formação pela linha de maior declive, ao longo da qual os escravos já tinham aberto um rego com as suas cavadeiras. O líquido, aberta então a comporta, caía impetuosamente sobre o material mobilizado pelos instrumentos de trabalho e arrastava as terras até o fundo do vale, onde os detritos eram recebidos em canal largo, de dois metros, com barragens. O lodo aurífero ia acumulando-se neste canal, enquanto as águas turvas iam para o vale.

O ataque direto nas rochas auríferas pelos mineiros só se fez quando as aluviões escassearam. Nas rochas, quando as camadas estéries a remover começavam a avultar demais, ou quando as rochas não apresentavam mais alterações profundas que as tornassem friáveis, ou mesmo quando sua natureza se revelou mais compacta, foi necessário revolucionarem-se os antigos processos à procura de outros.

Caso dos mais simples era a camada de *itabiritos auríferos*, ou de *chapéus de veeiros de quartzo*, profundamente decomposto, aflorando no fundo dos vales. O material a tratar era poder e prestava-se à remoção com os instrumentos primitivos de que dispunham: abriam-se *catas*, que iam encontrar argilas mais ou menos carregadas de óxido de ferro, com alta porcentagem de metal precioso, levadas em carumbés, na cabeça dos escravos, até o local da apuração. Eram freqüentes os chapéus de viveiros riquíssimos. São célebres as jazidas de bugres, de Antônio Pereira, próximo a Ouro Preto.

Freqüentemente ocorria casos de desmoranamentos, quando morriam escravos e feitores.

Quando as rochas auríferas, veeiros decompostos em sua parte superior ou camadas de itabiritos, afloravam a meia encosta dos morros, aplicavam-se métodos similares aos adotados nas grupiarias. Para aumentar a ação da água sobre as rochas, costumavam estancá-las e, abrindo o registro, repentinamente, esta provocava um choque violento sobre as jazidas. Método eficaz mas muito perigoso.

Os trabalhos subterrâneos, por meio de escavações, seguindo a inclinação do veeiro, em pequenas galerias de esgotamento outras para extrair o minério, muito curtas todas, e traçadas sem nexos. Obstáculos aos trabalhos subterrâneos: explosivos custavam muito caro; poucos os conhecimentos práticos para lutar contra má qualidade das rochas encaixantes,

provocadoras de esboroamentos perigosos; iluminação rudimentar nas galerias e salões mal arejados; comuns os casos de asfixia, precário o escoamento das águas nas galerias.

Já no fim do século XVIII, os mineiros tinham descoberto que o ímã natural, o óxido magnético de ferro, atraía as partículas de oligisto existentes no meio do ouro e serviam-se dele para purgar o pó precioso. Mas esta operação só se fazia após a passagem das areias ricas pela bateia, como última manobra purificadora antes do tratamento químico das casas de fundição. Mais tarde, evoluíam-se para a técnica do uso do mercúrio para reter todo o metal das areias.

Resumindo: os mineiros dos tempos coloniais exploravam as *aluviões* (dentro ou fora dos rios), as *rochas friáveis* auríferas e, raramente as *rochas duras* (desde que fosse visível a existência do ouro). Para estas últimas fazia-se o trituramento e o esmagamento prévio, antes de se proceder ao tratamento hidráulico. De início a bateia era usada também para explorar areias, diretamente; depois, com o processo hidráulico, a bateia estava sempre presente na parte final da coleta do ouro — em resíduos mais ricos.

1.3 — Instrumentos utilizados no processo de extração

Conforme descreve Roberto Simonsen, o ouro do solo brasileiro estava em sertões afastados e inabitados, numa época em que a população da colônia — excetuando os indígenas — talvez fosse inferior a 300.000 habitantes.

As máquinas, necessárias, só iriam aparecer depois de 1750, na Europa, quando começaria a Revolução Industrial. Também faltavam gente, alimentos, aparelhamento técnico durante os primeiros descobertos. Sendo assim, os meios de extração eram penosos, no leito dos rios ou fora destes.

O primeiro instrumento com que os bandeirantes, lavando areia, puderam encontrar granitos de ouro, foi, talvez o prato de estanho, com o qual cada um fazia as refeições. Logo a seguir a bateia se tornou indispensável para esses exames (Antonil a chamava "gamela"). Somente em 1722 verifica-se o emprego de processos quase aperfeiçoados (para a época) na mineração do ouro.

A primeira autoridade superior a visitar as minas foi o Governador Artur Sá Menezes, que ficou impressionado com a desproporção: enormes jazidas e os meios rudimentares de que dispunham os faiscadores. Destarte, nesse ano de 1700, mandou pedir ao rei D. Pedro II o envio de mineradores profissionais (antecedentes na África), e Portugal providenciou para o Brasil quatro mestres na arte de minerar. Com os instrumentos e lições desses práticos melhoraram as condições de trabalho nas minas, em relação ao que estava.

CARUMBÉ: caixa de madeira, em forma de tronco de pirâmide quadrada, com base maior, a superior, aberta. Utilizada pelos escravos no carregamento dos cascalhos auríferos. **BATEIA** e **CARUMBÉ**, bem no começo; logo depois, instrumentos outros: **ROSÁRIOS:** tocados a braços de escravos ou por meio de rodas hidráulicas. Funcionava no processo de secar o canal, quando este era desviado para outro, construído paralelamente. **DRAGA MANUAL** — antepassado direto das dragagens contemporâneas — era composta de um aro de ferro, de bordo alargado e cortante, que penetrava no fundo do rio, seguia pelo trabalhador sobre a canoa em que se fazia o trabalho. Os cascalhos (seixos), cortados e revolvidos pelo bordo do aparelho, seguiam levados pela velocidade da água e entravam num saco de couro, ligado e mantido aberto pelo aro metálico da draga. **CANOA:** geralmente com seis ou sete tripulantes, muito utilizada, inclusive no trabalho da draga manual. Também se denomina “canoa”, com funções e características diferentes, como substituto da bateia, quando as quantidades de cascalhos eram toneladas na apuração, *fosso* ou valas. Estas canoas tornaram-se aparelhos concentradores em grande escala, não desperdiçava o ouro. Eram canoas simples, ou mais complexas, formando uma bateia: canoa de terra nos casos usuais; de pedra, para as instalações permanentes; de tipo maior, construída de madeira, constituindo o bolinete. Estes bolinetes eram canoas em ponto grande, feitos com pranchões, com 1 m de largura na cabeceira e 90 cm na extremidade oposta, com 3 m de comprimento. Em todos os casos o princípio continuava o mesmo: a concentração sob o fluxo d’água. Além da enxada, propriamente, havia o **ALMOCRAFE:** um tipo de enxada estreita ponteaguda, com a folha curvada em ângulo reto. Utilizado pelos escravos, no canal e fora dele, revolvendo as terras. **MUNDÉUS** — caixa de depósito para cascalhos, assim: construíam-se caixas de depósitos, precedidas de longo canal de recepção dos materiais arrastados pelas águas do desmonte, rego de pedra de 2m de largura, argamassa, capas de resistir aos embates dos blocos recebidos (serviços das encostas). **ENGENTO DE PILÕES:** tocava as pedras maiores. Trabalhava a seco, com limitado rendimento; não funcionava debaixo d’gua. Era manual; raros eram movimentados por processo hidráulico. **MOINHO DE PEDRA:** constituído de dois blocos retangulares, grossos e pesados, colocados um sobre o outro, com leve inclinação. Dissolvia os pequenos pedaços duros de minério. **CAVADEIRA**, assim como o almo-crafe, era muito usada no desprendimento do cascalho e na areia de jazida natural. **BICA:** vala de 1 m a 1,80 m, com fundo de rampa. Na bica punham couros de boi, com os pelos para cima, a fim de separar, da areia, os metais. A bica era o prosseguimento e parte final de outra vala — canoa.

1.4 — O Trabalho Escravo

Estudos mais recentes confirmam não serem tantos os africanos no Brasil, até o começo do séc. XVIII. Foi exagero afirmar-se que até então eram “despejados milhões de escravos no Brasil”.

Logo a partir das primeiras descobertas de ouro verificou-se a carência do elemento negro. Governadores de capitanias insistiam em que D. Pedro II enviasse escravos não só para a mineração como para a agricultura, os engenhos. Numa das respostas a isto o rei de Portugal afirmava, em 1701, "serem bastantes 200 negros, para o serviço dos paulistas e dos mineiros; que se contentassem os descobridores, com índios".

Em 1717, a população escrava do território das Gerais, ainda anexo à capitania de São Paulo, era aproximadamente de 27.240 almas e de 33.000, no máximo. Estas cifras são do Termo da Repartição dos Quintos, onde consta:

Número de escravos em 1717

Vila do Carmo	— 10.937
Vila Rica	— 7.708
Vila Real de Sabará	— 5.721
Vila de S. José del Rei	— 2.216
Vila Nova da Rainha	— 4.478
Vila do Príncipe	— 2.091
Vila de São José	— 1.324

Em livros da Delegacia Fiscal da capitania, hoje no Arquivo Público Mineiro, verifica-se, para o ano de 1723, 50.000 escravos na região das Minas Gerais.

Atualmente na Biblioteca Pública Municipal de S. Paulo, o códice de Caetano da Costa Matoso mostra os seguintes números das populações de cor, em Minas, a partir de 1735.

ANO	ESCRAVOS	FORROS
1735	96.541	1.420
1736	98.730	1.384
1737	99.184	1.234
1738	101.607	1.206
1739	96.010	974
1740	94.632	968
1741	94.712	817
1742	94.128	898
1743	94.424	891
1744	91.992	927
1745	95.366	969
1746	93.328	985
1747	89.373	976
1748	89.669	968
1749	88.286	961

Mariana, antiga Vila do Carmo, sempre mais populosa, no período acima. Entre 1735 e 1749, por ano, a população escrava era entre 20.500 e 26.800 pessoas. Para os trabalhadores nas condições de forro (já alfor-

riados), em cada ano do mencionado período os números variavam entre 176 e 260, exceto em 1736, quando havia 757 forros.

O Arquivo Público Mineiro, onde se conservam os dados acima, também oferece a lista dos proprietários do Serro Frio que capitaram seus escravos no ano de 1738. Eram 1788 proprietários de 8.167 escravos, ocorrendo a média menos de 5 para cada senhor. Destes, apenas 13 com mais de 40 escravos. A maioria possuía 2 ou 3.

O número de escravos no Serro correspondia a um terço do que havia em Mariana.

Ainda no Arquivo Público Mineiro, documentos originais mostram os seguintes números para a gente negra — escrava e forra — existente na Capitania:

1776	—	167.000
1786	—	196.498
1805	—	211.923
1808	—	180.872
1821	—	202.135

No conjunto a população de Minas Gerais era a seguinte em 1786 (nos preparativos da Inconfidência):

	LIVRES		CATIVOS	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Branços	35.917	29.747	—	—
Pardos	38.808	41.501	9.879	10.497
Negros	19.441	23.298	106.412	47.347
TOTAL	94.166	94.546	116.291	57.844

No começo da exploração aurífera, até 1715 aproximadamente, os escravos entrados nas minas devem ter sido levados para ali, na sua maioria, das capitanias do Norte, mormente da Bahia. Escravos africanos ou nascidos no Brasil, já existentes na colônia iam para as minas.

Diretamente do Rio, trazidas da África com este objetivo ou já existente na Capitania terão ido também, mas em quantidade bem menor. Pouco efeito surtiram as cartas régias de 1701 e 1703 que se destinavam a obstar o êxodo da gente do norte para as minas. Em 1717, com a extração atingindo aproximadamente 3 toneladas (114 gramas por trabalhador-ano), o número de escravos foi de 33.000. Nesse começo do século XVIII o Rio de Janeiro tinha um pequeno número de cativos. Poucos possuíam seis ou mais escravos. Em 1703 o governador D. Álvaro da Silveira sugeriu ao Rei: "... que dos navios vindos de Angola e outras partes da África, 20% deveriam ser repartidos com os moradores para as suas lavouras... e os mais deixá-los vender livremente para as minas".

D. Rodrigo da Costa, em 1706, na sua carta ao rei diz que, pela falta de escravos e dos excessivos preços para a aquisição destes, os senhores de engenho e lavradores estavam impossibilitados de manter as culturas e conservar os currais. O desvio e venda do cativo era enorme para as minas. Cada escravo passou a custar o dobro e até o triplo do preço.

A situação do porto do Rio de Janeiro só se altera quando a economia colonial, sob a influência da mineração, desloca-se do norte para o sul. Sobrepuja então o Recife e posteriormente a Bahia. A partir de 1715, já é do Rio que saem por ano 2.240 escravos para as minas: 13.435, entre 1715 e 1721; 12.573, em média, 2.316 por ano, entre 1721 e 1727. Estes dados acima faziam parte da Certidão do rendimento dos direitos dos escravos, antes e depois do lançamento do imposto.

Havia o contrato do direito de 4\$500 que se pagava ao contratante correspondente a cada escravo saído do Rio para as Minas. Em certa época 3\$500. Em 1727 o contrato foi arrematado (o direito de explorar) pelo prazo de três anos, à razão de 26.000 cruzados e 100\$000 por ano.

Além disso, pelas estradas que partiam de Salvador, continuavam a sair braços para as lavras, engrossada a necessidade de gente. Nos primeiros anos do apogeu da mineração partiam em direção às Minas aproximadamente 2.000 escravos por ano.

Em Minas, uma das conseqüências da mistura de raças, da intimidade aberta pelo sexo entre brancos e pretos, da consangüinidade do senhor com as crias foi surpreendente o aumento da gente forra, cuja percentagem chegou a atingir mais de 40% da população total, com os mulatos representando sempre mais de 65% entre os forros.

Não se sabe por certo quantos dias de trabalho tinham os anos no século XVIII, já que havia muitos feriados e santos-de-guarda. Recentemente os técnicos do Serviço de Fomento da Produção Mineral afirmam ser o rendimento máximo diário do faiscador de 0,5 gramas. Para um trabalho anual de 290 dias, a produção seria de 130 gramas por homem-ano. O geólogo e estudioso Eschwege calculou ser a produção de ouro de cada trabalhador entre 70 e 120 gramas por ano. Os escravos, na solidão em que viviam, não se dedicavam exclusivamente às lavras; trabalhavam também na lavoura e em outras ocupações durante grande parte do ano. Apenas, para o período 1735-1760 diversos autores consideram a produtividade por escravo-ano entre 140 e 160 gramas.

No período florescente da mineração, 80% da gente da capitania — brancos e de cor — ocupavam-se da exploração do ouro. Mas, na decadência, por volta de 1815, havia pouco mais de 12.000 pessoas, entre escravos e livres, semi-ocupadas nas lavras. À medida que perece a empresa, aumenta o número de libertos. Valeria mais alforriar do que sustentar os cativos. No auge da produção, nas minas, em 1739, apenas 1,2% eram forros; em 1786, estes são mais de 35%. A partir de 1808 mais de 41% da população da capitania era gente livre. As importações menores de escravos coincidiram com o declínio da mineração, a partir de 1760. Ainda com destino às Minas Gerais, decaiu entre 1760 e 1780,

para um total de 4.000 escravos apenas, os saídos da Bahia e de 2.000, o total até 1820. Assim, a soma de escravos, de todas as procedências, atinge a 470.000 para toda a mineração nas Gerais. Além desse informe, Pandiá Calógeras estima em 150 gramas de extração, por homem-ano, ao levar em conta (o próprio autor) 13 anos de trabalho efetivo por pessoa. Calcula a produção da capitania em 47.500 arrobas (Eschwege, 43.500 arrobas). Esse volume de ouro exigiu o trabalho de 365.400 escravos — menos de 80% dos importados pela Capitania. Somem-se àqueles os crias, ajudantes no serviço de faiscar.

Afora Minas Gerais, a produção aurífera do restante do País — Goiás, Mato Grosso, Bahia, Ceará e S. Paulo — não ultrapassou a 300 toneladas e requereu o trabalho de 150.000 escravos, aproximadamente. Tudo isto considerado até 1820. Daí para frente o esforço dos escravos (apesar da Independência) prosseguiu no outro ciclo salvador — o café.

Segundo Aires da Mata Machado “Minerar foi a ocupação quase exclusiva do sanjoanense (Diamantina). O negro, com suas cantigas, tornou-se o dono das primeiras casas do arraial, influenciando fortemente em usos, costumes e crendices”.

O negro foi tudo, tanto para o ouro quanto para os diamantes. Em 1739 começa a ser cobrado diretamente pela Fazenda Real o imposto de capitação nos contratos de diamantes. Aí, os nomes dos escravos eram tratados em livro próprio, pagando a capitação anual de 230\$000 por escravo. Contrariando os contratos empregavam-se até 4.000 cativos em lavra de diamante.

Não se deve confundir o garimpeiro com o negro fugido: este, quando encontrava alguma rês no campo, matava para não morrer de fome; quando se oferecia ocasião, garimpava ou fiscava ouro, mas o seu crime não era furtar gado ou minerar às ocultas; seu “crime” consistia em fugir do cativo.

No alvará de 1741, destinado a punir os cativos está: ... “os escravos fugidos, chamados *calhambolas*, que se juntarem em *quilombos*, receberá uma marca de fogo, em uma espádua com a letra F, que para esse efeito haverá câmaras. Ao reincidente cortar-se-á uma orelha; tudo por simples mandado do juiz de Fora, ou ordinário da terra ou do ouvidor da comarca, sem processo e só pela notoriedade do fato, logo que do quilombo fôr trazido, antes de entrar para a cadeia” (memórias, p. 60). Diz Joaquim Felício dos Santos: “garimpo era a mineração furtiva, clandestina, do diamante e garimpeiro, o que a exercia severas penas puniam o garimpeiro. Garimpeiro tornava-se muitas vezes aquele que, obrigado a expatriar-se ou a passar uma vida de misérias, porque com a proibição da mineração se lhe tirava o único meio de subsistência, ia exercer uma indústria, a mineração clandestina ... era, finalmente, o audaz, intrépido e ambicioso aventureiro, que ia buscar fortuna nessa vida cheia de riscos, perigos, emoções.

Não se confunda o garimpeiro com o bandido. Foragido, perseguido, sempre em luta contra a sociedade, o garimpeiro, cujo trabalho proibido por lei —, era o único crime — mas respeitava a vida, os direitos,

a propriedade dos cidadãos ... De centenas de processos consultados, não se encontra um só de rapto, de roubo, ou qualquer outro atentado" (pág. 56 e seg. de Memórias do Distrito Diamantino).

Ao garimpeiro se aliou o quilombola, um e outro fora da lei por motivos diversos — não tardou se encontrassem solidários, buscando a subsistência nas minerações clandestinas. Com estes, outros tipos interessantes aparecem nas lavras, surgindo no meio dos contrabandistas de várias espécies, havido em grande número. Foi o capangueiro, comerciante de capanga, pequeno comerciante que comprava do garimpeiro o produto de suas faiscadeiras e o protegia, mandando-lhes avisos cautelosos quando as tropas de dragões saíam em batidas aos quilombos e garimpos. Vem, talvez dessa proteção o chamar-se "capanga" ao guarda-costa. Por analogia emprega-se hoje como sinônimo de garimpeiro o termo faiscador, que outrora se aplicava a quem fazia a mineração do ouro em pequena escala.

Os negros trabalhavam a lavra, geralmente cantando. Esses cantos de trabalho ainda hoje são chamados "VISSUNGOS". Pelo Geral dividiam-se os vossungos em: *boiado*, que é o solo, tirado mestre, sem acompanhamento algum e o *dobrado*, que é a resposta dos outros, em coro (às vezes com ruídos dos objetos de trabalho).

Interessante era a "multa". Quando alguma pessoa chegava à lavra, era logo multada pelos mineradores, com uma cantiga apropriada (vide vissungo); exigiam alguma coisa do recém-chegado. Uma vez satisfeito o pedido, seguia-se à multa o agradecimento, com danças, ao ritmo de carumbés e enxados. Com a abolição, os negros só queriam trabalhar com patrão que não proibisse os vissungos. No tempo da escravidão não tinham direito de escolher senhor. Alguns patrões não queriam saber de cantigas, por causa do tempo tomado, às vezes dançavam, batendo, em ritmo imperioso, carumbés e almocrafes.

As mesmas cantigas de mineração, pelo menos algumas como os Padre-Nossos, usam-se nas cerimônias que acompanham o levantamento do mastro. Era comum, nos grandes serviços de mineração em que trabalhava considerável número de negros, haver vários cantadores "mestres", logo rivais. Dividiam-se em grupos, cada um com seus adeptos, formando o "coro" Entregavam-se a desafios. Os vissungos foram muito importantes na vida social dos mineradores.

Os negros, ao começar o trabalho pediam a Deus e a Nossa Senhora que abençoassem o seu serviço e a sua comida. Espécie de sincretismo religioso era a mistura do Padre-Nosso com os vissungos. O serviço, geralmente, começava alta madrugada; então, o cantador pede à lua, que brilha no céu, que fure o buraquinho do dia. Muitas vezes, na lavra, o escravo entoava dia inteiro o seu canto de cativo.

As cantigas afro-negras de mineração distribuem-se em três grupos: o primeiro, constituído de peças em puro ambundo; o segundo, o mais numeroso, com palavras nativas dos africanos, misturadas com vocábulos vernáculos; o terceiro, em puro português do Brasil. Foi extensa a divulgação dos vissungos e a grande importância que os negros lhes davam.

Essas cantigas contribuíram para conservar a língua materna entre os mineradores africanos.

Feitores, vigias e donos de lavras tentavam aprender o idioma banguela, para entender os escravos e os fiscalizar. Em normal alargamento de sentido, os mineradores designavam o feitor com o vocábulo umbanda.

As várias obras consultadas por nós para este trabalho tiveram em Antonil uma de suas fontes. Mesmo assim, também utilizamos, diretamente, a obra desse italiano que morreu no Brasil, escrita no fim do séc. XVII: *Cultura e Opulência do Brasil*.

Preços dos escravos e cavalgaduras:

Por um negro bem feito, valente, ladino: trezentas oitavas;
Por um moleção: duzentas e cinqüenta oitavas;
Por um moleque: cento e vinte oitavas;
Por um crioulo bom oficial: quinhentas oitavas;
Por um mulato de partes ou oficial: quinhentas oitavas;
Por um bom trombeteiro: quinhentas oitavas;
Por uma mulata de partes: seiscentas e mais oitavas;
Por uma negra ladina cozinheira: trezentas e cinqüenta oitavas;
Por um cavalo feudeiro: cem oitavas;
Por um cavalo andador: duas libras de ouro.

Estes preços tão altos e tão comuns em Minas foram motivos de subirem tanto os preços de todas as coisas, como se verificou nos portos das cidades e vilas do Brasil.

1.5 — *Administração Fiscal*

1.5.1 — *Legislação*

As origens do Direito Mineiro, de acordo com a vasta exposição que nos oferece Pandiá Calógeras, em *"As Minas do Brasil"*, no caso do nosso país foram diferentes do que se verificou com a legislação espanhola, para a mineração no México e no Peru. Lá o colonizador encontrou tradição no uso de metais, cultivo social.

No Brasil o evoluir jurídico da mineração não foi influenciado pela pré-existência de um código de costumes locais. O desenvolvimento das explorações é que determinou a feição local dos regimentos a cujos dispositivos tinham de obedecer o complexo da organização econômica dos trabalhos aproveitadores de nossas jazidas.

Origina-se no antigo direito metropolitano os primeiros lineamentos jurídicos da indústria extrativa mineira. Já no foral de 1534, para a capitania da Bahia, estava: "havendo nas terras da capitania — costas, mares, rios e baías, pedreiras, pérolas, ouro, prata, coral, cobre, estanho, chumbo, pagar-se-á a mim o quinto, do qual sairá a dízima do Capitão, de acordo com a Carta da Doação" (Sic.) Não havia concessão das minas ao donatário. Também as *Ordenações*, inclusive filipinas, insistiam

na matéria, não deixando dúvidas: o descobridor de lavras era entidade absolutamente diversa do dono da superfície. Estabelecem o direito de pesquisa em terras aproveitadas, mediante licença do provedor dos metais, com a obrigação de o dono da terra ser indenizado pelos danos causados ao solo. Limitava o espaço a ser explorado. Previa o quinto real e prêmios para estimular descobridores. Modo de venda, penalidades nas contra-venções, proibição de vender lavras sem prévia autorização do governo constam das Ordenações.

O primeiro regimento das terras do Brasil é de 1603. O segundo é de 1618. Em ambos explicavam-se minuciosamente como deveriam proceder os descobridores ou exploradores. Na lei de 1603 aos *descobridores* era atribuída a superfície de 88×44 metros. O resto das jazidas era distribuído em datas aos exploradores habilitados, que as requeressem. A segunda lei — de 1618 —, ampliava os estímulos aos exploradores.

Por certo tempo, na tentativa de melhorar a cobrança de imposto, houve um tipo de fiscalização, que era: o rei nomeava coletores (um deles, Manuel de Borba Gato) para fazer a dita cobrança — eram os *prepostos isolados na região das Minas*. O resultado não foi bom. A seguir o governo firmou a jurisdição organizada da Coroa na região aurífera, criando a Capitania de S. Paulo e Minas do Ouro, em lei de 1709. O Rio de Janeiro é que ficou separado. Carta Régia de 1720 separou essas duas Capitanias.

Pela Carta Régia de 1713 D. João V proibiu a ida de clérigos para a região mineira. Outra Carta de 1720 tentava pôr fim à emigração (de Portugal, naturalmente, onde a população era escassa e muito necessária lá) para o Brasil. Atingia a civis e religiosos.

Nesse ano, com os processos de extração mais adiantados, a exploração, extendendo-se às jazidas das montanhas, surge novo regimento: tratava-se do direito de os mineradores cortarem árvores, utilizar cota d'água nos trabalhos, etc.

Em cada distrito minerador um provedor das minas faria aplicação do regimento.

Em 1694, Carta Régia prometia honras e riquezas, com títulos de nobreza, aos que descobrissem minas importantes de ouro.

Os antigos regimentos foram de difícil aplicação aos descobertos. Então promulgou-se uma nova lei, em 1702, chamada *Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas de Ouro*: distribuição de datas, *modo* de remarcar as terras, etc. ao descobridor era assegurada a primeira data; a segunda à Coroa e a terceira ainda ao descobridor, sendo as demais repartidas pelos mineradores que tivessem mais de 12 escravos. Essas datas eram de 900 braças quadradas (4.350 m^2).

As Cartas Régias explicativas do Regimento de 1702:

Havia registros escriturados em livros e os guardas-mores tinham autorização para expedir as cartas de DATAS.



Lavagem de ouro junto ao Morro do Itacolomi, MG (Rugendas)

Leis houve proibindo derrubada das matas necessárias à proteção das águas.

Em 1752, para não prejudicar o serviço das minas, uma carta régia isentou de penhora por dívidas os possuidores de mais de 30 escravos ("Lei da Trintena").

Alvará de 1803 providenciava estímulos ao minerador com as lavras em franco declínio.

Carta Régia de 1817 autoriza formação de sociedades por ações para exploração das jazidas e dá estatutos.

Havia o privilégio de trindades, de que gosavam os mineiros possuidores de uma fábrica (mina) com mais de 30 escravos, em virtude do qual não lhes podiam ser penhoradas lavras nas execuções de dívidas. Dois *Alvarás* de 1813 e 1814 generalizavam esta isenção a todos os mineiros e entre as dívidas, capitular também as existentes para com a Fazenda Real.

A última Carta Régia para o Brasil Colônia, sobre a mineração do ouro, é de 12 de agosto de 1817. Nesta, segundo alguns historiadores — e somente alguns — estabeleciam *restrições* na propriedade absoluta da Coroa sobre as minas.

Era esta a situação do problema jurídico da propriedade mineira, quando o Brasil separou-se de Portugal.

No tempo do Império, no início muita confusão de ordem jurídica, cuja população considerava independência sinônimo de abolição das leis anteriores. Então Pedro I expediu a Lei de 20 de outubro de 1823, pela qual mandava vigorar no Brasil, até ser especialmente revogada, a legislação portuguesa anterior a 25 de abril de 1821, inclusive quanto às minas.

A constituição de 1824, art. 179, garantia o direito de propriedade, o que tranqüilizou os possuidores de minas, inclusive a Nação, que possuía as minas não concedidas.

A Carta do Império não estatuiu qual o dono das minas. Aceitou o conceito jurídico da propriedade, qual o encontrava definido no direito pré-existente, revendo o que diz ainda Pandiá Calógeras.

A Constituição de 1824 era omissa em demasia quanto a terras, subsolo e minas. E, continua Calógeras "... do silêncio de uma Constituição sobre determinado assunto não é lícito inferir estar revogada a legislação anterior, salvo se provado ser esta última incompatível com a nova ordem de coisas. É isto, porém, o que alguns autores sustentam quanto às minas, doutrina contra a qual várias opiniões se insurgiram". Trigo de Loureiro igualou as minas ao subsolo. Esta não era, entretanto, a lição de direito metropolitano: aí, as minas existentes no subsolo diferenciavam-se deste.

No evoluir jurídico do Brasil Colônia seguiram rumos inteiramente distintos a legislação das terras e a das minas.

Houve muita discussão entre juristas e políticos a respeito da legalidade do prolongamento da antiga doutrina real, atribuindo à Nação a propriedade das minas, outrora pertencentes à Coroa. Um decreto de 1829 declarava não precisarem de autorização os súditos do Império para poderem empreender mineração nas terras de sua propriedade, por meio de companhias de sócios nacionais e estrangeiros, que podem livremente formar, havendo somente a sujeição aos impostos. Esse decreto foi, em 1866, considerado inconstitucional.

Ao proclamar-se a Independência, as disposições legais, que regulavam o estabelecimento de companhias ou sociedades de mineração eram os *estatutos* mandados observar na Carta Régia de 1817. Nesta não figurava hipótese de sócio ser estrangeiro: era necessária autorização do Governador da Capitania, além dos impostos (o dízimo em vez do quinto).

O Aviso do Conselho de Estado, n.º 128 deu os fundamentos da proibição de minerar ouro nas províncias não consideradas mineiras.

Nenhum documento da época imperial fez a menor referência ao pretendido direito do dono do solo sobre as minas de metais no subsolo. Ao contrário, todos os atos oficiais continuavam a afirmar sua orientação no sentido de tornar indubitável serem as minas propriedades nacional, como transformação do senhorio régio a que antes estavam sujeitos. É a persistência da doutrina dominial. Foi constante a afeição da doutrina do domínio nacional.

Sendo o mencionado decreto de 1829 considerado inconstitucional, entendeu o Conselho de Estado e o governo continuar em pleno vigor a legislação anterior a ele, que era a Ordenação do livro 2.º tít. 26, considerando as minas de todos os metais propriedade da Coroa, depois Estado Brasileiro.

Doutrina que sempre prevaleceu: "Pertencem ao domínio nacional as coisas do domínio do Estado, entre as quais se contam as minas."

O direito real e depois imperial, sempre teve domínio sobre as *minas de metais*; todo os outros minerais pertencem ao dono do solo.

1.5.2 — Tributação

Embora existisse abundante legislação a respeito, a tributação, ou melhor, a organização fiscal das minas demorou algum tempo para firmar-se: tratava-se de zonas afastadas, onde tudo era improvisado.

Não houve diretriz única e segura no sistema fiscal da mineração. A preocupação da Metrópole estava na cobrança dos direitos e na fiscalização para evitar descaminhos (contrabando).

A primeira aplicação do direito do quinto dos metais foi em cumprimento ao Bando de fevereiro de 1601. O Bando, de autoria do Governador, em termos atuais, correspondia a uma portaria ou norma.

Em 1700 foram enviados às minas os *primeiros provedores* para o recebimento dos quintos. No ano seguinte o governador Sá e Menezes proibiu a exportação de ouro sem que se fizesse prova do pagamento

desse imposto (através de guias): criaram-se Registros nas estradas e caminhos. "Registros" eram arrecadadores fronteirissos.

Quando se divide o Brasil em capitanias hereditárias, além da *dízima* da colheita, do pescado e do monopólio do pau-brasil, das drogas e das especiarias, reservava-se à Coroa o quinto do ouro e das pedras preciosas. O quinto era um direito senhorial.

Geralmente alguns escritores confundem o imposto do quinto com a sua forma de arrecadação, a lei substantiva com a adjetiva, o direito da Coroa com o seu processo de executar. Capitações, sistema de ajustes, Casas de Fundição, avenças e fintas são os diferentes modos de cobrança do imposto do quinto, ao passo que o quinto constituía propriamente o direito que assistia à Coroa de tributar os metais.

A confusão provém do seguinte: pelo processo de cobrança do quinto pelas capitações não se obtinha precisamente a quinta parte do produto líquido; era uma fixação arbitrária do imposto; decidia-se que os mineiros pagassem, em satisfação dos quintos, oito, quatro ou dez oitavas de ouro de cada escravo empregado na mineração. Mas era assim mesmo o imposto do quinto que se pagava. Fintas e derramas eram palavras sinônimas.

Em 1713, o governador Baltazar da Silveira tentou a construção das casas de fundição, para evitar a circulação do ouro em pó. Em virtude da resistência dos mineradores, concordou-se em manter o regime de exportação livre mediante o pagamento de uma finta de 30 arrobas anuais. O imposto por *bateia* não chegou a ser posto em execução, em 1715. Em 1719, o imposto anual aumentou para 37 arrobas. A primeiro de fevereiro de 1725 começou o funcionamento das casas de fundição. Todo o ouro era levado a esses estabelecimentos para a retirada dos *quintos*, fundição e devolução das barras, com as guias. Em 1730 esse imposto foi reduzido para 12%. Em seguida, a cota mínima passou a ser de 100 arrobas anuais. Em 1735, Gomes Freire de Andrade estabeleceu pela 1.^a vez o imposto de *capitação*: fixado em 17 gramas anuais por escravo; os nascidos nas minas, com menos de 14 anos ficavam isentos. Sendo esse tipo de imposto muito injusto, em 1750 voltou o *sistema dos quintos*, nas casas da fundição, garantido-se o mínimo de 100 arrobas, que poderiam ser compensadas em dois anos sucessivos. Esta forma de cobrança perdurou até o fim da época colonial. Com a decadência das minas a exigência do mínimo foi abandonada. Em 1759 foram arrecadados 116 arrobas. Após 1766 a produção sempre diminuiu: 70 arrobas em 1777; 30 arrobas em 1808; 7 em 1819 e duas em 1820.

O ciclo do ouro ocorreu quando governava Portugal três famosos reis: D. Pedro II, D. João V e D. José — a época do Marquês de Pombal. Com D. João V deram-se os seguintes sistemas:

Quintos	— até 1713
Avenças	— de 1714 a 1724
Quintos com derrama	— de 1725 a 1735
Capitação	— de 1736 a 1751

Até 1713 pouco produziam os *quintos*; menos de 14 arrobas somados os 13 anos, a que foram acrescentados 11 arrobas de contrabando apreendidos.

Avenças — era o meio de arrecadar quantidades certas, que se repartiam pelas câmaras, responsáveis e estas cobravam dos mineiros.

A soma ajustada, no início, 30 arrobas, passou para 37 em 1722. O total arrecadado nessa fase (1714 — 1724) foi de 312 arrobas, apresentando 1.920 contos de réis, o que transformava muito a situação financeira de Portugal.

Quintos, com Derrama — A insuficiência do tributo nas condições novas da mineração, segundo a idéia de fisco, fez a Coroa criar em 1725 novo método: mínimo de 100 arrobas, pelo que eram responsáveis as câmaras, conferindo-lhes distribuir por derrama a diferença entre os moradores, quando houvesse falta. Nestes onze anos — 1725 ~ 1735 — esta forma rendeu 1.068 arrobas (total).

Capitação — Com o fim de evitar as fraudes, Portugal decretou em 1735 a forma de impostar por capitação dos habitantes em geral: 4 $\frac{3}{4}$ oitavas de ouro por essa pessoa, fosse ou não mineiro, excetuando os menores de 14 anos, os escravos que serviam ao clero, além de uma contribuição sobre lojas e ambulantes. Em conjunto aboliu-se o tributo do quinto e o ouro bruto pôde circular livremente.

Imposto indireto — Lei de 13 de maio de 1803: substituía o giro do ouro em pó por BILHETES DE PERMUTA. Idéia antiga, já proposta por fiscais do Tijuco, em 1734, quando os Procuradores dos povos se reuniram em Vila Rica para estudar o problema do imposto. Não fora adotado. Essa Lei de 1803 estabelecia em todas as vilas, arraiais ou lugares de lavras importantes, *casas chamadas de permuta*, para trocar todo o ouro em pó que os mineiros fossem extraíndo. Nos lugares menos importantes só havia um Comissário encarregado do mesmo ofício. As casas de permuta eram servidas por dois oficiais; um escrivão e um tesoureiro. Assim, ficou completamente proibida a circulação de ouro em pó como moeda *dentro da capitania*, revogado o alvará de 1750, que a facultava.

Semanalmente ou por mês, o mineiro, ao fazer suas apurações, devia levar o ouro extraído à casa de permuta para ser trocado. Se, porém, preferisse trocá-lo por barras na casa de fundição, devia levar guias, sob graves penas ao contraventores.

Nas casas de permuta em troca do ouro em pó, que se levasse, depois de bem limpo recebiam-se moedas ou barras fundidas, ou bilhetes impressos valendo entre um e dezesseis vinténs. Giravam como moeda corrente. Eram recebidos em todos os pagamentos à Fazenda Real.

O ouro trocado nas casas de fundição, onde se deduzia o quinto, que em cada trimestre se remetia à *tesouraria-geral* da Junta da Fazenda.

Esse alvará de 1803 autorizava decimar o ouro, em vez de quintá-lo (o que era costumeiro entre algumas nações), mas esse benefício fiscal só durou quatro anos.

Por esse meio engenhoso fazia-se a cobrança do quinto, como imposição indireta, sem que fosse perseguido. Quando ia converter os bilhetes em barras, recebia em igual valor em réis embora o peso da barra fosse inferior.

O sistema de cobrança do quinto por meio de bilhetes de permuta trouxe a única vantagem para os povos: facilitar as transações do comércio, pondo em circulação, com força de moeda, um papel de pequeno volume, que substituíra o ouro em pó, muito incômodo para dividir ou para pesar, constantemente.

No período de 16 anos, a capitação rendeu em média 128 arrobas anuais.

Independente do produto ouro, as minas proporcionaram um tributo importante: o imposto de ENTRADAS — uma espécie de tarifa aduaneira que incide sobre todas as importações para a movimentada zona mineira. Também ocorria muito: o governo entregava a exploração da cobrança da “Entrada” a um contratante. Este pagava um fixo por contrato.

PASSAGEM foi outro tributo na área mineradora: uso dos principais rios: São Francisco, Sapucaí, Mortes, Verdes, Grande, Paraopeba, Velhas, Jequitinhonha.

Provedores, superintendentes, escrivães, coletores, tesoureiros encarregavam-se da arrecadação do quinto. Os guarda-mores repartiam as datas (concessão do limite a ser explorado).

Nota — Cada Registro tem um administrador, contador e cobrador por conta do arrematante do contrato e um fiel (fiscal) à conta da Fazenda Real. Há, aí também, uma guarnição militar, de efetivo variável (um cabo e dois soldados na maioria dos casos).

ARRECADAÇÃO DOS QUINTOS DO OURO NAS MINAS GERAIS 1700 — 1820

Período	Oitavas	\$rs. por oitava	Valor do quinto (\$rs.)
1700—1713	57 344	1\$500	86.016\$000
1714—1725	1.282 048	1\$500	1.923.072\$000
1726—1730	1.077 248	1\$200	1.292.687\$600
1731—1732	409 600	1\$320	540.672\$000
1733—1735	561 152	1\$200	673.382\$400
1736—1751	8.396 800	1\$500	12.595.200\$000
1752—1777	10.219 520	1\$200	12.263.424\$000
1778—1820	7.233 536	1\$200	8.680.243\$200
1700—1820	29.237 248	—	38.054.707\$200

Fonte: Ouro nas Minas Gerais, de Tarquínio J.B. de Oliveira. Casa dos Contos — ESAF, 1976.
pág. 31

TRIBUTAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS
(em kg ouro)

Período	Dízimos	Entradas	Passagens	Offícios	Quintos	TOTAL
1701—10	—	—	71	—	181	252
1711—14	—	—	21	—	144	165
1715—17	217	1 327	21	12	—	1 577
1718—20	330	391	20	26	1 180	1 947
1721—23	341	664	25	51	1 282	2 363
1724—26	486	689	41	102	1 548	2 866
1727—29	493	671	51	204	2 212	3 631
1730—32	526	799	40	204	2 212	3 781
1733—35	683	1 055	36	204	2 212	4 190
1736—38	456	1 123	41	204	5 722	7 546
1739—41	741	1 239	55	204	5 722	7 961
1742—44	737	1 239	65	306	5 722	8 069
1745—47	651	1 357	76	306	5 722	8 112
1748—50	651	1 357	75	306	5 722	8 111
1751—53	652	1 401	62	324	4 316	6 755
1754—56	673	1 463	58	324	5 173	7 591
1757—59	636	1 279	39	420	4 664	7 038
1760—62	680	936	28	420	4 621	6 685
1763—65	689	1 385	24	420	4 033	6 551

Fonte: Ouro nas Minas Gerais, de Tarquínio J.B. de Oliveira. Casa dos Contos — ESAF. pág. 35

MOVIMENTO GLOBAL DE OURO
(£ 1.000)

	S	+	Y	—	X	=	S'
1693—1700	...		2.660		1.720		940
1701—1710	940		6.150		4.500		2.590
1711—1720	2.590		6.670		7.000		2.260
1721—1730	2.260		13.580		10.350		5.490
1731—1740	5.490		19.020		13.750		10.760
1741—1750	10.760		20.040		17.100		13.700
1751—1760	13.700		15.430		20.350		8.780
1761—1770	8.780		14.920		18.000		5.700

Fonte. Trezentos Anos de Inflação, Mircea Buescu.
APEC — 1973, p. 94

Código:

- S — Saldo anterior
- Y — Produção
- X — Exportação
- S' — Resultado

CONTRATOS E DIREITOS EM MINAS GERAIS — 1710/1750

“Relação dos contratos e rendas que Sua Majestade tem nesta Capitania das Minas, sua origem, criação, aplicação e consignação na forma da sua real ordem”.

Entradas:

Teve princípio este contrato, que se divide em dois ramos: Caminho Novo; Caminho Velho do Rio de Janeiro e São Paulo e Caminho do Sertão da Bahia e Pernambuco, em virtude de uma junta feita em julho

de 1710 pelos representantes de São Paulo e Minas, por ordem do Governador Antônio de Albuquerque, tendo como objetivo aumentar a Real Fazenda, em vista os ordenados, soldos e mais despesas do governo, Ministros e cabos de Guerra. A junta aprovou: cada carga seca que entrasse para estas minas, quatro oitavas, nas de molhadas, duas; os escravos, quatro; os mulatos, seis; em cada cabeça de gado vacum, uma.

Contrato dos Dízimos Reais

Foi criado nas Comarcas de Vila Rica, Rio das Mortes e na de Sabará e Serro Frio.

Iniciou-se em 1715. Com o rendimento desse contrato dos dízimos pagavam-se os soldos do Governador, tropas de dragões, ordenados e côngruas dos Ministros da Justiça, Provedor, Oficiais da Fazenda, dos Vigários e demais despesas.

Contrato das passagens dos Rios: das Mortes, Rio Grande, Paraopeba, das Velhas, Maependi, Jequitinhonha, São Francisco, Verde.

Outro imposto se chamava "Direitos de Peagem — cobrados nos principais cruzamentos de rios, sobre todos os viajantes e animais de carga. A maior parte dessas taxas foram introduzidas, de início, para pagamentos de salários dos oficiais militares e civis e manutenção de estabelecimentos eclesiásticos, mas depressa passaram a ser recolhidos pela Coroa e o excedente remetido para Lisboa, com os quintos reais. A Coroa "pedia" donativos para enfrentar despesas extraordinárias. Isso incluía a dotação das princezas reais e subsídios para a Guerra Espanhola.

Ainda havia os impostos locais, recolhidos pelas Câmaras Municipais, para conservar estradas e pontos e outros serviços públicos. As taxas recolhidas pela Coroa eram subestabelecidas a CONTRATADORES, que, em troca de um pagamento, a vista ou a prazo combinado, fazia o recolhimento dos débitos em nome da Coroa.

Também havia as propinas provenientes dos salários governamentais, que os titulares dos cargos deviam pagar à Coroa.

Os dízimos foram recolhidos principalmente na primeira metade do séc. XVIII — eram reais, mistos ou pessoais. Reais: produtos agrícolas, inclusive madeiras; Mistos: eram recolhidos em gado e aves, colméias, mel, queijo e material de construção, pão, aguardente. Dízimo pessoal: décima parte do lucro líquido de qualquer cargo, comércio ou ofício.

Estes não eram recolhidos pela Coroa, mas pagos diretamente ao clero, na forma de conhecenças, por ocasião da Páscoa.

1.6 — Caminhos, Descaminhos e Contrabando

A grande diferença entre os valores do ouro em pó e em barra quintado deu motivo a que se animasse o contrabando, o que acontece quando os impostos são excessivos. Em geral não era o mineiro quem exercia o contrabando: gente pobre, sempre perseguida pelos credores, no podia acumular grande quantidade de ouro em pó que fizesse conta maior, sem pagar o quinto, às praças marítimas. Quando o mineiro extraía cem oitavas, quase sempre acontecia que oitenta por cento

eram para pagar as despesas de produção e vinte para o quinto: nada lhe ficava para tentá-lo ao contrabando. Saldava suas dívidas com ouro em pó na razão de 1\$200 por oitava, seus credores ainda lucravam vinte por cento, levando-o para fora do Brasil.

Repetidos fatos de extravio e contrabando e o aparecimento de uma fábrica de barras e moedas falsas de 1\$600 e de 800 rs., perto de Catas Altas, deram motivo a que, não obstante a representação dos povos, de março de 1734, o governo decretasse a capitação.

As penas rigorosas contra os chamados extraviadores, as minuciosas providências tomadas para prevenir o descaminho ou o contrabando não surtiam os efeitos esperados.

Para furtar ao pagamento dos quintos — imposto estabelecido nas Ordenações do Reino — o colono valia-se de todos os meios. O mais fácil era utilizar o ouro em jóias. Para isso precisava dos ourives. Com o mesmo fim muitos fabricavam moedas e barras falsas. Estas moedas e barras, de fundições clandestinas, dificilmente eram distingüidas das oficiais, cunhadas nas casas del Rei. Eram fabricadas, de comum, por feitos no assunto, quase sempre antigos oficiais abridores das Casas de Fundição. A maior atividade dessas falsificações, que levaram a longas devassas e a condenações extremas, deu-se no governo do Conde Galvêas (Séc. XVIII).

Segundo Alexandre de Gusmão, ao tempo do Marquês de Pombal, a maior parte da produção de ouro escapava à fiscalização oficial. Os mineiros não eram os principais responsáveis pelo grande fluxo de contrabando de ouro: este se encontrava nas mãos dos proprietários rurais, dos funcionários, padres, especialmente das caravanas de mercadores que forneciam produtos manufaturados, gado, escravos às zonas de mineração. Através deles é que o ouro escava ao controle governamental e alimentava o comércio. Particular notoriedade desfrutavam os clérigos que, por estarem livres das revistas no postos de controle, podiam levar grandes quantidades sem obstáculo. O contrabando de ouro ia de Minas Gerais para Buenos Aires ou, assim como proveniente de Cuiabá e Mato Grosso, para as províncias espanholas próximas. Ali era trocado a uma taxa favorável por prata e esta voltava às cidades portuárias brasileiras, onde era usada para comprar manufaturas contrabandeadas, quer dos comissários, quer dos oficiais ou dos marinheiros das frotas.

A partir de 1751, no novo sistema de arrecadação de imposto, o decreto real estabelece enérgicas medidas de controle do contrabando e dá estímulos aos que cooperam com as autoridades: "Todos, de qualquer qualidade, posição ou condição" apanhado transportando ouro em pó ou em barras não fundidas pelo Estado, da zona de mineração, perderiam todo o contrabando, sendo a metade recolhida à Real Fazenda e a outra para o informante ou o descobridor da fraude. Para dificultar o contrabando ou orives foram expulsos da Capitania, em 1751. Antes disso já eram proibidos de permanecerem próximo aos locais de extração.

Já no Regimento de 1603, que só chegou ao Rio de Janeiro em 1659, quando começou a vigir, entre outras punições para autor de descaminho constava a de pena de morte. E esta aconteceu muitas vezes.

Após 1803, quando o ouro em pó foi substituído por bilhetes de permuta, dentro da Capitania, punia-se com severas penas impostas aos extraviadores, todo aquele em cujo poder fossem achados mais de três onças de ouro em pó, sem guia dos permutadores,

A produção colonial brasileira teria sido de 155 milhões de libras, registrada e 39 milhões de libras, a que não teria paga os quintos à Coroa, segundo o historiador alemão Humboldt.

Roberto Simonsen afirma:

É muito difícil determinar com vigor matemático a quantidade de ouro extraído do Brasil, conforme declarava o Barão de Eschwege, em 1833. Os quintos arrecadados entre 1700 e 1713 ficavam em grande parte sujeitos à consciência dos declarantes, tais as dificuldades da Administração. Os *contrabandos apreendidos nesse período iguaram ao total dos impostos arrecadados*.

O ouro apreendido entre 1700 e 1713 mostra que o contrabando deveria exceder a 20% do produzido (e apresentado), segundo alguns estudiosos.

Ao tempo da interdição entre Buenos Aires e a Colônia do Santo Sacramento, grande comércio do porto do Rio de Janeiro, cujas importações pagam 10% de imposto ao rei, sofre enorme redução. Assim, quase todas as mercadorias são daí por diante enviadas do Rio de Janeiro à Colônia de Sacramento, donde passavam em contrabando (inclusive ouro) por Buenos Aires para o Chile e Peru; e este comércio fraudulento rendia aos portugueses, por ano, mais de um milhão e meio de piastras. Quer dizer: as minas do Brasil não produziam prata; toda a prata provem desse contrabando.

Paulistas e baianos, criadores, negociantes e mineradores aliaram-se para fraudar toda a artificiosa legislação proibitiva.

O comércio de contrabando foi aos poucos se organizando. Era tal a soma de interesses do contrabando, que potentados do gado, donos de fazenda, tropeiros, comboeiros de negros foram se congraçando, para melhor resistirem às ordens régias, que ordenavam a confiscação que passasse pelos caminhos do sertão baiano.

Uma das maiores figuras do contrabando baiano foi Manuel Nunes Vianna. Esse grande caudilho introduzia tudo através do descaminho, nas Gerais. Era membro de poderosa sociedade comercial. Acompanhados de grandes comboios de contrabando sua gente marchava para o território das lavras, acompanhado de grandes escoltas armadas e dispostas a resistir às patrulhas que faziam a fiscalização nos caminhos proibidos. Borba Gato, representando o Erário Real, proibiu que Manuel Nunes Vianna tivesse acesso às Minas. Vianna era o maior defraudador do fisco régio. É o paradoxo: um paulista defendendo a causa reinol, enquanto o português Nunes Vianna, mancomunado com outros portugueses e baianos, no fundo, defendia os interesses que tinham os mineradores de alimentar-se, vestir-se e comprar de quem quisessem, as coisas de que careciam.

Em torno do palpitante questão do contrabando baiano surgiu o famoso edital de Borba Gato, proibindo a presença, nas minas, de M. Vianna. Essa foi a faísca que ateou o incêndio armado que se denominou "Guerra dos Emboabas".

Graças ao descaminho do ouro para a Bahia, as imensas trocas das minas com aquele Estado, é que no séc. XVIII surgiu naquela Província suas magníficas igrejas, de arquitetura grandiosa, altares forrados de ouro, verdadeiros tesouros em objetos litúrgicos!

O volumoso escoamento de ouro para a Bahia, em pagamento dos gêneros e outros bens que circulavam pelos caminhos proibidos, explica também a presença de uma verdadeira multidão de ourives nas cidades baianas, ocupada em burilar o metal precioso.

Um dos meios de que se valia o governo para o descaminho do ouro, isto é, sua saída da capitania sem o desconto dos quintos, consistia em só permitir seu trânsito pelas estradas onde houvesse registros de fiscalização. Daí proibir-se aos particulares, sob severas penalidades, a abertura de caminhos. Em 1733, D. Rodrigo Menezes, Governador de S. Paulo, escreve ao vice-rei, "sugerindo-lhe a publicação de um Bando cominando a pena de morte a toda pessoa que intentar abrir caminho de Minas Gerais para Cuyabá". E houve severas ordens proibindo abertura de caminhos em qualquer direção. Nesse ano, em carta do rei ao Governador é determinada a proibição "de picadas em novos caminhos para as Minas e manda fechar e proibir o uso de estradas que vão aos Guaianazes e que o único caminho seja o que vai para a cidade de São Paulo".

Os caminhos Paulistas para as minas.

Os paulistas chegaram às minas por *três vias* diferentes: a que transpunha a *Mantiqueira* pelo Vale do Tamanducaia; o caminho que passava por *Mogi-Mirim* e o que se utilizava da *Garganta do Embaú*. Este último, segundo Antonil, era entre todos, o mais freqüentado. Seu roteiro era: partindo-se de São Paulo, passava-se pela Penha, Mogi das Cruzes, Jacaré, Taubaté, Guaratinguetá. Aqui encontrava-se o porto de Guaypacaré (Lorena) e transpunha-se a serra pela Garganta do Embaú. Vencida a Cordilheira, o caminho bifurcava-se indo dois ramos para as minas de Ouro Preto e outro para as minas do Rio das Velhas.

O segundo caminho paulista era: por Atibaia, Bragança e transpunha a serra da Mantiqueira pelo vale do Camanducaia. Este é histórico, porque nele Fernão Dia Pais e D. Rodrigo Castelo Branco, em suas memoráveis jornadas aos sertões dos Cataguases percorreu.

O terceiro caminho passava pelo Vale do Mogi Guaçu. Seu roteiro correspondia ao traçado atual da estrada de Ferro Mogiana.

As penetrações paulistas até da Mantiqueira precederam de muito à descoberta de ouro. Desde o séc. XVII os paulistas estabeleceram ligação entre seus vilarejos e os sertões do S. Francisco. Tal via de penetração saía de Pinheiros rumo ao Norte, saltava o Rio Grande, Serra dos Verentes e ganhava o Rio S. Francisco. Era conhecido pelo nome de "CAMINHO GERAL DO CERTÃO". Por ele é que os grandes bandeirantes seguiram.

Caminhos do Rio de Janeiro para as Minas.

O primeiro caminho ligando o Rio de Janeiro às Gerais foi uma via semimarítima, semiterrestre, que se chamou: "Caminho Velho do Rio de Janeiro", em oposição "caminho novo", que se abriu mais tarde. Roteiro do caminho velho: da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro ia-se por mar até o porto de Parati: desembarcava-se aí e, por terra transpunha-se a Serra do Mar, atingindo a cidade de Taubaté. O Caminho velho do Rio de Janeiro, entroncava-se com o caminho velho paulista, continuando por Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Garganta do Embaú. Era caminho longo e áspero, além de depender dos navios. Assim, o ouro vindo das Gerais e chegado ao porto de Parati tinha que percorrer um bom trecho de oceano, antes de chegar aos sofres da Capital da Repartição Sul. Por isso as autoridades cuidaram de abrir um caminho novo que fizesse a ligação direta do Rio de Janeiro com as minas.

Com autorização de Portugal, o governador Artur Sá e Menezes contratou os serviços de Garcia Rodrigues Pais, que iniciou aproximadamente em 1698. Em 1701 a picada estava pronta e só dava passagem a pessoas. Seis anos mais trabalhou Garcia Rodrigues Pais na abertura e aperfeiçoamento do "caminho novo".

O caminho novo do Rio de Janeiro foi a primeira grande via de penetração no sertão que o governo luso mandou construir no Brasil. Este oferecia três utilidades: povoamento das minas; facilidade de transportar víveres; evitava o risco do transporte do ouro por mar (Parati-Rio), em época de muita pirataria.

O caminho novo apresentava variantes na região alagadiça fluminense.

Finalmente, bem mais tarde, apareceu a variante que demonstrou ser a mais eficaz: era o caminho "DE TERRA FIRME". A abertura desse caminho representou uma verdadeira revolução no sistema de comunicações com as Gerais: enquanto o caminho paulista exigia dois meses para ser transposto, no caminho velho do Rio de Janeiro gastava-se quarenta e três dias; no caminho novo gastava-se desessete dias. Com a variante "De Terra Firme" precisava-se no máximo doze dias.

Nenhuma pessoa, de qualquer condição ou situação poderia, fora da casa de fundição, vender, doar ou embarcar para qualquer outra parte ouro que das minas se tirasse sem ser marcado com as armas reais, sob pena de morte e de perda de sua fazenda, sendo duas partes para a Câmara Real e a terceira para o denunciante. Também o degredo, por dez anos.

A vida nas minas, nos primeiros anos, seria impossível sem os fornecimentos vindos do Recôncavo e das zonas marginais do S. Francisco, as quais ofereciam as carnes e as farinhas aos mineradores. Apesar de fazer-se vital o fornecimento de gêneros por parte da Bahia, a legislação metropolitana foi inflexível na proibição do comércio direto dessa capitania com as minas. Isto visava a impedir os descaminhos do ouro, bem como o total descalabro dos empenhos, no que se refere particularmente ao comércio de negros.

Só era permitido aos mineradores o comércio nas regiões do centro-sul, porque o ouro que se escoava pelos caminhos que iam ter ao Rio de Janeiro ou S. Paulo, podia ser quitado nas casas de fundição de Taubaté, S. Paulo, Parati, Rio de Janeiro. Contudo a onda de contrabando era irreprimível. Era comum grandes partidas de negros, boiadas e cavalos carregados de gêneros que entravam nas minas, vindas da Bahia, sem pagar os direitos. Diligência alguma conseguia evitar tais descaminhos.

Para o autor anônimo das "Informações sobre as minas do Brasil", uma das razões pela qual se fazia impossível vedar o contrabando pelo caminho do sertão, era a qualidade dos moradores das minas e dos sertões, pois ordinariamente eram "tão absolutos como que qualquer vaqueiro ou paulista..."

1.7 — Casas de Fundição

Por determinação da metrópole o governador de Minas, D. Pedro de Almeida, tenta pela 1.^a vez estabelecer as casas de fundição (ou oficinas). Mas só em 1725 estas são instaladas e aí fica extinto o ajuste das Câmaras na arrecadação. Isto, nas Minas Gerais.

As primeiras idéias para a fundição do ouro, que corria em pó, nas atividades do comércio, consistiram na sua transformação em moeda, o que não ocorreu. Os mineiros sempre foram contrários à fundição do ouro em barra.

Quatro foram as principais Casas de Fundição: Vila Rica, Vila Real (Sabará), Rio das Mortes (S. João del Rei) e Vila do Príncipe (Serra). Das muitas outras existentes, fora das Gerais, algumas foram simples estabelecimentos destinados a compra de ouro ou sua troca por bilhetes ao seu valor.

Com o surgimento das casas de fundir fecham-se as *fábricas* de moedas. Em cada comarca, uma casa de fundição. Foi até 1735, quando teve início o sistema de capitação. Este, abolido em 1750, fez voltar o sistema de quintar, com as oficinas (ou casas) reabrindo em 1751. Exceto em Mato Grosso, onde o regime de capitação durou mais 20 anos (1771).

São famosos o Alvará de 3 de dezembro de 1750 e o Regimento das Intendências e Casas de Fundição de 1751, os quais restabeleciam as oficinas de fundição: é uma Lei geral onde consta: obrigação de fundir o ouro em barras; autorização do comércio dessas barras, já quintadas, dentro da Capitania; proibição de circular moeda alguma de ouro nas minas; ordem para que nas demais capitanias corra a moeda Provincial de prata e de cobre, que para este efeito seja cunhada nas casas da Bahia e do Rio de Janeiro, nas competentes quantidades que os respectivos governos exigia; que as pessoas, ao saírem da região mineira, com ouro em pó, apresentassem-se ao Intendente e Fiscal para registro; proibia que pessoas ingressassem na área mineira trazendo ouro em pó, ou moeda Provincial de prata ou cobre; não permitia saída do território mineiro do Ouro em pó ou barra que não seja fundido nas Casas Reais de Fundição. Essa Lei também tratava do pessoal e atribuições das casas de fundição: Intendente, fiscais, tesoureiros, escrivães, ensaiadores, fundidores e outros.

Diz o capítulo 2.º da Lei: "... em cada uma das casas de fundição, além do Intendente, Fiscal, Meirinho (espécie de oficial de justiça) e seu Escrivão, nomeados na Lei anterior, haja mais um Tesoureiro, um Escrivão da Receita, um Escrivão da Intendência, outro das Fundições, dois Fundidores ou um Fundidor e um Ajudante seu..."

Os Fiscais são as pessoas logo abaixo do Intendente. Eles são nomeados pelas Câmaras e servem por três meses; os Tesoureiros — também nomeados pelas Câmaras — ficam por três anos. Os Escrivães da Receita e Defesa eram o Contador; o Escrivão da Intendência fazia a conferência das barras e anotava nos livros. O Escrivão das Fundições tinha seu livro separado, onde anotava a entrada do ouro, quantidade, hora, peso — antes e depois de fundido.

Assim descreve o cientista ESCHWEGE: -- "é muito simples a organização das Casas de Fundição; elas não têm instalações científicas. O seu pessoal, porém, grande e complicado". "Em primeiro lugar vêm os escritórios, onde é pesado o ouro, entregue pelos donos e depois descontados os quintos". Em seguida, existe uma abóboda refratária para a fundição na qual o ouro, entregue aos fundidores, é por estes restituído, depois de fundido, e, finalmente, uma casa de ensaio, em que ele é examinado por meio do risco ou da cupelação ou inquartação.

O ouro entregue, por menos que seja, é fundido separadamente, formando-se barra. A seguir examinado pelo ensaiador, a fim de se conhecer o seu quilate e peso, é restituído, com uma guia acompanhadora de sempre, na qual estão indicados valor, peso, quilate da barra. Para evitar falsificações nas barras, a ordem era cunhar nas pontas, pela parte superior, com o selo das armas reais e pela inferior, com a esfera armilar, declarando-se no meio o peso, quilate de ouro e ano da fundição.

As barras, tendo curso como moeda nas províncias do interior, ao serem exportadas, o possuidor as deverá apresentar nos registros de fronteira das províncias do litoral, onde receberá uma clareza sobre o número e o valor delas, obrigando-se a entregá-las na Casa da Moeda e a trazer desta um atestado de que, de fato, ali foram entregues e cunhadas.

Uma das maiores dificuldades com que contavam as Casas de Fundição consistia na aquisição de cadinhos, para a fundição do ouro e que eram adquiridos em Lisboa — em terceira ou quarta mão — a preços altíssimos! Só no começo do século XIX é que chegavam ao Rio os cadinhos "IPSE", da Bohêmia, bem mais baratos.

No ciclo de ouro de aluvião — na Capitania de São Vicente —, no século XVII, foram criadas várias casas:

A de São Paulo, já existente em 1601. Fechada e reaberta várias vezes, acabou definitivamente em 1762.

A de Paranaguá — fundada em 1649. Aí era quintado o ouro das minas de Curitiba e o ouro das minas velhas (paulistas). Fechou só em 1736.

A de Iguape — já trabalhava em 1667, segundo documentos de Arquivo da Câmara de Iguape.

Taubaté — criada em 1695, para arrecadar os quintos do ouro das minas de Cataguases.

Santos — aberta em princípios de 1704.

Parati — também começou em 1704.

Foi seu Provedor Carlos Pedroso da Silveira, o mesmo que fora da casa de Taubaté.

Guaratinguetá — também teve sua oficina, por pouco tempo, já no começo do séc. XVIII, de data ignorada.

Criadas as casas de Santos e Parati, foram extintas as demais. Porém, em 1709 estas duas casas foram suspensas.

Na época, era para o porto de Santos e de Parati que caminhava o ouro das Minas Gerais, cuja produção começava aumentar (começo do séc. XVIII). Santos também era subordinado ao governo do Rio de Janeiro.

A casa de São Paulo foi suspensa em 1762, por ordem do Conde de Bobadela. Aí, todo o ouro extraído na Comarca de S. Paulo passou a ser quintado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, conforme Carta de agosto de 1760, do rei de Portugal.

Em 1722, nas Minas Gerais, o Governador D. Lourenço de Almeida tentou novamente estabelecer as Casas de Fundição, convocando, para tal, os Ministros (também chamados Deputados para as minas), procurador das Câmaras e pessoas da nobreza, para tratar do assunto.

Estes alegraram terem sido as Casas de Fundição a principal causa de descontentamento e perturbações havidas na Capitania. E para evitar a fundição ofereciam ao rei mais 12 arrobas anuais de ouro. A oferta foi aceita, mas em 1724 os procuradores das câmaras foram convocados novamente, não para darem conselhos, mas para simples parecer sobre o modo pelo qual as casas de fundição seriam instaladas. Foi então adotado o sistema de fundição do ouro, começando a casa de Vila Rica a quintar a 1.º de fevereiro de 1725. As demais oficinas são bem posteriores na região.

Na Capitania de Minas Gerais houve as seguintes Casas de Fundição:

A de Vila Rica, anexa à Casa da Moeda, funcionou de 1725 a 1734. Fechada a Casa da Moeda, continuou a dos quintos, até o tempo de D. João VI, tendo ficado fechada durante o período da capitação (1735 — 1751).

As de Sabará, Serro Frio e Rio das Mortes — criadas em 1751, somente.

A do Tijuco, criada por Gomes Freyre de Andrade, foi transferida para a Vila do Príncipe (Serro Frio), cabeça da comarca.

A de Arassuaí, aberta em 1723 e suspensa logo depois. Foi reaberta em 1755, com o pessoal de Jacobina (Ba.).

Também houve Casa de Fundição e Intendência no arraial da Campanha do Rio Verde, no final do século (portaria do Visconde de Barbacena, em 1793).

Casa de Paracatu, criada em 1751. Das quatro principais Casas de M. Gerais, a de Sabará foi extinta em 1833, as de Vila Rica e Serro Frio em 1832 e a do Rio das Mortes fechou em 1818.

Casas de Fundição na Capitania da Bahia.

Na Bahia, além da Oficina de Quintos que funcionava junto à Casa da Moeda, houve as seguintes Casas de Fundição. A de Jacobina e a do Rio das Contas criadas por ordem do Conselho Ultramarino, com a Provisão de 13 de maio de 1726. A primeira, quando reabriu, em 1755, foi transferida, com o pessoal, para a de Arassuaí, Minas Gerais. Em Jacobina permaneceu uma casa de Registro do Ouro. A segunda só existiu nos nove primeiros anos, não reabrindo em 1751.

Fundição nas Capitanias de Mato Grosso, Goiás, Pernambuco e Ceará: Só em 1751 criou-se a Casa de Quintos, na Vila de Mato Grosso, transferida em 1810 para Cuiabá. Nessa Capitania perdurou o regime de capitação até o ano de 1772. A Casa de Fundição foi criada na capital (Vila Bela) em 1772, de acordo com o Bando de 1771. Os moradores de Vila Bela, no gozo da redução do imposto pagavam meio-quinto; os de Cuiabá pagavam o imposto inteiro.

Para evitar contrabando do ouro o governo de Mato Grosso, nesse ano, fundou um Registro na passagem do Rio Paraguai próximo a Cuiabá, onde os condutores de ouro exibiam a sua carga a entregar na Casa de Fundição, acompanhada da guia.

A casa de fundição de Mato Grosso, transferida para Cuiabá, funcionou até 1823.

Em 1744 Goiás separou-se de S. Paulo, elevando-se à categoria de Capitania-Geral. Seu primeiro governador foi o Conde dos Arcos (Marcos Noronha). Foram as seguintes Casas de Fundição:

A de Vila Boa de Goiás. Funcionou até 1823;

A do Arraial de São Félix, que iniciou seus trabalhos em 1754 e foi desativada em 1789. Resolução de 20 de janeiro de 1700.

Em Pernambuco deve ter havido uma Casa de Fundição ou pelo menos a intenção de estabelecê-la, sabendo-se que em todas as áreas auríferas foi abolida a capitação e voltou-se à cobrança do quinto do ouro por meio da fundição em barras. Historiadores, até hoje, não garantem ter existindo alguma casa de fundir naquela Capitania, em obediência ao Ofício de 26 de março de 1754 do Conde de Atouguia, providenciando material para uma provável oficina naquela Capitania.

No Ceará, a casa de quintar, instalada na região de São José dos Cariris, em 1753, não chegou a funcionar, a exploração das minas dos Cariris foi proibida.

1.8 — *Preços e Qualidades de Produção*

De acordo com Roberto Simonsen, em *História Econômica do Brasil*, a variação dos sistemas de percepção dos quintos fazia variar também o valor oficial do ouro em pó ou não fundido. "... do começo

da descoberta até 1725, valia a oitava 1.500 réis. De 1.º de fevereiro de 1725 a 24 de maio de 1730, 1.200 réis. De maio de 1730 a setembro de 1732, 1320 réis, por ter o quinto sido reduzido a 12%. De 1732 a 1735, 1.200 réis. De 1735 a 1751 — durante o tempo da capitação — 1.500 réis, porque o ouro circulava livremente. De agosto de 1751, em que foram estabelecidas novamente, com regularidade, as Casas de Fundição, até o ano de 1823, 1.200 réis”. Estas informações são do historiador acima, citando um outro, que é do alemão ESCHWEGE. Continua Simonsen: “Na realidade, o explorador, que cumprisse sempre a lei, recebia pelo seu ouro o preço aproximado de 1.200 réis”.

O câmbio português, conservou-se praticamente estável, até as guerras napoleônicas.

Nas Casas de Fundição, desde o reinado de D. Pedro I até a Independência, o preço do ouro fundido, em barras, era o seguinte:

Ouro de 18 quilates		1227 réis por oitava
Ouro de 19	"	1295 " " "
Ouro de 20	"	1363 " " "
Ouro de 21	"	1431 " " "
Ouro de 22	"	1500 " " "
Ouro de 23	"	1568 " " "
Ouro de 24	"	1636 " " "

Qualidades do ouro: fora de suas jazidas primitivas, apresentava-se o ouro ora misturado em rochas compactas (conglomerados), ora junto às montanhas disseminado em grãos sobre a rocha e coberto pela terra, outras vezes, também de ambos os lados dos vales dos rios e ao sopé das montanhas, elevando-se assim a uma grande altura (grupiaras) em companhia de outros seixos, finalmente no leito dos rios (cascalho virgem).

Diversos eram também os aspectos com que o ouro se apresentava nas rochas, nas gangas e veeiros: ora em massas pepíticas, ora em pó e disseminado, algumas vezes cristalizado. Nos depósitos de aluvião aparecia em grãos pequenos e finos de areia, ou em lâminas ou em grãos maiores.

A cor era variável, dominando a amarela. O extraído do cascalho virgem do Ribeirão de Vila Rica apresentava coloração escura — que originou a denominação de “Ouro Preto”.

O título do ouro, o seu toque, variava de 16 a 23 $\frac{7}{8}$ quilates. A maioria apresentava-se em título compreendido entre 21 $\frac{1}{2}$ e 22 $\frac{1}{2}$ quilates.

Preços e inflação decorrentes da produção mineira

O historiador Mircea Buescu, em “300 Anos de Inflação” (pág. 78 e seg.) descreve: “Um dos efeitos mais flagrantes do “rush” da mineração foi a alta dos preços, uma alta espetacular que se estendeu, embora em menores proporções, para regiões do Brasil (economicamente ligadas à zona mineira)”.

Prossegue o autor: "... os preços são dados (de várias mercadorias) em oitavas de ouro (5.588 gramas), moeda corrente na região mineira durante o ciclo da mineração". Após apresentar determinada tabela de preços de vários produtos comercializados na zona mineira (pág. 82), oferece informações, com os preços mineiros transformados em réis, ao preço corrente de 1.500 réis a oitava de ouro — a taxa de conversão para a oitava de ouro de 22 quilates, até a Independência, ou pelo menos entre a descoberta do ouro e 1750, com a exceção do período 1725/1735, girou em torno de 1.200 a 1.300 réis. A transformação dos números absolutos em índices, com base em 1690, ajudará à apreciação do fenômeno. Em primeiro lugar, é a dimensão da inflação: num caso os preços subiram até 600 vezes, mas a maioria se situou em níveis mais baixos. Sob certo aspecto da inflação mineira, entre 1690 e 1740, aproximadamente, os preços teriam crescido em algo como 100 vezes ou pouco mais".

À página 94 o autor, além de bom comentário, dá-nos um quadro mostrando a produção e a exportação por decênio e o estoque resultante, que passa para o período subsequente. Conforme ele diz: O quadro abaixo sugere uma explicação da *inflação mineira, de acordo com o modelo quantitativo*: durante a expansão do ciclo, aumentaram os estoques monetários na região das minas, de lá estendendo-se pelo Brasil todo, mormente Rio e São Paulo. E prossegue: "Pode-se estranhar a redução dos estoques durante o decênio 1711-1720. Se pudéssemos quantificar melhor o contrabando, talvez não aparecesse aquela queda de estoque. De modo geral, as saídas de ouro de que se fala constantemente nos documentos da época reduziam drasticamente o meio circulante. Grandes eram os clamores do povo e principalmente dos homens de negócios pela falta da moeda, inclusive para a arrecadação de impostos. Do ponto de vista da inflação, pode-se imaginar mesmo que o ouro, antes de ser exportado, circulava durante um certo tempo, portanto provocava alta dos preços. Na região mineira estes subiram violentamente no início do período, digamos, setenta vezes nos dez anos entre o início da mineração e a época de Antonil, enquanto o aumento subsequente foi bem menor".

Uma arroba de ouro em pó pelo preço da Bahia a quatorze tostões a oitava, importa quatorze mil trezentos e trinta e seis cruzados. Quintado, pelo preço da Bahia, a dezesseis tostões a oitava, importa dezesseis mil trezentos e oitenta e quatro cruzados.

Uma arroba de ouro em pó pelo preço do Rio de Janeiro, a treze tostões a oitava, importa treze mil trezentos e doze cruzados. Quintado a quinze tostões a oitava, importa quinze mil trezentos e setenta cruzados.

Donde se segue que, tirando-se cada ano mais de cem arrobas de ouro, a quinze tostões a oitava, preço corrente na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo quintado, vem a importar cada ano, um milhão quinhentos e trinta e seis mil cruzados. Das quais cem arrobas, se se quintarem, como é justo, cabem a Sua Majestade vinte arrobas, que importam trezentos e sete mil e duzentos cruzados, mas é certo que cada ano se tiram mais de trezentas arrobas.

E com isto não parecerá incrível o que por fama constante se conta haverem ajuntado em diversos tempos afins uns descobridores dos ribeiros nomeados, como uns mais bem afortunados nas datas e também os que metendo gado e negros para os venderem por maior preço, e outros gêneros mais procurados, ou plantando ou comprando roças de milho nas minas, foram-se aproveitando do que outros tiram. Não falando pois do grande cabedal, que tirou o Governador Artur de Sá, que duas vezes foi a elas do Rio de Janeiro, nem dos que ajuntaram duas ou três arrobas, que não foram poucos. Tem-se por certo que Baltazar de Godói, de roças e catas ajuntou vinte arrobas de ouro. De vários Ribeiros e da negociação com roças, negros, mantimentos, fez Francisco do Amaral mais de cinqüenta arrobas.

Pouco menos Manuel Nunes Vianna e Manoel Borba Gato, e com bastante cabedal se recolheu para São Paulo, Joseph Goes de Almeida e para o Caminho Novo, Garcia Rodrigues Pais. João Lopes de Lima tirou do seu ribeiro cinco arrobas; os Penteado de suas lavras e indústrias sete arrobas; Domingos da Silva Moreira, de negócio e lavra, cinco arrobas; João de Goes, cinco arrobas; Amador Bueno da Veiga, do Rio do Ouro Preto, do Ribeirão e de outras partes, oito arrobas. E finalmente deixando outro muito bem aproveitados: Thomás Ferreira abarcando muitas boiadas de gado, que ia dos Campos da Bahia para Minas, comprando muitas roças e ocupando muitos escravos nas Catas de vários Ribeiros, chegou a ter mais de quarenta arrobas de ouro, parte em seres; e parte para se cobrar. Mas tratando de cobrar o ouro, que se lhe devia, houve entretanto quem lhe deu por desgostos umas poucas balas de chumbo, que é o que sucede não poucas vezes em Minas.

Também com vender coisas comestíveis, aguardente e garapas, muitas, em pouco tempo, acumularam quantidade considerável de ouro.

Porque como os negros e índios escondem bastante oitavas, quando catam nos ribeiros e rios nos dias santos, e nas últimas horas do dia tiram ouro para si. A maior parte deste ouro se gasta em comer, beber, e insensivelmente dá aos vendedores grande lucro. Até os homens de maior cabedal não deixam de se aproveitar por este caminho desta mina à flor da terra, tendo negras cosinheiras, mulatas doceiras e crioulos taverneiros, ocupados nesta rendosíssima lavra e mandando vir dos portos do mar o que a gula costuma apetecer”.

Em cultura e opulência do Brasil relata Antonil: (p. 143 e seg.).

“Vários foram os preços do ouro no decurso destes anos: não só por razão da perfeição de um maior que a do outro, por ter de mais subidos os quilates, mas também a respeito dos lugares, onde se vendia: porque mais barato se vende nas Minas, do que na Vila de São Paulo e de Santos e muito mais vai nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, do que nas vilas referidas. Também muito mais vai quintado do que em pó: porque o que se vende em pó, sai do fogo com bastante quebras, além do que vai de diferença por razão do que se pagou ou não se pagou de quintos.”

1.9 — Valores Produzidos

Também Roberto Simonsen entende ser “muito difícil determinar, com rigor matemático, a quantidade de ouro extraído no Brasil”. Aliás, em consonância com Eschwege, diz: “não há índices seguros, nem em Minas Gerais, nem nos impostos de capitação”.

Baseando-se nos quintos arrecadados em Minas Gerais e calculando para as diversas regiões uma produção proporcional às populações, Eschwege chegou ao total de 63.417 arrobas, para o período 1600/1820. Seriam 951,255 t. ou £ 130.000.000 (Pluto Brasiliensis — Eschwege).

Calógeras, para o período 1700/1801, avalia 65.000 arrobas ou 983 t., ou seja, £ 135.000.000. Também, para o período inicial até 1830 ele calcula ter o Brasil produzido 1.400 toneladas, ou seja, £ 190.000.000. Neste quadro oferecido por Simonsen, este afirma que, tanto Eschwege quanto Calógeras apresentaram cifras baseadas em dados colhidos no próprio país, enquanto outro alemão, Humboldt, procedendo diferente e fazendo um estudo profundo e em conjunto sobre a mineração americana, aponta a produção total do Brasil, no espaço 1500 — 1803, de £ 194.000.000, dos quais £ 155.000.000 registrados e £ 39.000.000 contrabandeados. A produção de Minas Gerais representou 70% deste total.

Outro economista estrangeiro figurando em História Econômica do Brasil — Alexandre del Mar —, admite uma produção de 880 milhões de dólares no trecho 1680 — 1820, isto é, £ 181.000.000. Michel Chevalier aproxima-se do cientista Humboldt e admite a exportação brasileira ter sido, até 1848, de 1.342.300 t., isto é, cerca de £ 185.000.000.

A produção do Brasil independente atingiu aproximadamente £ 50.000.000.

“Com o enorme encarecimento do precioso metal, trabalham, ainda, nas antigas regiões mineradoras muitos “fiscadores”, cuja produção em 1935, ultrapassou de oito toneladas” — assegurava Simonsen, naquele ano.

A produção de metais preciosos nas Américas, de 1492 a 1800 desenvolveu-se assim:

De 1492 a 1500 —	Prod. anual média	60.000 Libras
De 1500 a 1545 —	” ” ”	700.000 ”
De 1545 a 1600 —	” ” ”	2.500.000 ”
De 1600 a 1700 —	” ” ”	3.600.000 ”
De 1700 a 1750 —	” ” ”	5.000.000 ”
De 1750 a 1800 —	” ” ”	8.000.000 ”

Desta massa, o ouro brasileiro do Século XVIII, que tão grande repercussão exercera na economia internacional da época e na formação da nossa nacionalidade, representa apenas 4%.

Mais de 9/10 dos metais preciosos que afluíram aos mercados europeus provinham da América Espanhola e portuguesa. Isto é afirmado por Humboldt, que prossegue. Totais espanhóis e portugueses: “A produção registrada de origem espanhola seria de £ 920.000.000, representando £ 186.000.000 a contribuição do contrabando. Total: £ 1.116.000.000.

A produção da colônia brasileira teria sido de £ 155.000.000 registrados e £ 39.000.000, a que não teria pago os impostos à Coroa.

Estas produções eram elavadiíssimas em relação aos séculos XVI, XVII e XVIII. Porém, a partir da metade do Séc. XIX, graças às descobertas de ouro e prata nos EUA, Austrália, Rússia e Trauswaal, foram ultrapassadas. Para se julgar a modéstia com que se apresenta a contribuição sul-americana, basta mencionar que a produção dessa área, de 1493 a 1800, é apenas 8% do volume total do ouro produzido entre 1493 e 1935.

1.10 — *Produção do Ouro no Brasil (Exportação)*

Afirma Pandiá Calógeras, em "As Minas do Brasil": "Estacelecer de modo definitivo qual a produção do ouro de nosso País, desde as primitivas lavras paulistas, é, por certo, empresa impossível. Nem se conhecem os algarismos das remessas dos quintos, nem há meios irrecusáveis de avaliar o total extraído na vigência do regime das fintas. Segredos em documentos ainda não divulgados dos arquivos de aquém e de além-mar, contrabando desnorteados de cálculos, tudo se coligiu para impedir a fixação de números exatos. O que há são hipóteses em sinais externos da riqueza pública de cada época, e na probabilidade dos descaminhos dos quintos reais.

De São Paulo o pouco que se sabe reduz-se à publicação do imposto cobrado em alguns anos. Com relação à Bahia, Mato Grosso e Goiás, idem".

Prossegue o autor mencionado: "Porém, se considerarmos que as minas de Cuiabá e de Mato Grosso estiveram em franca produção de 1719 a 1770 aproximadamente e as de Goiás, de 1725 a 1770, não será exagerado adotarmos os algarismos médios durante esse período de 80 arrobas por ano para Cuiabá e Mato Grosso e 100 arrobas para Goiás. Isto daria uma produção total de 9.000 arrobas até 1725, pois daí por diante foi muito fraca a produção. Nos anos posteriores mais umas 2.400 arrobas até 1822, digamos, ao todo, umas 13.000 arrobas, ou seja: 190 toneladas.

Entre São Paulo, Bahia e Ceará não é provável tenham produzido mais de 80 toneladas, de sorte que chegaríamos assim a um total de 270 toneladas para produção aurífera do Brasil, afora Minas Gerais, durante o período colonial.

O cômputo em Minas Gerais aproxima-se da realidade, pois se conhece os quintos reais devidamente escriturados nos livros da receita da Capitania, salvo para o 1.º período, quando ninguém pagou o imposto do ouro".

Calógeras, ainda citando Antonil, diz que a média da extração nesse primeiro período (1700-1713) — em que o quinto quase nada rendeu — "devia regular por umas trezentas arrobas cada ano".

De 1700 a 1724, nesses 25 anos, o fisco recebeu 324 arrobas, 38 marcos, 1 onça, 6 oitavas e 35 grãos, por ano. Isto dá em média 7.500 arrobas somadas.

No trecho seguinte — 1725 a 1735 — foram pagos 1.068 arrobas de quintos; considerando os descaminhos freqüentes, permite-se adotar para a produção desses 11 anos o peso de 6.500 arrobas.

De 1736 a 1751 — os quintos renderam a Coroa 2.006 arrobas, somados os descaminhos, calcula-se em 12.000 arrobas o ouro arrancado às lavras de Minas Gerais.

De 1752 em diante funcionou o sistema da quôta de 100 arrobas, que até 1787, produziu 3.060 arrobas. Com a cobrança complementar no Registro de Paraibuna, de 6 arrobas, os confiscos de 28 marcos, o quinto do ouro fundido pela Fazenda Real no valor de 31 arrobas e 24 arrobas exigidas pelas derramas, alcançamos o total de 3.123 arrobas até 1787.

As queixas contra extravios sempre aumentaram. Isso permite adotar um coeficiente superior a 5 para se conhecer, pelo quinto, o valor metálico extraído das entranhas do solo mineiro, que é de 18.000 arrobas nesse período.

Sem nos afastarmos dos escritos de Pandiá Calógeras, agora vêmo-lo citando as tabelas do Dr. Ribeiro de Vasconcelos, para o período 1788 — 1820: o total obtido de 4.000 arrobas até 1801 e 3.500 arrobas até 1820. Assim, só nas Minas Gerais, a extração total até 1820 aproxima-se de 51.500 arrobas ou 772.500 quilogramas.

De 1820 a 1860, pela tabela do economista inglês Henwood a extração foi de 63.783 quilogramas. Daí até 1896 extraiu-se mais 74.000 quilogramas, perfazendo o total de 910.283 toneladas.

Desse ano até o final do século, mais 16 toneladas (tabela oficial do governo). Adicionando o ouro extraído pelos fiascadores, chegamos ao resultado definitivo de 944 toneladas em 1903. Somando-se pequenas porções do ouro explorado modernamente na Bahia, Ceará e Rio Grande do Sul, o Brasil, desde o começo até 1903 forneceu cerca de MIL TONELADAS de OURO, no valor aproximadamente de 3 bilhões de francos.

Importante: Para se ter idéia nítida do valor exato dessa produção (1.000 toneladas) seria necessário entrar em linha de conta com o poder aquisitivo do metal precioso nas diversas épocas da história das minas, o que elevaria bastante as somas que acabamos de citar — conclui Pandiá Calógeras.

1.11 — *Influência Histórica*

Graças às descobertas de ouro (e também dos diamantes) o grande território despovoado do Brasil foi beneficiado com fortes levas de imigrantes europeus e africanos (estes vindos na condição de escravos para minerar). Esses contingentes eram indispensáveis no povoamento da terra e constituição étnica do brasileiro. Conforme constatamos em pesquisa de Mircea Buescu e Vicente Tapajós, em “História do Desenvolvimento Econômico do Brasil”, a população em 1690 era de 300.000 pessoas; em 1776, 1.900.000; em 1798 atinge 3.250.000 indivíduos. Afirmam os autores acima: “A evolução histórica nos mostra que a influência do ciclo da mineração foi decisiva para o desenvolvimento demográfico. De 1600

a 1690, a população triplicou. A seguir, no ciclo do ouro, em período apenas um pouco maior (1690-1798), aumentou quase onze vezes e, mesmo admitindo-se grande contingente de imigração branca, a contribuição dos escravos importados foi decisiva (600.000 p/a mineração; 500.000 p/outras atividades) ”.

Companhias de guarnição e policiamento das quais são mandadas duas para a Capitania de Minas Gerais, dada sua importância no começo do Século XVIII.

De uma dessas companhias, fez parte ativa o alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, comandando a patrulha do Caminho Novo, que policiava essa estrada contra assaltantes.

Ao lado de outros fatores, a procura das minas fez com que os bandeirantes conquistassem mais terras para formar o futuro país.

A mineração promoveu a fundação das primeiras cidades do interior do Brasil. Esse tipo de indústria exigia a concentração de massas consideráveis de mineradores em determinados pontos. Assim, surgiram os núcleos de habitações, as vilas, as cidades. A outra indústria, que foi a criação e expansão do gado, conforme relatam diversos pesquisadores, foi anterior à mineração na ocupação do interior da colônia, mas atuava como elemento de rarefação de populações.

A influência histórica da mineração se confunde bastante com a história das tropas e tropeiros no Século XVIII. As aglomerações de mineiros exigiam vultosos transportes de artigos para os seus consumos e instalações; na própria exploração das minas usava-se gado mular em abundância e o transporte do ouro, com sua comitiva de guardas, incrementava a sua utilidade. Era grande a vantagem do emprego das mulas, surgindo a figura do tropeiro que, durante dois séculos exerceu relevante função nas ligações de nosso interior, onde até hoje, em alguns lugares, é um elemento de comunicação. À medida que se concentravam as populações da zona de mineração, era natural que aí se fundassem estabelecimentos agrícolas e principalmente fazendas de criar para atender às solicitações de gado *vacum* e mular.

No Brasil, se o ouro não proporcionou o mesmo progresso que teve a Inglaterra, ou seja, se não ficou incorporado em empreendimentos de grandes resultados para o futuro, incentivou uma vultosa imigração para o Centro-Sul do país que ocupou, definitivamente, nossos sertões; permitiu a construção das primeiras cidades no interior; criou um grande mercado de gado e tropas, estimulando os Paulistas à ocupação e conquista definitiva das regiões do Sul; tornou o Rio de Janeiro a capital brasileira e aí criou fortes elementos de progresso; permitiu a concentração e a formação de capitais em escravos e tropas, os quais mais tarde facilitariam a implantação da lavoura do café no Vale do Paraíba e regiões fluminenses.

A despeito de todas as ilusões criadas pelo ouro, o balanço geral do ciclo da mineração deixou saldos reais em proveito do Brasil, embora não no saldo econômico. Cidades importantes historicamente como Ouro Preto, Mariana, Diamantina e outras são parte da influência que o ouro deixou para sempre no país.

Em função do ouro construíram-se diversos caminhos que se tornaram conhecidos na história descobrindo regiões do Brasil. Caminho Velho, Caminho Novo, Caminho de "Terra Firme", atingindo São Paulo — Rio — Minas, e outros no Sul e no nordeste. A mineração fez o governo criar novas Capitanias: São Paulo e Minas Gerais são separadas da Capitania do Rio de Janeiro, em 1709; em 1720 Minas e São Paulo são desmembradas em duas unidades; em 1748 os territórios de Cuiabá e Goiás isolam-se (administrativamente) da província bandeirante.

Importância histórica e cívica, de cunho nacional, que produziu o mártir primeiro na constituição dos valores nacionais — Tiradentes e a Inconfidência — tem origem no problema da mineração. É nas terras mineiras produzindo riquezas para o estrangeiro que se tenta a independência do país, em 1789.

Um século de ouro no Brasil produziu muitas histórias — muito sofrimento para uns e alegrias para outros: nas minas houve escravos famosos (entre eles Izidoro). Lendas fantásticas e verdades inacreditáveis como Xica da Silva, entre outras. Com o ouro revelaram-se mártires e traidores.

O historiador Mircea Buescu, referindo-se ao ciclo da mineração nos diz:

"Mais do que a expansão territorial, pela penetração do Planalto Central, foi a expansão demográfica, importante resultado do ciclo da mineração. Se o abandono da zona açucareira importou em perda substancial para a comunidade e declínio da agricultura naquela zona, a mineração sustentou várias atividades subsidiárias, tanto agrícolas quanto artesanais, criando, assim, núcleo de classe média urbana (acrescido pela expansão do aparelho militar-administrativo, necessitada pela própria mineração).

A alta geral de preços constituiu também incentivo para as atividades comerciais e desta forma foi dado mais um passo para a ampliação do mercado interno.

Outros efeitos do ciclo devem ser apontados: aumento do funcionalismo para controle da zona mineira, resultando na urbanização e crescimento da classe média que surgia; a monetização da economia, com a criação da Casa da Moeda (1694) e das Casas de Fundição (1725); a criação de novas classes: mineradoras, artesãos, administradores, etc.

A mineração criou classe de mineradores ricos, que durou pouco tempo, sobretudo uma classe média (ou submédia) que, após a queda do surto do ouro, veio engrossar o semiproletariado rural ou mesmo a classe mediana das cidades (cujo nível de vida era também muito baixo)".

Ainda consultando a obra do autor citado acima — História do Desenvolvimento Econômico do Brasil —, compilamos, em outro capítulo: “A guerra dos Emboabas (1708) foi a manifestação da grande transformação demográfica e social promovida pelo ciclo mineiro. Este ofereceu maiores oportunidades de ascensão social, pois, apesar dos capitais que a busca de ouro exigia, o sucesso era possível com recursos mais reduzidos. Apesar das limitações e riscos a mineração permitiu a ascensão econômica e social no setor comercial e artesanal”.

1.12 — *Influência Cultural e Desenvolvimento Sócio-Econômico*

Também na região mineira os primeiros povoados cresceram ao redor de capelas e vendas. A população constituía-se de comerciantes, artífices (carpinteiros, sapateiros, alfaiates e outros), funcionários civis, religiosos, índios, negros. Numerosas famílias vieram de São Paulo, Bahia e Portugal. Nos primeiros anos havia distinção entre brancos e negros.

Os moços solteiros vindos do reino ligavam-se às escravas, ocorrendo daí grande número de mulatos, que, com o passar dos tempos, destacaram-se — muitos deles — em postos políticos, eclesiásticos e artísticos da região. Mestre Valentim, um destes, também foi muito auxiliado por diversos artistas escravos (ou escravos artistas).

A concubinação em Minas, como em outras Províncias, era largamente difundida, ou melhor, praticada. Os cristãos-novos, vindos de Portugal, conviveram pacificamente com os habitantes das minas e foram os introdutores, segundo especialistas no assunto, da Maçonaria no Brasil. Eram excelentes ourives, lapidadores de pedras preciosas e açougueiros.

O espírito religioso sempre esteve presente; em cada casa um oratório e pequenas imagens devocionais. As Irmandades religiosas eram rígidas em sua composição.

Os negros pertenciam à Irmandade do Rosário, a qual não admitia inclusão de pardos ou brancos. A Irmandade de N. S. do Carmo (Carmelitas), cuja igreja em Diamantina, construída pelo Contratador João Fernandes de Oliveira — o filho e não o pai —, só aceitava o ingresso de brancos; nem forros nem pardos tinham acesso a ela. Nas igrejas paroquiais existiam os livros para registro dos casamentos, nascimentos, óbitos. Os padres eram pagos pela Coroa, e muitos deles cuidavam de outros afazeres, tais como a prática da medicina, comércio de medicamentos, mineração, engenhos, fazendas de gado, além de serem professores dos filhos de famílias abastadas.

O mineiro não dispensava os requisitos da vida urbana, mesmo tendo suas lavouras, engenhos ou minas, no campo. Por exemplo, as famílias do Tijuco eram muito afeitas a festas e comemorações, o que não ocorria com tanta freqüência com os moradores de Vila Rica.

As vilas tornaram-se importantes centros administrativos, social e político, até em âmbito nacional. A ordem e a segurança eram mantidas pelas milícias, pagas pela Câmara e chefiadas por sargentos do exército português.

A Câmara do Senado, instituição vinda de Portugal, era órgão executivo, correspondendo às prefeituras de hoje.

Nos primeiros anos do Século XVIII, as casas de pessoas abastadas eram feitas de taipa, dois a três pavimentos e loja no térreo. Os tetos variavam, às vezes, apainelados ou de curiosos desenhos e pinturas. As fachadas decoradas com sacadas de madeiras e janelas de guilhotina. Nas construções mais simples as janelas de gelosias ficavam ao nível da rua. De meados do Século XVIII em diante a arquitetura passou a ser suntuosa: as fachadas apresentavam ornatos em cantaria, gradis de ferro, amplas escadas de pedras, tudo lembrando o estilo arquitetônico trazido da Europa. É bom lembrar que a arquitetura no Brasil adaptou-se ao local, sofreu transformações. Ela teve influência da arquitetura italiana, espanhola, chinesa, marroquina, árabe. Isto é, não se transplantou de Portugal o seu estilo sozinho para aqui.

O mobiliário utilizou muito o pau santo, cedro, jacarandá. As peças mais requintadas eram feitas por artífices do reino ou compradas na Bahia. A louça provinha da Índia, Inglaterra e fábricas portuguesas. A prata largamente empregada nas baixelas, peças de toucador e decoração. As roupas de cama e de mesa ou são feitas de linho branco, ou renda ou damasco. A fazenda da vestimenta masculina e da feminina constituía fino gosto.

A figura do mascate não pode ser omitida neste relato. Ele, apesar de ser considerado careiro, explorador, era sempre pessoa simpática e útil, quando chegava ao interior nas épocas certas. É um capítulo à parte.

Notável alteração sofreram os costumes de um povo, isolado neste canto do Brasil. Procurou-se imitar à risca os usos e modas da metrópole, que também por sua vez procurava imitar o que via na França. Usavam os homens trazer cabeleiras trançadas em forma de rabicho, entrelaçadas com um cadarço de gorgorão, arrematando na extremidade por uma laçada; chapéu à Frederico, de três pancadas; camisas de folhos com colarinho baixo; gravata de lenço branco bordado; colete de cetim macau, bordado de lantejoulas e comprido em forma de fraque, com abotoadura de pedras; casaca de veludo de diversas cores, calção largo de seda ou veludo, apertado com fivela de ouro.

As senhoras traziam na cabeça uma coifa de seda branca presa ao cabelo com alfinetes e borla de fio de ouro na extremidade; camisas de folho apertadas no pescoço, grosso afogador e pesados brincos de pedraria escatoada; saia de imensa roda com longa cauda, que trançavam no braço; sapatos de bico agudo levemente voltados para cima, com altos saltos de madeira; traziam os dedos das mãos quase inteiramente cobertos de anéis de ouro.

Interessante era o povilho, feito de trigo macerado, ou goma de mandioca, com que emboavam os cabelos.

Um dos mais sérios estudos dos tempos era o da denominada "política" ou "civildade", isto é, da maneira porque cada um devia em público regular o seu comportamento. Para este estudo havia mestres. Mestres de nomeada, que se mandavam vir de longe, com grandes dispêndios e finques ordenados.

Naqueles tempos difíceis só a mineração poderia ter dado o desenvolvimento artístico que teve Minas. O ouro e os diamantes levaram multidões às Gerais.

Ouro sendo riqueza, para lá foram-se também homens ricos, letrados, padres, médicos, cronistas estrangeiros, influências européias. Com isso desenvolveu-se em vários lugares o arraial: o arraial que passa a vila e esta se torna cidade. Quase toda vila começa com pequena capela e evolue com o tempo para as colossais igrejas, riquíssimas em peças e ornamentos de ouro, prata, diamantes, estátuas. Também as igrejas opulentas e suntuosas da Bahia, muito devem ao ouro de Minas.

O Aleijadinho e outros gênios da escultura ampliaram as artes sacras em Minas, cuja fama atravessou as fronteiras do país. Interessante notar no ciclo do ouro: foi proibida a existência de conventos naquela Capitania.

Passamos a transcrever importantes afirmações do Historiador J. B. de Oliveira, inseridas na "Apresentação" do Livro de Lopes de Sá: "Como herança e fontes de estudo existem, além dos Arquivos Históricos e outras instituições, os Museus. O Museu do Ouro de Sabará, por exemplo mostra muito da história do Ouro. A "Casa dos Contos" de Vila Rica oferece precioso acervo documental, sob vários aspectos, abrangendo todo um ciclo econômico de nossa história, entre duas mutações sócio-políticas relevantes: a conversão do bandeirismo nômade em bandeirismo de fixação, ocorria no fim do Século XVII em Minas Gerais e a conscientização de nacionalidade brasileira, fundada em aspirações democráticas e republicanas, que ocorre exatamente com a Conjuração Mineira. É confortador saber que a metodologia mineira setecentista era das mais avançadas da época. Três dos mais importantes trabalhos históricos realizados no ciclo do ouro se devem a Contadores: O "Erário Régio", de Francisco Antônio Rebelo; a "Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais", de José Joaquim da Rocha, o Velho; e a "Instrução para o Governo das Minas", do Des. João José Teixeira Coelho. Na mesma linha-gem há a considerar estudo sobre os diamantes, do Intendente Luiz Beltrão de Goveia, reproduzido integralmente por Pizarro em suas "Memórias históricas do Rio de Janeiro".

Do interessante livro do Dr. Lopes de Sá — "Aspectos Contábeis no Período da Inconfidência Mineira" retiramos: "Investigando material do Arquivo Público Mineiro, preocupados em evidenciar os aspectos culturais contábeis na época dos inconfidentes, verificamos não existir outra obra que se tenha dedicado a tais aspectos específicos de nossa História". Prossegue: "No ciclo do ouro encontramos critérios lúcidos, de expansão marcante, na organização dos registros contábeis, nivelando-se com as mais apuradas técnicas em prática no Velho Mundo. Através da correspondência ativa de João Roriz de Macedo buscamos algumas reconstituições de práticas contábeis na época dos minérios.

Minas, no Século XVIII seguiu a tradição dos registros contábeis realizados em livros, inspirados em "comprovações".

Os "Registros" eram unidades "controladoras" das "entradas" em uma determinada "área" (as áreas eram divididas em comarcas: a do

Rio das Mortes, Sabará e Serro). Os fatos deveriam ser "escriturados" quer pelos recebimentos em caixa, quer em Contas-Correntes". A formalização era como inda hoje exigem as Juntas Comerciais. No início do processo das partidas dobradas os livros distinguiam-se pela cor das capas: "Livro Negro", "Livro Amarelo", etc. A literatura contábil portuguesa inicia-se em 1706, com a obra "Norte Mercantil". João Roriz de Macedo veio para o Brasil com 10 anos, portanto, sua cultura contábil, que era formidável, foi adquirida aqui. Ele foi grande contratador e profundo conhecedor das técnicas contábeis.

O Século XVIII, em Minas Gerais, é o tempo de ebulições sociais e econômicas, o que fermentou uma cultura própria, bastante enriquecida pela genialidade da gente que habitava a Província. Nas Minas Gerais se praticaram escriturações mercantis do melhor nível, inclusive adotando métodos da Europa, só posteriormente objeto de publicações (como atesta o acervo contábil do Museu do Ouro, em Sabará).

Macedo espelha bem o nível cultural de Vila Rica e que na área contábil, quanto aos conceitos, nivelava-se aos mais altos do mundo. O uso da partida dobrada já era adotado no setor público, em escriturações cujo esmero merece toda a admiração.

Tudo indica que Macedo procurava manter-se, ao máximo, atualizado com a arrecadação. A manutenção de uma escrita atualizada numa época onde eram as estradas o lento meio de condução (além de arriscado), não era tarefa fácil.

O contratador tinha uma área extensa de atuação e sua obrigação de arrecadar naquele 1780 era de vulto; deveria recolher à Coroa 127:787\$769 — segundo o que consta do lançamento de "Divisão", na coluna do DEVE, à folha 5 do Registro das Contas-Correntes dos Rendeiros, mantido pela Junta da Real Fazenda.

A insegurança das estradas, embora saneadas várias vezes, sempre levava à utilização de mensageiros experientes (os homens das Forças Armadas levavam vantagens). Por isto quase sempre era utilizado militar para esse fim.

Minas alcançou, pois, na época da Conjuração um inequívoco amadurecimento cultural contábil — que, trazido de Portugal, onde a evolução é de deduzir-se tenha igualmente atingido altos índices — que levava a realizar críticas seguras em relação ao passado.

Vila Rica possuía outros valores contabilistas, inclusive, os que passaram à História do Brasil, como o contador de Macedo, Vicente Mota, degredado como inconfidente. Por conseguinte, a cultura da contabilidade em Minas, ao fim do Século XVIII, era sólida, evoluída e característica."

Casa do Real Contrato

O prédio de Rodrigues de Macedo, conhecido ao tempo desse contratador como "Casa do Real Contrato das Entradas" ou "Casa do Contrato", tem seu nome ligado aos fatos da Inconfidência Mineira. Ali estiveram em custódia e foram interrogados vários dos inconfidentes, inclusive Cláudio Manoel da Costa, morto ali.

Casa dos Contos

As repartições da Junta da Fazenda, transferidas para a Casa do Contrato, passaram para ela os cofres públicos. E lhe advém, então, o nome de Casa dos Contos, que é o que tinha a antiga sede da Junta. Referindo-se à Casa dos Contos, Saint Hilaire, chegando à Vila Rica em fins de 1816, escreve que “A repartição do tesouro (Casa da Fazenda) é um edifício pesado, que, entretanto, se destaca pelas dimensões”. “É lá qu se reúne a junta da Fazenda, onde estão os cofres públicos e se conservam os documentos relativos às finanças da Província”.

Transcrevemos a seguir “A Casa dos Contos”, um prévio estudo que faz o escritor contemporâneo Tarquínio J. B. de Oliveira em seu livro “Ensaio da Casa dos Contos” — ESAF/Casa dos Contos (1979).

O edifício é um dos mais belos e amplos do barroco residencial mineiro, devendo-se o seu risco ao Mestre Antônio de Sousa Calheiros.

João Rodrigues de Macedo, *arrematante da arrecadação tributária das Entradas e dos Dízimos*, possivelmente uma das maiores fortunas de Vila Rica, o que fez construir entre os anos de 1782 e 1784. Os anexos de morro acima (onde hoje se situa o Grande Hotel) foram construídos no período seguinte de 1784 a 1787.

Além de residência de Macedo (piso superior), a casa abrigava, nas duas lojas que ombreiam sua portentosa entrada principal, a administração dos contratos. Igualmente no piso térreo havia 2 quartos, em cada ala correspondente às lojas, destinados: um, à morada do Caixa Vicente Vieira da Mota e os demais à hospedagem de altas pessoas da Capitania.

Durante o período negro da repressão à Inconfidência, foi convertido em quartel da Companhia do Esquadrão do Vice-Rei, enviada para garantia do poder colonial (junto com mais duas companhias portuguesas de Infantaria que ocuparam os anexos de morro acima, os quais passaram daí por diante a denominar-se Quartel da Infantaria).

Os três quartos disponíveis do piso térreo funcionaram como prisão nobre dos Inconfidentes de mais elevados títulos. Assim, neles estiveram encarcerados:

- Côn. Luís Vieira da Silva, reputado sábio e professor de filosofia em Mariana;

- Dr. Cláudio Manuel da Costa, poeta laureado e advogado, ex-Secretário do Governo de Minas.

- S. M. Luís Vaz de Toledo Piza, irmão do Vigário de S. José Carlos Correia de Toledo;

- Félix Correia de Toledo, sobrinho menor do mesmo Vigário;

- Dr. José Álvares Maciel, cientista e metalurgista;

- Francisco José de Melo, primo-irmão do Capitão-Mor de São José do Rio das Mortes e parente afim do Coronel Francisco A. Oliveira Lopes;

- Pe. José S. O. Rolim, um dos mais ricos Inconfidentes e de maior coragem cívica. Seu papel de prisão nobre cessou a 18-11-1789.

Em 04-07-1789, de madrugada, matou-se tragicamente (na cela cuja porta se situava sob o patamar da escadaria monumental) o Inconfidente Cláudio Manuel da Costa — autor do poema Vila Rica.

Em 1793, a Junta da Real Fazenda e a Intendência do Ouro (parte administrativa) locaram de João Rodrigues de Macedo o edifício (piso térreo), passando a funcionar nestas instalações.

Em 1797, achando-se Macedo inadimplente com a Real Fazenda, foi o edifício seqüestrado, isto é, penhorado em garantia de suas dívidas. Afinal em 1803/4, foi incorporado definitivamente ao Erário Régio, pois não havia quem pudesse adquiri-lo, por seu alto valor.

Vem de 1793 — 1797 o nome que conserva de Casa dos Contos, isto é, de sede da administração e contabilidade fazendária da Capitania de Minas — a mais importante da Coroa portuguesa.

Sofreu, no decorrer dos tempos, os seguintes acréscimos:

1820 — Piso superior da ala do córrego, onde passou a funcionar a Casa de Fundição, até então em dependência do Palácio dos Governadores.

1840 — Toda a ala esquerda e os pisos 3.^o e 4.^o (mirante), destinados a abrigar a Secretaria da Fazenda da Província de Minas Gerais.

Entre as suas mais significativas obras de arte, o visitante da Casa dos Contos deve observar:

1 — Na portaria ou pretório:

- a) A escadaria monumental em cantaria, obra-prima em seu gênero;
- b) O arco abatido, cuja trave central é de madeira simulando pedra.

2 — No piso superior:

a) O salão nobre e seu forro com pinturas originais do Século XVIII;

b) As acomodações pessoais de João Rodrigues de Macedo;

c) A escada oculta, entre o piso superior e o 3.^o piso, para uso direto de funcionários do fisco imperial, na ala do córrego;

d) A Casa de Fundição, no prolongamento da ala do córrego, onde se quintava o ouro, fundindo-o no forno em brasas autenticadas e marcadas.

Também os locais para a tomada do toque.

(Possivelmente, com área muito mais modesta antes de 1820, aí funcionaria a cozinha da residência).

3 — No Mirante:

- a) Uma bela paisagem de Vila Rica.

4 — No Pátio:

a) A entrada para as senzalas dos escravos domésticos, situadas no porão. Neste, ao restaurar-se o piso recentemente, se acharam fragmentos dos cadinhos refratários utilizados na fundição do ouro.

- b) Logo a seguir, a cozinha dos escravos domésticos.

5 — Do exterior, fundo do pátio:

a) Vê-se a dupla chaminé monumental, resultante do acréscimo dos fornos de fundição (2.º piso), sobre a cozinha dos escravos domésticos (térreo).

b) A galeria de águas pluviais, no piso do pátio, que drena toda a Rua das Flores desde a Praça, é obra extraordinária da engenharia colonial, a qual Ouro Preto em grande parte deve a conservação até os dias de hoje.

6 — Das janelas que dá para o córrego:

a) Na margem oposta, vêem-se os remanescentes do Jardim Botânico. Deveu-se ao grande cientista Pe. Joaquim Veloso de Miranda, um dos maiores mineiros de seu tempo.

b) A residência, que fica além do Jardim Botânico, pertenceu a José Pereira Marques, comerciante e último arrematante das entradas, celebrizado na sátira política de Tomás Antônio Gonzaga (*Cartas Chilenas*), sob o criptônimo de Marquêsio.

7 — Dos balcões fronteiros para a Rua de São José, se podem ver na calçada oposta três sobrados célebres.

Da esquerda para a direita:

a) O edifício em que funcionou a Junta da Real Fazenda e a Intendência do Ouro antes de se transferirem para a Casa dos Contos.

Foi também Casa dos Contos de Vila Rica, tendo sido alugada pelo Erário Régio em 1782 à viúva do Dr. Manuel Manso da Costa Reis, e serviu até 1793. Nela morou o Intendente Bandeira, amigo íntimo de Gonzaga, entre 1782 e 1791.

b) A casa do centro foi habitada, ao tempo da Inconfidência, pelo cientista Pe. Joaquim Veloso de Miranda, já citado acima.

c) Junto à Ponte de S. José, acha-se a residência e casa do contrato do Inconfidente Domingos de Abreu Vieira, compadre de Tiradentes.

8 — No antigo Largo de São José observar-se-á o belíssimo chafariz, alimentado por águas captadas atrás da Casa dos Contos.

9 — A Ponte de São José —, como o chafariz do Largo — era um dos principais pontos de reunião da cidade, dando acesso para a Rua de São José e do Sacramento, artéria de dinâmico comércio e nobres moradas. Na referida rua, lado direito (do morro), residiram entre outros: Tiradentes (local da Associação Comercial); e Francisca Arcângela de Souza, a Eulina de Cláudio Manuel da Costa, sua fiel amante por quase trinta anos.

Dela teve cinco filhos, dentre eles o pintor Feliciano Manuel da Costa, que trabalhou na mais significativa obra do Aleijadinho em Vila

Rica, a Igreja de São Francisco de Assis, inauguradora da escultura monumental em Minas.

Duas lendas devem ser corrigidas:

1) Houve quem pensasse que as prisões nobres fossem na Casa de José Pereira Marques, o que não tem fundamento.

2) Que a cela de Cláudio fosse debaixo da escada monumental, o que seria inadmissível.

Ivo Porto de Meneses publicou o contrato de locação (feito a 8-6-1789 entre a Câmara e João Rodrigues de Macedo), e alguns recibos das obras que se fizeram para adaptar o piso térreo e respectivo porão a servirem de Quartel para a Companhia do Esquadrão do Vice-Rei.

Os Ministros da Devassa do Rio de Janeiro ouviram múltiplas testemunhas em sua estada na Capital de Minas. Dentre elas, algumas já se achavam indicadas na Devassa de Minas e, portanto, presas. Estas tinham de ser ouvidas nos locais em que estavam encarceradas, salvo impedimento do Ministro-Juiz. Assim, por exemplo, Domingos Vidal de Barbosa e Francisco Antônio de Oliveira Lopes foram inquiridos na Cadeia Pública (ADIM 3:364 e 3:369) a 08-08-1789. Os considerados apenas testemunhas eram ouvidos na residência do Ministro-Juiz (talvez a morada do Intendente Bandeira. Assim, os Tenentes-Coronéis João C. X. Silva Ferrão e Francisco P. Freire de Andrade, soltos, foram ouvidos na residência do Desembargador Coelho Torres, a 12-08-1789. O mesmo ocorreu a 13-08-1789 com Antônio M. Almeida, José Álvares Maciel e Diogo P. R. Vasconcelos, todos em liberdade. Freire de Andrade e Maciel só seriam indiciados e presos a 7 de outubro. Pondo de parte outros exemplos, pois todos são concordantes, vemos que a 2-09, afinal, os Ministros da Devassa — RJ resolvem inquirir Luiz Vaz de Toledo Piza. A assentada desse dia reza: “nas casas aonde se acha aquartelada a Tropa do Rio de Janeiro, que são de João Rodrigues de Macedo, aonde se acham presos em custódia algumas pessoas à ordem do Ilmo. e Exmo. Visconde de Barbacena, Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais; a elas foi o Des. José Pedro M. Coelho Torres, Juiz desta Devassa, comigo, Marcelino Pereira Cleto, Ouvidor e Corregedor da Comarca do Rio de Janeiro, Escrivão também nomeado para a dita Devassa...”

As pessoas a que alude o documento supra eram, além de Luís Vaz, o Côn. Luís Vieira da Silva e Francisco José de Melo, presos naquele local à referida data. No entanto, só o primeiro foi inquirido. Luís Vaz e o Cônego logo seriam remetidos para o Rio. Em seus lugares entraram José Álvares Maciel, preso de 6 a 9 de outubro, quando foi remetido para o Rio com o cunhado Freire de Andrade; e o Pe. José da Silva O. Rolim.

Francisco José de Melo, primo do Capitão-Mor Gonçalo Teixeira, da Vila de São José entrara na vaga do Dr. Cláudio Manuel da Costa, cuja morte ocorreu na madrugada de 4 de julho. Francisco José era igualmente primo de D. Hipólita Teixeira, mulher de Francisco Antônio de Oliveira Lopes, a maior heroína da Inconfidência Mineira. A 18-11, o

último preso ainda na Casa de Macedo, o Pe. Rolim, foi transferido para o Quartel da Infantaria (dependências de morro acima, no local hoje do Grande Hotel). Francisco José, também transferido pouco antes, viria a falecer no Hospital Militar no ano seguinte.

A casa de Macedo, na Devassa — MG, era simplesmente designada por Casa do Contrato das Entradas — o que conduziu à confusão com a casa de Marquêsio, havendo pelo menos três casas de administração de rendas que podiam arrogar-se tal título: a de João de Souza Lisboa, já falecido na Rua Direita de Ouro Preto; a de Macedo e a de José Pereira Marques. Somente a segunda, entretanto tinha instalações nobres e amplas para abrigar preços de alto coturno e a respectiva tropa de guarda. O que fica sobejamente comprovado, não bastasse o contrato de locação e os recibos de obras publicados por Ivo Porto de Menezes.

A segunda lenda é a de que Cláudio teria morrido debaixo da escada. Ao ser preso (25-06-1789), o mobiliário da cela foi levado de sua residência, assim como as roupas de cama e as pessoais. Basta examinar-lhe os autos de seqüestro (V. Obras Completas de Cláudio Manuel da Costa, ed. Garnier, Rio, 1803, 2 vols.).

Na manhã do suicídio, dado o alarme, entraram em sua cela juntos para o competente corpo de delito: 2 ministros, 1 escrivão, 1 tabelião e dois cirurgiões. Ao todo, 6 pessoas. Com o corpo de Cláudio: sete. Com o mobiliário... Isto não podia caber em dois metros quadrados de área.

Não é preciso dizer mais para liquidar-se a lenda piedosa. Quem a criou, ignorava os privilégios legais conferidos aos bacharéis de Coimbra e portadores do Hábito de Cristo — dois títulos, entre muitos, portados por Cláudio.

E foi mesmo suicídio. Sua prova pode ser facilmente verificada nos autos do seqüestro, pelos bens retirados da cela e devolvidos ao depositário. A porta da cela, redescoberta em 1973/4 na restauração do imóvel, fora fechada por alvenaria nas duas faces lá por volta de 1840, quando o fisco provincial se instalou na Casa dos Contos ao lado do fisco imperial.

É possível que no dia 3 de julho (Cláudio fora inquirido pelos ministros da Devassa — MG na véspera, cessando a incomunicabilidade do preso) lhe fosse permitido confessar-se. O Cônego Luís Vieira da Silva, preso na cela defronte, deve ter sido o confessor — pois era grande amigo de Cláudio (e tendo sido inquirido a 1.º de julho, também já não estava incomunicável). O sacerdote que o ouviu em confissão estava no Rio, quando Frei Raimundo Penaforte assistiu (entre outros franciscanos, inclusive o superior do Convento de Santo Antônio), os réus condenados à morte em 18-04-1792. Sendo também Inconfidente, o único em circunstância favorável ao fato era o Cônego Vieira da Silva.

Cláudio dissera ao confessor (que o disse a Penaforte) que se considerava perdido, pois era réu de primeira cabeça. Ninguém, ao tempo, duvidou do suicídio. Nem mesmo o Vice-Rei, Luís de Vasconcelos e Sousa, que censurou acremente o Visconde de Barbacena em 1790, alegando que deixar os presos incomunicáveis por longo tempo — como estava ocorrendo no Rio em virtude da falta de formação de culpa dos inconfidentes para lá remetidos — podia conduzir à repetição do infausto acontecimento.

Além disto, a incomunicabilidade por mais de 5 dias era ilegal, salvo condições peculiaríssimas que impedissem os juizes de inquirir os réus naquele prazo. O Decreto real que proibia, vinha de 1705. E dava como razão fundamental: "trata-se de uma espécie de tortura que já não tem lugar."

Voltando à Casa dos Contos, pode-se afirmar que o local exato do suicídio de Cláudio (já sexagenário, tuberculoso e reumático) foi a porta que separava os dois quartos em que se dividia o segundo salão do atual Posto do Ministério da Fazenda. Apesar das críticas anacrônicas e sentimentais que se fizeram ao laudo dos dois cirurgiões do Século XVIII (presentes dois magistrados e mais dois auxiliares da justiça, ambos estes amicíssimos do poeta infortunado), o referido laudo é perfeito e absolutamente coerente com as circunstâncias da morte e dos bens devolvidos ao seqüestro.

Cláudio é a presença trágica da Casa dos Contos, tragédia que abrandou a repressão estúpida que a vaidade do Visconde de Barbacena orientava. Tratou daí por diante, o arbitrário Governador, de salvar pelo menos a própria alma, se não a própria pele. Por exemplo, logo mandou libertar o Dr. Diogo P. R. Vasconcelos e o excluiu da Devassa — MG no ano seguinte.

Uma visita à Casa dos Contos é preito de homenagem ao excelente homem, erudito poeta, que por amor de sua terra e influência de Gonzaga, foi o primeiro Inconfidente a dar a vida pelo Brasil e pela liberdade. Cláudio, a partir da Guerra do Paraguai (1865-1870), quando a campanha republicana se lançou à luta aberta contra a monarquia, foi erigido a mártir do absolutismo e, portanto, digno de figurar ao lado de Tiradentes como símbolo contra o sistema autocrático apoiado na escravidão da raça negra.

Hoje a Casa dos Contos se constitui em centro de pesquisas histórico-financeiras do Ciclo do Ouro, destinada portanto a desvendar as obscuridades que o fizeram esquecida na evolução social e política do Brasil. Cumpre agora o sonho dos Inconfidentes, integrando em Vila Rica o centro de ciências a que a devotariam."

1.13 — *Importância do ouro na evolução econômica da Inglaterra*

Afirma João Lúcio de Azevedo, citado por João Alfredo Libânio Guedes, in *História Administrativa do Brasil*: "Foi no reinado de D. Pedro II (até 1706) que Portugal se tornou em definitivo uma nação satélite do imperialismo britânico. É que, neste período Portugal assinou, com aquela potência, o tratado que o colocou em posição humilhante; assumiu compromissos obrigatórios e perpétuos, enquanto a nação inglesa só aceitou compromissos facultativos: é o Tratado de Methwen. (1703)."

Já em outros acordos anteriores, como o de Cromwell (1654), ao tempo de D. João IV, Portugal ficava em posição prejudicial. Desde aí o comércio do Brasil ficou franqueado à Inglaterra. Os navios britânicos

freqüentavam nossos portos, e as fazendas (panos) de uso comum no Brasil eram de origem britânica, entre outras mercadorias oficialmente ou clandestinas negociadas na América Portuguesa.

O Tratado de Methwen consta de três artigos decisivos: pelo artigo 1.º Portugal se obriga para sempre a admitir as fazendas e outras manufaturas de lã britânicas. Pelo artigo 2.º a Inglaterra se compromete, também para sempre, a receber os vinhos portugueses, pagando estes dois terços dos direitos exigidos aos vinhos franceses. O art. 3.º é do protocolo; manda ratificar o convênio no espaço de dois meses. Sem entrarmos em considerações profundas do Tratado e sua regulamentação, veremos as conseqüências — às vezes até indiretamente e pouco aparente para o Brasil.

Com esse acordo, a produção brasileira de ouro imprimiu um grande dinamismo à demanda luso-brasileira de manufaturas, criando possibilidades extraordinárias para os produtos ingleses. Desta forma, o ouro do país encaminhou-se em quase totalidade para a Grã-Bretanha, permitindo essa nação acumular vultosas reservas internacionais, sem as quais não teria condições de enfrentar as guerras napoleônicas.

Ainda no dizer de João Lúcio de Azevedo “pelo Tratado de 1703 a Inglaterra obteve a posse sem o domínio (de Portugal). Era um relacionamento que lhe permitia absorver as imensas riquezas de ouro e diamantes do Brasil”. Também o Marquês de Pombal afirmou no seu tempo: “o fabuloso capital produzido pelas minas passava quase todo para a Inglaterra. O grande fluxo do ouro brasileiro para aquele país proporcionara a este meios para criar sua formidável marinha e importantes indústrias. O meio circulante e o ouro não amoeado, em quantidades crescentes, estimularam a agricultura inglesa, elevou o valor das terras, provocou o rejuvenescimento da indústria manufatureira. Os negros que trabalham nas minas do Brasil deveu seus vestimentos à Inglaterra... Assim, o valor de sua produção tornou-se relativo ao preço das roupas”.

O ouro, o fumo e o açúcar constituíam a base do complexo comercial do Atlântico Sul. O ouro era o meio de Portugal tentar equilibrar o intercâmbio desfavorável com o Norte e de pagar as importações de cereais e madeiras.

Uma frota de 30 ou 40 barcos partia anualmente para Lisboa (na condição de entreposto de Londres). Carregava açúcar, algodão, cacau, diamantes, fumo, jaspe, ouro e prata.

A facilidade com que o ouro em barras podia ser carregado pelos navios de guerra ingleses baseava-se na longa tradição do comércio britânico com Portugal.

O ouro do Brasil estimulou os preços em geral, conferiu novos elementos à expansão britânica, que há mais de meio século se preparava para a conquista de colônias e de mercados (plenitude esta alcançada no Século XIX). A elevação de preços internos, que provocou naquela Ilha, fortaleceu o sistema monetário inglês, permitiu o acúmulo de capitais internos e o enriquecimento de muitos arrendatários de terras.

A Inglaterra, que já havia dado preferência ao ouro para base de seu sistema monetário, com as condições que Portugal lhe outorgara e com o surgimento das minas do Brasil, consolidou o sistema do monometalismo (algumas nações adotavam o bimetalismo: moeda de prata e moeda de ouro). Assim, com as descobertas dos paulistas, a nação da Ilha beneficiou-se bem mais que Portugal.

Entre outros historiadores, também Sombart, citado por Roberto Simonsen, referindo-se ao império inglês, disse que "o ouro brasileiro abriu uma nova etapa no período do capitalismo".

1.14 — *O Declínio da Mineração, como relata Roberto Simonsen*

"Dados os processos e os recursos primitivos da época, a exploração das minas brasileiras representa um feito gigantesco. Hoje, em que a feição da indústria mineradora mudou a tal ponto que o ouro aluvional representa apenas 15% da produção mundial, quando no Século XVIII ultrapassava de 85%, a exploração das minas auríferas no Brasil traduz ainda um cometimento arriscado.

Pela constituição das nossas jazidas conhecidas, o metal precioso se apresenta freqüentemente fragmentado e incerto. A mineração nas montanhas, exige um aparelhamento e uma organização custosos, só possíveis a grandes concentrações capitalistas. Os sertões de Minas constituem um cemitério de grandes empresas estrangeiras que, nos últimos 130 anos, não obstante terem ali empregado os processos mais modernos, fracassaram, em face das condições locais.

O teor médio por tonelada de minério, exigido para assegurar um rendimento suficiente, tem variado com o preço do ouro. Uma mina, que no Brasil, antes da guerra, deveria, para traduzir um rendimento razoável, oferecer uma reserva de minério de 10 gramas por tonelada, nas condições atuais de câmbio e com os processos avançados da cianuretação, apresenta resultados satisfatórios com pouco mais de 4 gramas por tonelada.

No Transvaal, onde uma formação especial de conglomerados permite o trabalho em volumes consideráveis,¹ houve também épocas em

¹ No período imediatamente anterior à guerra admitia-se como limite de explorabilidade para ouro em filões a existência de 12 a 15 g por tonelada. Em aluvião, esse limite poderia descer a 1 g por m³ e mesmo a 1/3 de g com o emprego de dragas.

Distinguem-se, hoje, duas grandes classes de minérios de ouro: os que contêm ouro livre ou amalgamáveis e os que contêm ouro no estado de inclusão ou combinação, exigindo a cianuretação, com ou sem separação preliminar. As pirites de ferro constituem a grande fonte de ouro na maioria das jazidas exploradas com continuidade e em profundidade no Transvaal, na Austrália e na América. A pirite de ferro é o grande reservatório de ouro do futuro, pois ela se prolonga às grandes profundidades.

No Transvaal o teor médio geral é de 12 g por tonelada. (*Mineraux et Metaux*, PITAVAL et GANET).

As minas filonianas no Brasil apresentam médias mais baixas que no Transvaal. Nos últimos anos, com o grande encarecimento do ouro, as proporções mínimas para uma exploração rendosa desceram a menos de 50% dos números anteriores à guerra.

As jazidas do Transvaal, situadas no Rand, são formadas de conglomerados de quartzo reunidos por um cimento com a pirite. Os conglomerados são de formação sedimentária e o Rand é um distrito de 50 milhas de comprimento, onde se estende, em continuidade, uma série de minas.

que muitas minas se mostraram deficitárias. Fenômenos idênticos se têm observado em outras regiões do mundo. Na Califórnia e na Austrália, onde as terras são mais férteis e as condições locais mais fáceis, a mineração pôde ser substituída por uma agricultura florescente.

Os campos de mineração brasileiros, no entanto, são constituídos em grande parte de terras pobres, e as cidades formadas nas proximidades de nossas jazidas mineradoras tiveram uma prosperidade efêmera, de poucos decênios, em harmonia com a produção das jazidas. Ouro Preto, Diamantina, Mariana e tantas outras cidades mineiras, ostentam vestígios de um passado grandioso e curto, demonstrando pela modéstia das obras de arte remanescentes que não houve o tempo necessário para que a sociedade alcançasse ali suficiente evolução progressista.

A pobreza do meio contribuiu também para que os mineradores esgotassem rapidamente, na procura infrutífera de novas jazidas, os recursos auferidos nos tempos de prosperidade."

Oliveira Martins descreve essa penosa decadência:²

"Ainda nos primeiros anos da nossa era a província de Minas apresentava o aspecto de uma ruína, os habitantes estavam indecisos entre a exploração de jazigos cada vez menos produtivos e a da agricultura prometedora; e as vilas, isoladas por léguas e léguas de distância, escondidas em desvios difíceis de serras bravias, definhavam. Era uma decadência triste e uma desolação geral. Os vizinhos da outrora opulenta Vila Rica miravam-se nas ruínas da antiga prosperidade. Mendigos, habitavam em palácios carunchosos. A apatia, a indolência do temperamento meridional, aparecia, agora, passado o delírio da exploração mineira e depois de dois séculos de incessantes correrias pelos sertões virgens. Viam-se os campos abandonados, miseráveis casas destelhada caindo a pedaços; os jardins e cercados estavam infestados de plantas parasitas; as pastagens perdidas, os gados, ao abandono, diminuían. A agricultura, esquecida pelo ouro, parecia agora uma ocupação modesta demais; não inflamava as imaginações com os milagres deslumbrantes das riquezas escondidas no seio das encostas agrestes.

Oscilando entre a esperança vã de um retorno das maravilhosas mineiras, e a fatalidade de um regresso à vida agrícola, o proprietário, indeciso, mole, arrastava uma existência quase miserável. A lavra da mina não raro lhe absorvia o produto líquido da lavoura; entretanto a sua paixão fazia desprezar a segunda, amar a primeira. 50 ou 60 escravos formavam o pessoal de uma granja mineira de média importância. A casa era uma barraca miserável, com muros de taipa de barro, sem vidraças, roída pelo tempo e mal defendida contra as chuvas. O chão era a terra úmida e negra, sem ladrilhos nem sobrado, saturada de imundície, e endurecida pelo perpassar dos moradores que viviam numa promiscuidade repugnante, homens e cevados. Por camas, tinham enxérgas duras para os amos, um couro ou uma esteira sobre o chão para os servos. A ninhada das crianças folgava seminua, esfarrapada e descalça, as mulheres

² OLIVEIRA MARTINS — *O Brasil e as Colônias Portuguesas*.

enfezadas e pobremente vestidas; e o chefe da casa, indolentemente em-
brulhado na capa, com os socos nos pés, vigiava o trabalho dos negros,
lavando o cascalhinho com a sempre mantida esperança da descoberta
de um depósito abundante de ouro.

O lado infeliz do gênio peninsular, a apatia e a vaidade pessoalmente
íntima, a satisfação de si, mostravam-se agora, como transformações natu-
rais das qualidades positivas e fecundas: a coragem e a nobreza. O Brasil
começava a entrar no período de uma crise que durou um quarto de
século. Mais de vinte anos foram necessários para o decidir a abandonar
a exploração das minas estéreis e entregar-se à lavoura. Durante esse
período de íntima transformação econômica, deu-se o fato político da
separação de Portugal”.

O ouro do Brasil incrementou o progresso mundial, enriqueceu a
Inglaterra e proporcionou um século de fartura à Coroa Portuguesa.
Para a colônia, ficou representado no custeio das correntes imigratórias,
que ocuparam os sertões brasileiros, na importação de mais algumas cen-
tenas de milhares de escravos, na construção das primeiras cidades e
estradas dos nossos sertões, no desenvolvimento do Rio de Janeiro, na
formação de correntes comerciais no interior do país, promovidas e man-
tidas principalmente pelos paulistas. Na colonização do Sul, na valori-
zação do seu gado e num renascimento reflexo das zonas do Norte pelo
alteamento dos preços de seus produtos nos mercados internacionais.

Cessada a mineração, mergulhou o Centro-sul na sua primeira grande
crise por falta de uma produção rica e exportável, numa organização
social em que o atraso de seus habitantes, a falta de aparelhamentos
técnicos e a alta proporção da população escrava não permitiam um
comércio interno suficientemente rico para o seu progresso.³

Pela organização social baseada no braço escravo, só podia auferir
o Brasil lucros consideráveis na exportação dos chamados produtos
coloniais. A exportação, pelo Rio de Janeiro, de açúcar, couros, fumos
e alguns outros poucos artigos, não era suficiente para fazer face à
pobreza, em que toda a zona sulina se debateu.

A predominância da exportação passou novamente para os portos
do Norte, no final do Século XVIII.

Maranhão, Pernambuco, Bahia, Pará e Paraíba exportaram, em 1796,
cerca de £ 2.150.000, enquanto que o Rio de Janeiro nessa mesma época
exportou pouco mais de um milhão e o porto de Santos, cerca de
£ 15.000. No entanto, em 1760, a exportação do Rio de Janeiro alcançara
cerca de £ 2.500.000, ultrapassando as exportações do Norte.

³ Na Austrália, Nova Zelândia e na Califórnia, uma vida agrícola e pastoril de ele-
vado rendimento pôde substituir-se à vida mineradora quando as minas se extinguiram.

“Em outros locais onde essa feliz transformação não se pôde produzir, como na maio-
ria das colônias hispano-americanas e em certas províncias no Brasil, notavelmente em
Minas Gerais, verifica-se um estado de pronunciado mal-estar, de sofrimentos, em substi-
tuição à antiga prosperidade. É preciso evoluir para viver, é essa uma das grandes leis
da natureza, e as sociedades, como os indivíduos que não a obedecem, se estiolam e
desaparecem”. (L. SIMONIN — *Op. cit.*).

Esse deslocamento, no Sul, da produção mineradora para a agrícola, arrastou-se durante mais de 50 anos, abrangendo o período em que o Brasil se fez independente.

A cidade do Rio de Janeiro com a exportação de couros, a produção de café e açúcar da região fluminense e com os grandes benefícios trazidos pela transmigração da Corte Portuguesa, constituiu por muito tempo quase que um oásis no deserto empobrecido do Centro-sul brasileiro. Essa vasta zona por muitos decênios viveu principalmente da pecuária, até que o café se espalhou vitoriosamente, retribuindo aos seus habitantes, em grandes áreas, os sacrifícios feitos pelos seus antepassados, na formação do Brasil.

Com a Independência, a redução progressiva da produção de ouro a uma quarta parte, ao mesmo tempo que cresciam as despesas administrativas criou-se um desequilíbrio geral na economia, a qual traduziu em endividamento externo e emissão de papel-moeda que rapidamente se depreciava. De forma indireta o declínio da mineração favoreceu o surgimento da indústria do café (lavoura cafeeira): os homens que estabeleciam a ligação entre as regiões mineiras e o litoral foram um fator decisivo na implantação da economia cafeeira no Vale do Paraíba. Grande parte dos capitais que deixaram de ser empregados na mineração e na compra de escravos para esta, passaram, no começo do Século XIX, a fomentar o plantio do café, cujo ciclo iria levantar as finanças do país.

2 – DIAMANTES

2.1 – História

O homem conhece o diamante e o desfruta como *adorno* e como *talismã* há mais de cinco mil anos, fazendo dessa pedra admirável o símbolo da *eternidade*, da *sabedoria* e da *realeza*.

Também os livros Bíblicos utilizam as pedras preciosas, mais tarde transladadas para a simbologia cristã (o sárdio, o topázio, jaspe, crisólito, cormalina, berilo, safira, esmeralda).

Acreditavam os antigos que a posse de um diamante servia para atrair amores. Expressão de brilho e de dureza (a palavra “diamante” veio do grego “*adamas*” — indomável). O diamante tinha no Oriente importância de caráter filosófico: era considerado uma preciosidade do tesouro divino revelado aos homens para lhes aumentar seu patrimônio de força e glória. O diamante foi a primeira pedra a pendurar-se em orelhas humanas, porque sendo um talismã contra os maus conselhos, os homens aproveitaram-se dele para proteger as mulheres de mais estima, originando-se daí, os *brincos*, que depois generalizaram-se às demais pedras preciosas.

Quanto à transformação do diamante em brilhante pelo processo de lapidação, atribui-se a Louis Berquim, que em 1466, em Bruges, teria inventado o processo de talhar as pedras, fazendo o comércio dessa gema passar por transformações radicais. Mas o corte atual, isto é, como brilhante, tal qual o conhecemos em nossos dias, foi obra de um judeu português — Hortêncio Borgis — que o executou pela primeira vez na famosa pedra “Grã Mogol”, feita numa rosa com coroa alta, peça belíssima que pesava 240 quilates e que *é o modelo da lapidação moderna*.

Uma coleção das mais belas pedras de Minas Gerais constituiu a famosa jóia historicamente conhecida como “Colar da Rainha”, figurando tão tristemente nos fatos da Revolução Francesa e teria sido a causa do fim trágico da rainha Maria Antonieta. São inúmeros os fatos históricos com os diamantes brasileiros. Por exemplo, o autor da obra consultada

por nós trata dos diamantes da Bagagem, celebrizados pelo "Estrela do Sul" (em meados do Século XIX). "Bagagem" era o nome do rio e da região.

O Estrela do Sul era incolor, de faces cúbicas, pesava 261.88 quilates. Sua lapidação foi feita em Amsterdã, resultando um brilhante perfeito, com o peso reduzido a 128.8 quilates, tendo sido comprado pelo Rajá de Baroda, na Índia. Ainda encontradas no Bagagem: uma pedra de 250 quilates, adquirida pelo Kediva do Egito. "Estrela de Minas", em 1911, pesando 177,3 quilates; o "Minas Gerais", com 172,5 quilates, em 1937. Em 1938 encontrou-se o "Presidente Vargas", com 726 quilates, de uma água puríssima. Nessa época, na região do Bagagem ainda se encontraram muitas pedras, pesando mais de 400 quilates.

O diamante, também empregado na indústria utilitária, em nossos dias, continua sendo a mais bela das pedras preciosas, cotado a cifras altíssimas.

2.2 — *Diversos Tipos de Diamantes*

Os diamantes denominados industriais são os que apresentam imperfeições na cor, na estrutura, ou aqueles que se não prestam a fins gemológicos, tendo, entretanto, largo emprego industrial. Os diamantes industriais são divididos em três grupos: a) de textura fibrosa ou fragmentos quebrados; b) bala, variedade constituída pelo intercrescimento específico de pequenos cristais; c) carbonato ou diamante negro, variedade de diamante escuro, formado de um agregado de cristais de diamantes de dimensão muito pequena. Estas três categorias são, por sua vez, divididas no comércio internacional em mais de cem diferentes grupos.

Ao longo da história o mundo conheceu três grandes produtores de diamantes: Índia, Brasil e África do Sul. Consta que entre os anos 800 a 600 A.C. a pedra já deveria ser encontrada na Índia. Durante 1.200 anos esse país foi seu único produtor. Somente no ano 600 D.C. é que foi descoberto em Bornéu, tendo sido até o Século XVII unicamente produzido no Oriente. A partir de 1867 começou sua exploração na África do Sul, que, desde então, assumiu a liderança mundial, mormente depois de quase se esgotarem as minas do Brasil e da Índia. No Brasil a produção de diamantes foi um dos capítulos mais importantes da economia brasileira, pois dominou o monopólio mundial por 150 anos. O período mais produtivo foi entre 1850 e 1870 quando a exportação brasileira foi de 170.000 quilates por ano. Além de Minas e Bahia alguns diamantes foram encontrados em Goiás, São Paulo, Paraná, Piauí, Maranhão e Amazonas.

Classificação

Os diamantes podem ser classificados em duas categorias principais: gemas ou diamantes industriais. Os principais são para a joalheria, por sua beleza, dureza e raridade.

Os fatores fundamentais que determinavam o preço são: a cor, transparência, corte e peso.

Reservas — As reservas diamantíferas apresentam-se geralmente de duas formas distintas: em jazigos primários ou em forma de depósitos de aluvião, provenientes da desagregação da rocha-mãe. No Brasil ocorrem sempre de acordo com o segundo caso, ao contrário da África, onde dão-se os dois.

Produção e comércio — dados que retiramos da Enciclopédia Mirador (vol. 7, pág. 3.308): “A produção mundial em 1969 foi de 47.370.000 quilates (total de gemas e industriais). Cerca de 90% atualmente comercializadas são da África. Os 10% restantes originam-se da URSS — 8%, e América do Sul, com 2%. A produção e comércio de diamantes são controlados praticamente por uma única companhia, a “De Beers Consolidated Mines Ltd.”, que, desde 1888, domina a exploração. Através de sua organização central de vendas, comercial 80% da produção mundial. Os restantes 20% usam os padrões de qualidade e preço estabelecidos pela De Beers.

Na América do Sul, além do Brasil, há minas na Guiana e Venezuela. A produção brasileira, segundo dados estatísticos, tem apresentado grande decréscimo nos últimos anos, passando de 53.000 quilates em 1964 a 27.000, em 1966. Em 1968, a produção foi de apenas 6.000 quilates”. Bibliografia utilizada pela Enciclopédia mencionada: “Anuário Mineral do Brasil” — 1970. Rio de Janeiro, 1970 — DNPM do Ministério das Minas e Energia.

2.3 — O século dos diamantes brasileiros

Primeiras descobertas

João Pandiá Calógeras, em “As Minas do Brasil”, afirma: “Embora bastante próximo de nós, datando do primeiro quartel do Século XVIII, não é problema de solução fácil saber o primeiro descobridor de diamantes no Brasil; sabe-se quem teve a primazia em manifestá-los à Coroa e por isso foi premiado, mas parece ponto assentado terem sido conhecidas as Gemas (CIC) antes desta divulgação na Metrópole. Tanto no primeiro documento oficial sobre o caso, a carta de D. Lourenço de Almeida a D. João V, em julho de 1729, como na resposta d’El-Rei, verifica-se que durante largo período pedras facetadas e luzentes eram encontradas e separadas devido ao seu brilho, havendo dúvidas se diamantes ou não, até que Bernardo da Fonseca Lobo as conhece e comunica a existência às autoridades”.

Em fins de 1723, Fonseca Lobo e outro português, Francisco Teixeira, lavrando os cascalhos no córrego de Morrinhos encontrou na bateia um diamante fino. Daí por diante multiplicaram-se os achados de pedrinhas semelhantes.

Outros descobridores de então: Nicolau Gonçalves Fiúza e Manoel Passos. Sempre na Região do Serro. Um ourives famoso na época, Felipe de Santiago, adquiriu algumas pedras de diamantes e foi à Bahia, onde vendeu por 8.000 cruzados. Estas notícias chegaram ao ouvidor do Serro Frio, já avisado por Fonseca Lobo. Remeteu algumas a Lisboa, para várias pessoas, os quais elogiaram muito a ótima qualidade dos diamantes.

Em 1727 chegam a Vila Rica, como ouvidor do Serro e como inquiridor dois funcionários do governo, que encontraram Fonseca Lobo, foram às lavras diamantíferas do córrego de Morrinhos e Caeté-Mirim, onde verificaram a existência de diamantes. Esse Ouvidor, em 1729 comprou os dois sítios do Caeté-Mirim e de Morrinhos.

Nesse ano, um padre, Antonio Xavier de Souza foi a Lisboa, levando espécimes de cristais, a fim de alertar o governo português do perigo da queda do valor dos diamantes, caso fosse facilitada a extração.

Mas só em fins de 1729 o governador D. Lourenço, hesitante, manda um perito de Vila Rica examinar as lavras e resolve comunicar a existência dos diamantes ao Rei.

Os Ribeiros do Tijuco

A movimentação é grande no Tijuco à procura de diamantes, com onze ribeiros produzindo, onde havia cerca de 1.500 escravos então.

Primeiros casos de descaminho

O governador Lourenço de Almeida sempre foi acusado, inclusive por Vice-reis, de dar sumisso a muitos diamantes e lesar a Coroa, além de ser conivente com o Ouvidor do Serro Frio, fortemente acusado de extração clandestina.

Muitos lutaram para serem reconhecidos como os primeiros descobridores dos diamantes, foi uma luta tremenda, mas só Fonseca Lobo, sempre fiel à Coroa e Silvestre Garcia do Amaral foram reconhecidos como tal e recompensados.

Primeiras exportações

Já em 1728 começam pequenas exportações para Portugal, ficando alguns diamantes lá e seguindo o resto para Inglaterra e Holanda os dois grandes mercados.

O Distrito Diamantino

Em 1729 é criado o Distrito Diamantino. Mas em 1734 é que ele fica definido. Até aí, nos Bandos, Alvarás, Ordens sob o diamante, só falavam em córregos e ribeiros, de onde se extraem diamantes na Comarca do Serro Frio. Para evitar confusão, que havia sobre os direitos dos concessionários de datas auríferas e determinar a jurisdição das auto-

ridades fez-se a demarcação do Distrito Diamantino. A demarcação foi feita com 6 marcos, localizados no Rio Inhaí, Jequitinhonha, Córrego de Lajes, Serra do Ó, Morro das Bandeirinhas, Alto da Tromba-D'Água e Cabeceira do rio Pardo.

A demarcação abrange uma área elíptica, cujo maior diâmetro, de norte a sul é de 12 léguas e o menor, de leste a oeste, era de 7 léguas, contendo 75 léguas quadradas mais ou menos, não se contando o leito, margens e tabuleiros do Jequitinhonha até sua entrada na Província da Bahia, que também foram compreendidos na Demarcação.

Este Distrito até 1729 era considerado só aurífero e como tal sujeito aos Regimentos dos Superintendentes e Guarda-Mores das terras mineiras.

Muita gente se estabelecera no Distrito. Logo fundaram-se diferentes povoações dentro do Distrito e circunvizinhanças e a mais importante era o Arraial do Tijuco (nome tirado ao Córrego).

Medidas iniciais para cobrança dos impostos

Carta Régia de 1730 determinava medidas para resolver a cobrança dos impostos sobre diamantes. Para tal, criou-se a Junta composta do Governador, ouvidores de Vila Rica, Rio das Mortes e Serro Frio além de outras pessoas de confiança, inclusive Matias Barbosa.

A extração por conta da Real Fazenda era impraticável, pela distância, o que requeria grandes despesas com pessoal; contratar a extração com um único indivíduo que pagasse os quintos não era possível por não haver na capitania práticos destes trabalhos, e eram seis no máximo os que possuíam mais de quarenta escravos empregados nas lavras.

Restava somente a cobrança direta dos próprios mineradores das jazidas. Era difícil estabelecer o serviço de arrecadação exato devido à facilidade com que as pedras podiam ser ocultadas. Também não haveria quem arrendasse as terras diamantinas, pela grande irregularidade de disseminação das gemas. Ficava como única solução uma taxa de capitação sobre cada escravo, o que ficou estabelecido pelo governo, à base de 5\$000 por cativo.

No começo, extração livre para todos

A 24 de junho de 1730 o capitão-general expede instruções ao Ouvidor do Serro Frio para repartição e demarcação das datas e cobrança do imposto. Em cada paragem com diamantes o ouvidor nomeava um provedor de rio, um meirinho e um escrivão, para fiscalizarem a cobrança do imposto. Assim, era quase franca a extração; a taxa de 5\$000 era ridícula.

Providência para evitar baixa dos preços

Com esse regime a quantidade de diamantes cresceu rápido e produzindo abalo nos mercados consumidores, onde o preço baixou.

A Corte reaje e, em Carta Régia de 1731 reprovou o sistema adotado, mandando que fossem fechadas todas as lavras a partir do fim daquele ano e ordenava o despejo total das lavras, inclusive aos negros, negras, mulatos e forras.

Um emissário secreto do governo comprou todas as pedras que pôde, para evitar fraude na nova ordem.

Só ficariam abertos os rios Jequitinhonha e o Ribeirão do Inferno. Os diamantes encontrados em terrenos mesmo arrendados, com mais de 20 quilates seriam separados para a Coroa.

O arrendamento desses rios era feito em hasta pública.

Com a séria crise na indústria extrativa dos diamantes pensou-se em substituir o regime de capitação pelo de arrendamento ou pela lavra à conta da Fazenda Real.

Sistema de arrendamento — Os contratadores

É aprovado o novo sistema: cobrança dos quintos por arrendamento devendo permanecer a capitação a 20\$000 por escravo. Calcula-se em 3.000 escravos, agora, nas lavras (1732). Descobrem-se diamantes na Bahia, mas, devido às dificuldades no Tijuco, o governador não trata do assunto. Aí, o contrabando ia ficando com as melhores pedras, por furto dos escravos, que entregavam aos mercadores, abundantes no Distrito.

Outras formas de descaminho

Em breve se estabeleceu uma indústria de falsificação de bilhetes de capitação dos negros em que as firmas do Ouvidor e dos Provedores dos rios eram imitados. As partidas para a Europa foram tão avultadas que os preços caíram. Isto motivou uma série de providências de D. Lourenço: o Bando de 15 de maio de 1732 sobre a proibição das negras irem às lavras e ribeiros; cartas alertando autoridades sobre os descaminhos.

Em 1733 já era avaliado em 40.000 pessoas o número daqueles que se juntaram no Serro Frio para lavar as minas de diamantes. Com enorme contrabando, os diamantes chegaram em grandes quantidades à Europa, provocando verdadeira revolução nas cotações. Da Índia, cuja principal mina era de Golconda, também chegavam pequenas porções ao Velho Continente.

A grande desvalorização

Roberto Simonsen, que também se baseou em Calógeras, entre outros, afirma: "... com o afluxo dos diamantes brasileiros, já em 1729, resultou, nos mercados internacionais, a baixa de cerca de 75% no valor do quilate.

Por isso a Coroa, em 1731, manda cessar as lavras e expulsar os mineradores.

Métodos iniciais de extração

De começo as extrações do precioso cristal o regime era de livre trabalho, aplicando-se, quanto às datas, o mesmo sistema que vigorava para o ouro. O diamante surgia conjuntamente com esse metal, nos cascalhos de alguns rios, dos quais era *catados por escravos peritos*. Para a lavagem e primeira separação dos estéreis, eram usados os processos semelhantes aos empregados para o ouro.

O imposto de capitação substituiu o do quinto. A capitação, iniciada na base de 5\$000 por trabalhador, foi elevado, sucessivamente, até 40\$000.

A produção e a venda sofreram limitações para evitar desvalorização. Em 1739 a Coroa Portuguesa muda o regime para o sistema de arrendamento por contratos. Pensava que por esta forma conseguiria controlar a produção e manter os níveis de preços não muito baixos na Europa". João Lúcio de Azevedo, citado por Simonsen, diz: "O regime de monopólio entregue a contratadores manteve-se com alternativas de épocas próspera e infelizes, de 1740 a 1771".

Continua Simonsen: "o Contrato era baseado na capitação de 230\$000 sobre o máximo de 600 escravos admitidos na mineração: 138 contos por ano; cerca de £ 40.000. Posteriormente o governo permitiu mais acesso de escravos, desde que estes não trabalhassem diretamente na mineração e sim em outros afazeres.

Primeiros contratadores

Entre 1749 e 1753 esteve esse contrato com Felisberto Caldeira Brant, cuja vida faustosa e falência ficou famosa.

O regime de luxo e ostentação em que viviam os contratadores despertava suspeitas à Coroa. Faziam grandes compras nos mercado do Rio, em saques sobre Lisboa".

Voltando a Pandiá Calógeras, vemos o destaque ao famoso contratador, o primeiro, que é João Fernandes de Oliveira.

O primeiro contrato

"O primeiro contrato lavrou-se a 26 de junho de 1739, assegurando a cobrança dos impostos e acautelando os interesses régios, segundo a fórmula do Gal. Gomes Freire de Andrade: número de escravos limitado a 600 (na prática, às vezes, ia a milhares de trabalhadores), duração do contrato: de dezembro de 1740 a dezembro de 1743, taxa de 230\$000 anual por capita. Foram arrematantes desse contrato João Fernandes de Oliveira e Francisco Ferreira da Silva. Esse contrato foi prorrogado até 1747.

Nessa Altura a Europa estava enfiada de diamantes, e o Brasil tinha como concorrentes as minas asiáticas de Bengala, Golconda e Visapur — sempre com holandeses e ingleses importando. A maioria dos negociantes era hebreus. O ano de 1748 ficou perdido para a extração

e de 1749 a dezembro de 1752 o arrematante foi Caldeira Brant. Por esse contrato ele deveria iniciar a extração em Goiás, nos rios Pilões e Claro, além do Tijuco. Caldeira Brant não obteve sucesso e até foi preso ao fim de seu contrato, devido a protestos, em Lisboa, das letras sacadas por ele.

João Fernandes de Oliveira associado aos irmãos Torres, arrematou o quarto contrato, foi seis anos, ato lavrado perante o Tribunal do Conselho Ultramarino. Durou até 1759. Além do quinto, o sexto contrato João Fernandes fez sem os associados e sim com o próprio filho, de igual nome. Este era desembargador e tinha o prestígio de Pombal, que o transformou em quase um rei na demarcação diamantina. Este contratante, por morte do pai, foi o homem forte durante muitos anos nas minas de diamantes, um dos mais ricos do mundo, com propriedades no Brasil e em Portugal — é o famoso João Fernandes de Oliveira da Xica da Silva (Memórias do Distrito Diamantino, 4.^a ed., p. 128, In “As Minas do Brasil”, de Calógeras).

Realizações de João Fernandes de Oliveira

O Desembargador e Contratador João Fernandes de Oliveira tinha sua residência principal no Tijuco, ao lado de Francisca da Silva, em belo palácio. Aí reunia amigos. Havia jantares suntuosos à Lúculo, à tarde passeios no jardim e pescaria no tanque em escaleres dourados, à noite bailes e representações teatrais — representavam-se os “Encontros de Medéia.”

Deve-se a João Fernandes a construção de alguns edifícios importantes, entre outros a Igreja do Carmo. Esta foi dos mais ricos e magníficos templos do Tijuco, como ainda mostram os vestígios de sua grandeza decaída.

João Fernandes, orgulhoso, tinha muitos inimigos: O Marquês de Pombal, sabedor das irregularidades dele, mantinha espões no Tijuco. E chamou o Contratador a Lisboa. Consta que Pombal obrigou-o a entregar para os cofres a quantia de onze milhões de cruzados. O que não abalou em nada as fortunas de João Fernandes. Chegando a Lisboa, recebeu a proibição de voltar ao Brasil. E na mesma ocasião foi abolido o sistema de Contrato de Diamantes e se estabeleceu a Extração por conta da Fazenda Real.

Em 1775 João Fernandes de Oliveira obteve faculdade de instituir um *morgado* de todos os seus bens, ficando para esse efeito legitimado seu filho natural João Fernandes de Oliveira, que, como primogênito, devia ser o primeiro administrador do Morgado.

O Desembargador João Fernandes de Oliveira, morreu em Lisboa no último ano do Século XVIII.

Sistema da extração real — O Regimento

Terminado o último Contrato, em 1771, arrematado por João Fernandes a extração dos diamantes a partir de 1772 começou a ser feita por conta da Fazenda Real. Para isso estabeleceu-se uma Diretoria

de três membros, debaixo da inspeção do diretor-geral do Real Erário, a qual competia nomear no Tijuco três caixas-administradores, com as graduações de primeiro, segundo e terceiro. Os três caixas-administradores com o Intendente formavam a Administração ou Junta Administrativa, ou simplesmente Junta de Extração. Aí é criado o célebre Regimento Diamantino, que foi até a Independência. Impresso, só um exemplar foi remetido ao Intendente, encadernado com capa de marroquim verde; com isto o povo chamava de "Livro da Capa Verde". Esse livro era o terror na demarcação diamantina, desumano, insensível, injusto, comparado ao código draconiano. Não é porque nesse Regimento houvesse coisa nova, além do que já se acabava estabelecido em leis, bandos, ordens e portarias anteriores; mas ele era um resumo e compilação de todas essas disposições publicadas em diferentes tempos e circunstâncias, conferindo ao Intendente em amplo poder discricionário, partilhado pelo Fiscal, Caixas e outros da administração. O Intendente tinha poderes absolutos, inclusive o de infligir a pena de morte civil a qualquer indivíduo, sem recurso à justiça. No Distrito Diamantino nem o governador mandava mais que o Intendente, inclusive o Comandante militar do Destacamento do Tijuco recebia ordens dele. Exceto em alguns casos de indisciplina ou de intrigas. A Administração Diamantina só estava sujeita imediatamente ao Governo de Lisboa o que havia era ingerência, abuso de governadores.

Um ano depois, 1772, uma modificação no Regimento: o Fiscal passa a ser pessoa letrada, de formação superior, nomeado pelo Rei e não mais pelo governador. O Fiscal passa a ser superior aos Caixas, com altas atribuições. Também, para a guarda do diamante passa a existir dois cofres com 3 chaves; cada responsável com uma.

As partidas de diamantes extraídos eram remetidas para Lisboa pelo Rio de Janeiro, em cofres fechados e lacrados na presença do Intendente.

Fim dos contratos e começo da extração real

Organizada a Real Extração, começou ela os seus trabalhos, com 3.610 escravos, distribuídos em 12 serviços, ou 12 lavras. Deste ano (1772) até 1843 extraíram-se 1.354.770 quilates de diamantes, com mais de 80 pedras, cada uma pesando uma oitava ou mais. Os diamantes grandes e de 1.^a qualidade reservavam-se para a Coroa; os outros se vendiam por contrato: ajustava-se a venda com os negociantes, que se comprometiam a comprá-lo. Os diamantes bons, conforme o contrato, deviam ser pagos na razão 9\$000 por quilate e o refugo a 6\$600.

O segundo Contrato para venda dos diamantes de Amsterdã.

Desde a criação do cargo em 1740, até 1832, quando terminou a Extração Real 15 foram os Intendentes dos diamantes. O primeiro é famoso: Rafael Pardiniho. O segundo, mais ainda: foi o único brasileiro e o que mais governou: 15 anos (está ligado ao caso do escravo Isidoro). Ao tempo de D. João foi nomeado Intendente das minas do ouro e dos diamantes.

O Regimento e consequência política

Assim, o Tijuco (atual Diamantina) governou por regime de excessão — O Regimento, não podia sair da condição de arraial; seria incompatível com o sistema do poder despótico dos Intendentes. Poder ilimitado, que não seria partilhado por um Senado e outras autoridades civis e criminais próprios da condição da vila. O Intendente reunia todos os poderes — administrativo, contencioso, criminal. Só pertencia ao Juiz de Fora da Vila do Príncipe, a jurisdição quanto a órfãos e ausentes. Mesmo a jurisdição eclesiástica quanto ao espiritual, era exercida por delegado do vigário da Vila do Príncipe. Desta forma, o Tijuco, com todos os elementos e condições, só foi elevado à categoria de vila em 1831 (Resolução da Assembléia Legislativa ao tempo da Regência Trina). Vila Diamantina, em 1838 recebeu o título de cidade. Tornou-se a sede do 2.º Bispado de Minas Gerais, em 1853, e Arcebispado em 1917.

Voltando a 1771. Nessa época já eram baixos os índices de produção do diamante. As lavras se esgotavam enquanto o excesso de controle e restrição à ação dos mineiros impediam a dinamização dos processos mineratórios. Paralelamente a esta aparente decadência, ocorreu a 1.^a tentativa de diversificação da economia da cidade: a exploração agrícola. Porém, esta, prejudicada pela aridez do solo, falta de meios de comunicação, não permitiu o crescimento econômico da região. Diamantina desenvolveu-se como centro de prestação de serviços e do comércio regional do Alto Jequitinhonha. Além de ser o município de maior desenvolvimento econômico e o núcleo urbano mais importante da região, sua localização era privilegiada dentro do sistema viário da época. Seu comércio se apresentava ativo, mesmo com a má qualidade das estradas, a pobreza e a falta de dinamismo. A chegada da estrada de ferro em 1924 e a conclusão da rodovia que liga Diamantina à Capital do Estado em 1969 foram também fatores da expansão urbana. Este progresso, porém, cria problemas característicos de núcleos históricos ante as questões da preservação e do desenvolvimento.

Decadência temporária da produção Diamantina

A decadência da Extração e afinal a sua ruína completa não sofreram tanto ocasionalmente pela falta de terrenos diamantinos, em que ela ainda por muitos anos se pudesse empregar com vantagens para a Fazenda Real como principalmente pelo abandono em que a deixara o governo, não enviando a tempo os fundos indispensáveis para a sua sustentação; assim ela foi definhando.

Terrenos ainda havia virgens, vastos e ricos e em alguns lugares de fácil exploração; mas era preciso descobri-los e para isso cumpria que se arriscassem serviços e despesas; era coisa a que a Junta não estava autorizada. Tinha ordens de lavrar só os terrenos de aluvião, grupiarias, taboleiros e leitos dos rios, como minerações mais conhecidas e de resultados mais certos; mas aí só se encontravam restingas deixadas das minerações anteriores. Muitas jazidas primitivas dos diamantes nas serras, montes e campos ainda não estavam descobertas e só o foram posteriormente,

depois que se começaram a fazer concessões de lavrar ao povo, a partir de 1832. Relembrando, como diz Roberto Simonsen, até a Independência só nas Minas Gerais foi explorado o diamante.

A livre extração um século depois

Após a Independência do País verificou-se a decadência dos meios fiscalizadores da Junta do Tijuco; desenvolveu-se o comércio ilegal à medida que o intendente perdia o poderio: A nova ordem política era incompatível com o regime de exceção vigente na área diamantina. Lei de 1832 aceitou e consolidou a nova situação: ficava pertencentes à Nação como antes, os terrenos diamantinos; passou a ser permitido a quem quisesse a lavra, desde que pagasse o arrendamento da superfície concedida; para demarcar datas e fiscalizar, criou-se no Tijuco uma Inspetoria Geral.

Conforme afirma Simonsen, durante o período só Minas forneceu diamantes. Na época independente Goiás contribuiu através dos rios Pilões, Claro, Fortuna, Desengano, Três Barras. Mato Grosso relevou diamantes no Alto Paraguai; em São Paulo lavrou-se diamantes nos rios Sapucaí-mirim e Verde. Também em poucas quantidades se extraiu no Paraná — bacias do Parapanema e Tibagi. Com a abertura (fiscal e política) a partir de 1832, muita gente vai pesquisar e encontra diamantes na Bahia e em muitas regiões de Minas Gerais, além do Tijuco, abrangendo diversos rios, morros e chapadas, no âmbito hoje conhecido sob o nome de chapada Diamantina.

Ainda em Minas, encontraram-se diamantes em alguns rios afluentes do São Francisco, em ambas as margens. Em grau superior, às vezes inferior, sempre se encontrou muitos diamantes durante o Segundo Império. Em 1850 abriu-se nova zona para a indústria extrativa daquelas pedras no Triângulo Mineiro. Foi encontrada em 1853 a hoje famosa "Estrela do Sul", pedra que, bruta, pesava 254 1/2 quilates. Logo após, outra pedra, com 177 quilates — o diamante de Dresden. Daí em diante aumentou muito a área diamantífera. Isto, enquanto mantiveram-se altas as cotações no exterior. Porém, veio o descobrimento das minas do Cabo da Boa Esperança, inundou-se o mercado e os preços baixaram. As lavras brasileiras não agüentaram a concorrência, grande parte da mineração deixou de funcionar.

Analizando a produção diamantina do país, João Pandiá Calógeras diz: "o cômputo exato da produção não é cousa que se possa apurar de modo preciso. O contrabando, feito em alta escala, não permite fornecer algarismos, nem sequer próximos da verdade". Entretanto — prossegue o mineralogista — há tentativas de estatísticas que não podemos olvidar. A mais curiosa e completa é a de Wappäus, baseada em infor-

mações do Pluto e de Castelnan, que, quanto a estes informantes, alcança até 1849.

2.4 — *A produção do Brasil e as conseqüências no mundo*

Antes da descoberta dos diamantes em Minas Gerais, o mundo civilizado só tinha uma fonte de abastecimento dessa pedra preciosa: da Índia, Bengala e Bornéu. Os judeus tinham o monopólio nas compras e vendas de todo o diamante da época.

A notícia da existência de diamantes no Brasil e sua confirmação, com o derrame de enormes e esplêndidas pedras no mercado europeu, lançou pânico nos centros da Inglaterra, Holanda e Bélgica, onde estavam os comandos do negócio de pedras preciosas. As naus portuguesas andavam cheias de mercadores judeus de Portugal. Estes eram os mais abalizados conhecedores dos segredos do Comércio de diamantes.

Chapada Diamantina da Bahia

A expressão “Chapada Diamantina” não existe apenas para designar a zona de exploração do diamante nas Gerais, na bacia do rio das Velhas.

A respeito, consultando pesquisas do historiador Walfrido Moraes, em “Jagunços e Heróis” — pág. 6 e seguintes, ed. 1963, Editora Civilização Brasileira — verificamos: “... conquanto essas minas (diamantes no Tijuco) se revelassem imensas, o aventureirismo não estacionaria de modo algum, ali. Iria mais adiante, como ocorrera, pouco antes, na busca do ouro. Avançaria pelas cristas das serras pelo vale do Jequitinhonha. E ganhando a Serra do Espinhaço e o vale do São Francisco, penetraria na Chapada Diamantina da Bahia”. E prossegue o autor: “Prolongamento que é da Mantiqueira, constituindo uma mesma unidade geológica e orográfica por fazer parte do sistema geral do Maciço Atlântico — a Chapada Diamantina estaria fadada a humanizar-se em função das atividades mineiras que determinaram o povoamento do Planalto Central Brasileiro.

Somente após decreto para a liberdade de exploração de diamantes, em 1832, com a revogação do monopólio, começa a desenvolver-se a pesquisa na Bahia. Até 1844 os achados na Serra do Sincorá, Chapada Grande, Chapada Velha são insignificantes. Há quem atribua a Von Martius e a Spix a primeira colheita de belos diamantes na Sincorá (1844). A partir de 1844 milhares de pessoas vão para a Bahia minerar; a maioria era dos mesmos aventureiros, parentes e aderentes que estiveram no Tijuco e no Grão-Mogol.

Dessas migrações surgiram novas comunidades na Chapada, cujas povoações mais importantes eram Santa Izabel do Paraguaçu, Andaraí e

Lençóis, além de dezenas de outras, num raio de até 30 léguas. Lençóis estaria fadada a se transformar na famosa Capital das Lavras (a “Vila Rica” da Bahia), graças à abundância de diamantes nos rios São José e Lençóis. Os diamantes deste eram grossos, coloridos encantadores (esverdeados, róseos e azuis). De todas as partes foram multidões para Lençóis, inclusive abastados e intelectuais. Desses homens é que se constituiu, incontestavelmente, a *aristocracia lavrista*. Com a chegada de elementos categorizados, de costumes outros, começa uma organização social mais definida do povoado, que foi elevado à categoria de distrito da Freguesia de Santa Isabel. Em seguida passa a Vila dos Lençóis e, logo mais, a cidade dos Lençóis (Município independente). Aí fica a sede do distrito diamantino. Lençóis é um grande centro comercial em pleno sertão! Todo o interior passa a produzir para abastecer as minas diamantíferas. As conseqüências econômicas do diamantes são imensas; tudo se produz, em função da indústria de diamantes. As feiras são espetaculares. Mercado consumidor é magnífico!

Surgem estrangeiros de várias procedências. Os mascates, com seus baús campeiam na região. Finalmente, missões econômicas, estudiosos, naturalistas, geólogos, estudam, observam, pesquisam a chapada. Em conseqüência surge a ferrovia Central da Bahia (inglesa). Desenvolve-se a navegação de barcos a vapor. Planejou-se a transferência da capital da província para o distrito diamantino (Serra do Sincorá).

Arrobas de diamantes continuam a ser retiradas e exportadas, legalmente ou como contrabando, para as praças da Europa. Até 1871 o carbonato é ignorado, joga-se fora. Até que um francês passa a comprar e a valorizar o carbonato, conhecido depois como “o diamante negro”. Só na Bahia, então e em nenhum outro lugar do mundo existiu o carbonato. Não fora este tipo de diamante e as Lavras da Bahia teriam entrado em colapso absoluto, quando das grandes descobertas de diamante na África do Sul. Foi o carbonato que salvou a Bahia de uma das mais graves depressões de sua história econômica. Poucos grupos humanos terão contribuído tanto e tão inconscientemente para o desenvolvimento dos nossos conceitos de economia, na Europa e na América, como os nossos garimpeiros.

A Revolução Industrial, que se estruturou e se nutriu com o ouro das Gerais e se expande, agora, com uma força absoluta, tem fome de diamantes e carbonatos para a fabricação de motores, engrenagens, máquinas, armas para a guerra e instrumentos para a paz. Até o túnel de São Gotardo e o Canal do Panamá foram abertos com os diamantes da Bahia. Em Lençóis, até um vice-consulado francês foi estabelecido e esse idioma disseminado. Os capangueiros fazem suas primeiras viagens à Europa e voltam com muitos recursos. Daí, já não se contestam com os palacetes e casas da cidade e surgem as casas-grandes, com a senzala ao fundo: uma réplica incontestável à casa-grande do engenho de açúcar do

litoral. As casas-grandes, enfim, que se vinculam pelo compadrio e se entrelaçam, dia a dia, pelos casamentos entre famílias abastadas”.

Descreve Alpheu Gonsalves Diniz:

“Além de Minas Gerais, o diamante foi encontrado em outros estados, inicialmente de vulto relativamente menor, mas se destacando pela importância fisiográfica. Este autor, citando a obra de Alfredo Eschagnolle Taunay — “Memória para a Exposição Nacional de 1875”, diz: “No ano de 1746 deram-se os primeiros achados em Goiás. Nessa época é criado o Arraial do Senhor do Bonfim — depois Pilões — hoje Rio Claro. Logo depois foram proibidas explorações em Goiás, cujo reinício só se deu em 1801. Anteriormente, em 1728, na Província de Mato Grosso, foi descoberto diamante.

Os diamantes de Goiás e Mato Grosso, devido a seu difícil acesso não lograram explorações e referências históricas pormenorizadas.

As explorações de Diamantes no Brasil continuaram até o fim do século passado, salientando-se, porém, em 1880, nova descoberta feita por acaso em Canavieiras — BA: era o rio Salobro. Nos últimos anos do século passado e começo do atual registraram-se outros descobrimentos de depósitos diamantíferos no solo brasileiro: no Estado do Paraná (vales do Tibagi, Pitangui e outros). No estado do Amazonas — fronteiras com a Guiana Inglesa, vertentes do Rio Branco; no estado do Pará, atual Território do Amapá; em São Paulo, Rio Verde e adjacentes.

Em 1916 novas descobertas de diamantes no vale do Rio das Garças, afluente do Araguaí entre Mato Grosso e Goiás. E houve então verdadeiro “rush” na exploração. De 1916 a 1921 a produção do Rio das Garças chegou a atingir 41.000 quilates”. Prossegue Alpheu Gonsalves Diniz, em outro trecho: “... para que possamos fazer algumas considerações econômicas em torno das gemas e demais pedras preciosas do Brasil, organizamos uma tabela detalhada por ano, em relação à gema de maior vulto, o DIAMANTE, desde o ano de 1728, data admitida como a mais provável do início das explorações, até o momento atual (1948).

Em grande parte, os dados referem-se às exportações; somente nos foi possível estabelecer a produção de diamantes no Brasil pelas estimativas publicadas, diz.

A partir de 1880 a exportação brasileira cai, quase totalmente. Daí a 1895 só se registraram embarques pelo porto da Bahia. Essa baixa permaneceu até o fim da 1.^a grande guerra. A partir de 1728 até 1948, calculamos a produção mínima de diamantes no Brasil igual a 13.117.165 quilates, ou sejam: duas toneladas, 623 quilos e 133 gramas. Computando-se, porém, mais algumas apreciáveis cifras, eleva-se a produção de diamantes do Brasil a 19.675.745 quilates, ou sejam: três toneladas e 935 quilos. A quantidade de diamantes em uso no mundo, calculada pela maioria dos economistas era de vinte toneladas em 1948. Os diamantes do Brasil exportados — oficialmente e os contrabandeados — são calculados em 20% da produção mundial. Porém alguns estudiosos ou outros publicistas afirmam chegar a 30% a contribuição brasileira.

2.5 — Dados Estatísticos

PRODUÇÃO DE DIAMANTES DO BRASIL, AVALIADA POR ANO, EM GRAMAS, DO INÍCIO DA EXPLORAÇÃO, 1728, À DATA ATUAL, 1947

ANOS	GRAMAS	ANOS	GRAMAS	ANOS	GRAMAS	ANOS	GRAMAS
1728	4.000(1)	1783	9.623	1838	5.000(1)	1893	2.474
1729	4.000(1)	1784	12.407	1839	5.000(1)	1894	2.678
1730	4.000(1)	1785	7.505	1840	5.000(1)	1895	1.801
1731	4.000(1)	1786	6.135	1841	5.000(1)	1896	1.037
1732	4.000(1)	1787	5.680	1842	5.000(1)	1897	2.130
1733	4.000(1)	1788	5.726	1843	5.000(1)	1898	2.490
1734	4.000(1)	1789	5.911	1844	5.000(1)	1899	3.540
1735	4.000(1)	1790	6.332	1845	5.000(1)	1900	5.387
1736	4.000(1)	1791	5.680	1846	5.000(1)	1901	4.842
1737	4.000(1)	1792	5.236	1847	5.000(1)	1902	4.647
1738	4.000(1)	1793	5.556	1848	19.975(1)	1903	4.183
1739	4.000(1)	1794	6.664	1849	19.975(1)	1904	5.333
1740	6.704	1795	5.206	1850	19.975(1)	1905	956(4)
1741	6.704	1796	2.961	1851	19.975(1)	1906	1.747(4)
1742	6.704	1797	2.201	1852	38.504	1907	500(4)
1743	6.704	1798	2.216	1853	38.504	1908	711(4)
1744	8.860	1799	2.390	1854	38.504	1909	491(4)
1745	8.860	1800	2.404	1855	38.504	1910	3.117(5)
1746	8.860	1801	3.143	1856	38.504	1911	23.634(5)
1747	8.860	1802	5.853	1857	38.504	1912	31.240(5)
1748	8.000(1)	1803	5.687	1858	38.504	1913	16.651(5)
1749	7.740	1804	2.978	1859	38.504	1914	1.781(5)
1750	7.740	1805	3.060	1860	38.504	1915	1.062(5)
1751	7.740	1806	3.619	1861	38.504	1916	2.643(5)
1752	7.740	1807	3.503	1862	38.504	1917	9.761
1753	11.145	1808	3.994	1863	38.170	1918	16.834(5)
1754	11.145	1809	3.346	1864	38.170	1919	41.782(5)
1755	11.145	1810	3.585	1865	38.170	1920	39.992(5)
1756	11.145	1811	3.665	1866	38.170	1921	19.995(5)
1757	11.145	1812	3.162	1867	35.267	1922	24.953(5)
1758	11.145	1813	3.711	1868	40.883	1923	23.587(5)
1759	11.145	1814	5.388	1869	130.531	1924	17.799(5)
1760	10.641	1815	4.593	1870	19.650	1925	11.051(5)
1761	10.641	1816	1.842	1871	29.163	1926	19.190(5)
1762	14.084	1817	1.879	1872	11.366	1927	10.421(5)
1763	14.084	1818	2.108	1873	13.422	1928	12.639(5)
1764	14.084	1819	1.184	1874	8.782	1929	6.343(5)
1765	14.084	1820	1.361	1875	5.855	1930	3.071(6)
1766	14.084	1821	1.484	1876	8.975	1931	11.048(6)
1767	14.084	1822	1.454	1877	13.914	1932	2.331(6)
1768	14.084	1823	1.978	1878	14.808	1833	6.800(7)
1769	14.084	1824	1.224	1879	17.677	1934	770(6)
1770	14.084	1825	1.072	1880	13.545	1935	1.004(6)
1771	14.084	1826	1.222	1881	19.519	1936	405(6)
1772	6.699(2)	1827	744	1882	11.646	1937	28.937(6)
1773	10.068	1828	1.300(1)	1883	15.582	1938	8.260(6)
1774	6.416	1829	1.300(1)	1884	17.638	1939	40.736(6)
1775	7.364	1830	1.300(1)	1885	9.263	1940	50.866(6)
1776	7.432	1831	1.300(1)	1886	6.533	1941	64.309(6)
1777	8.102	1832	1.300(1)	1887	5.547	1942	47.154(6)
1778	7.813	1833	1.300(1)	1888	1.178(3)	1943	39.457(6)
1779	7.894	1834	1.300(1)	1889	6.660	1944	38.437(6)
1780	6.389	1835	1.300(1)	1890	3.088	1945	18.382(6)
1781	7.723	1836	1.300(1)	1891	1.841	1946	25.292(6)
1782	10.252	1837	1.300(1)	1892	787	1947	28.680(6)

(1) — Dados coligidos de várias publicações estrangeiras sobre viagens e impressões através do Brasil e outras publicações e manuscritos. (2) — Dados constantes da publicação "Mineração e Riquezas Minerais do Brasil", do Dr. Antonio Olinto. (3) — Do ano de 1880 a 1895 só encontramos referências às exportações através do porto da Bahia. (4) — Produção exclusiva da Bahia. (5) — Cifras em gramas deduzidas das exportações registradas em valor. (6) — Exportação em gramas registradas na repartição de "Estatística Econômica e Financeira" do Ministério da Fazenda. As demais cifras não assinaladas foram coletadas das publicações de Eschwege, Henri Gorceix, Castelnau e Pandiá Calogeras. (7) — Cifra do "Mineral Industry".

Fonte: As Pedras Preciosas na Economia Nacional — Gonsalves, Alpheu Diniz
Gráfica Olímpica. 1949 — Pág. 393

PRODUÇÃO DE DIAMANTES DURANTE A REAL EXTRAÇÃO — 1772/1828

Anos	Quilates extraídos	Despesas de extração
1772.....	33.493	433:117\$329
1773.....	50.343	360:714\$233
1774.....	37.083	256:320\$163
1775.....	36.877	264:140\$916
1776.....	37.414	295:607\$091
1777.....	40.517	260:584\$173
1778.....	39.068	248:066\$219
1779.....	39.479	214:760\$652
1780.....	31.947	235:490\$467
1781.....	38.605	239:662\$086
1782.....	51.262	279:816\$394
1783.....	48.117	268:515\$714
1784.....	62.038	266:950\$282
1785.....	37.528	269:676\$202
1786.....	30.677	263:131\$925
1787.....	28.404	260:990\$858
1788.....	28.630	278:448\$122
1789.....	29.557	244:369\$114
1790.....	31.664	236:021\$772
1791.....	28.400	250:008\$030
1792.....	26.184	245:490\$100
1793.....	27.781	250:151\$681
1794.....	33.320	239:412\$474
1795.....	26.031	175:808\$692
1796.....	14.805	75:109\$354
1797.....	11.007	91:069\$992
1798.....	11.082	78:372\$956
1799.....	11.952	72:947\$554
1800.....	12.022	87:859\$443
1801.....	15.719	115:174\$095
1802.....	29.268	115:429\$206
1803.....	28.435	126:292\$582
1804.....	14.892	126:266\$369
1805.....	15.302	128:127\$014
1806.....	18.095	
1807.....	17.517	
1808—1809.....	19.924	131:230\$542
1809—1810.....	16.732	151:408\$020
1810—1811.....	17.925	141:893\$293
1811—1812.....	18.329	145:943\$954
1812—1813.....	15.811	164:708\$101
1813—1814.....	18.558	163:141\$634
1814—1815.....	26.944	
1815—1816.....	22.965	
1816—1817.....	9.213	
1817—1818.....	9.396	
1818—1819.....	10.540	
1819—1820.....	5.920	
1820—1821.....	6.807	
1821—1822.....	7.420	
1822—1823.....	7.275	
1823—1824.....	9.894	
1824—1825.....	6.124	
1825—1826.....	5.361	
1826—1827.....	6.113	
1827—1828.....	3.721	
Total.....	1.319.192	

Fonte: Calógeras, Pandiá—"As Minas do Brasil e Sua Legislação", Imprensa Nacional, 1904—págs. 323/4

CIFRAS REPRESENTATIVAS DA EXPORTAÇÃO DE DIAMANTES DO BRASIL, POR DECÊNIO, E QUE CONTRIBUÍRAM PARA A ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO TOTAL DE DIAMANTES DO BRASIL, APRESENTADA EM TABELA ANEXA

De 1728 a 1737 =	40.000 quilates.
1738 a 1747 =	70.254 "
1748 a 1757 =	94.685 "
1758 a 1767 =	128.077 "
1768 a 1777 =	86.000 "
1778 a 1787 =	81.325 "
1788 a 1797 =	50.416 "
1798 a 1807 =	34.757 "
1808 a 1817 =	35.169 "
1818 a 1827 =	13.834 "
1828 a 1837 =	13.000 "
1838 a 1847 =	50.000 "
1848 a 1857 =	310.925 "
1858 a 1867 =	380.000 "
1868 a 1877 =	178.487 "
1878 a 1887 =	131.859 "
1888 a 1897 =	23.682 "
1898 a 1907 =	33.000 "
1908 a 1917 =	23.682 "
1918 a 1927 =	251.812 "
1928 a 1937 =	102.235 "
1938 a 1947 =	1.818.015 "

Fonte: As Pedras Preciosas na Economia Nacional. Gonsalves, Alpheu Diniz
1949. pág 382

O total exportado entre 1729 e 1801 está avaliado em 3.000.000 de quilates, cerca de £ 9.000.000.¹ Não será exagerado calcular em cerca de £ 10.000.000 a produção bruta de diamantes, no período colonial.

Nas zonas diamantíferas, os regimes de trabalho, o fiscal e o administrativo, eram por demais severos. Sendo o produto de fácil contrabando, o controle era rigorosíssimo, sendo freqüentes os purgantes ministrados aos trabalhadores, que se desconfiava haverem ingerido alguma pedra preciosa, assim como os confiscos e penalidades impostas aos contraventores da lei.

- (1) CALLOGERAS fornece os seguintes números relativos à extração de diamantes:
Período dos contratos (1740—1771)..... 1.666.569 quilates
Real extração (1772—1828)..... 1.319.192 "

Total.....2.985.761 quilates

JOÃO LÚCIO AZEVEDO, EM *Épocas de Portugal Económico*, assim discrimina:
Exportação de diamantes:

1728—33, extração livre (?).....	300.000 quilates
1734—39, proibição (?).....	50.000 "
1740—71, contrato.....	1.666.569 "
1772—1801, administração do Estado.....	935.287 "
Contrabando (?).....	48.144 "

3.000.000 quilates

a 10\$000 réis o quilate: 30 mil contos, ou £ 9.179.926 (a 3\$268 réis a libra, câmbio de 73½).

De que viriam à Coroa:

1730—34, capitação, a 2.500 homens: 20\$000 réis, média de 10. 20 e 25\$000 réis.....	Rs. 250:000\$000
1740—47, contrato, 8 anos a 138 contos.....	Rs. 1.104:000\$000
1748—sem renda, por não haver arrematado.	
1749—52, contrato, 4 anos a 132 contos.....	Rs. 528:000\$000
1753—71, dito, 9 anos a 144 contos.....	Rs. 1.296:000\$000
1772—1800, lucro verificado.....	Rs. 1.862:000\$000

Soma..... Rs. 5.040:000\$000

Era expressamente vedada a entrada de advogados profissionais nas regiões mineradoras, nas quais nem mesmo podiam habitar os bacharéis formados.

“É realmente um capítulo de aventura, coragem e dor, esse da luta da administração diamantina e dos defraudadores desta. Alguns destes heróis do descaminho até hoje são lembrados no antigo Distrito Diamantino, e sua memória é respeitada. Isidoro, o mais célebre deles, morreu de torturas e de sofrimentos, prisioneiro, e sem revelar o segredo das lavras ricas onde costumava garimpar”.

“No período colonial, além de Minas, a Bahia também havia fornecido diamantes; aí, entretanto, o governo, mandara fechar as minas. Delas se perdera a memória, até que em 1822, Spix e Martius tornaram a achar as jazidas do Sincorá. Em curto prazo, toda a Chapada Diamantina revelou suas prodigiosas riquezas em gemas; novos “placers” foram encontrados.

De Mato Grosso e Goiás, sabia-se que alguns rios eram diamantíferos. Minas, do mesmo modo, mostrou possuir novos descobertos, além dos já tradicionais. Em várias zonas, em São Paulo e no Paraná, entre outras, pequenas manchas se foram manifestando com escassa capacidade de produzir pedras preciosas.

Hoje em dia, os centros principais são Minas, Bahia e Mato Grosso, divulgando largas possibilidades futuras nesse ramo de indústria mineira”.

“Até o fim do século XVIII e o começo do seguinte, Minas forneceu quase três milhões de quilates, ou cerca de 615 quilogramas, diz Wappaeus, entre pedras legalmente extraídas e as do garimpo escuso. Tal cômputo abrange os algarismos até 1832, ano da extinção da Real Extração e da liberdade de minerar diamante.

Para dar idéia da potencialidade dessa mineração, acrescentemos estatísticas de 1832 até hoje. Calcula-se que haja crescido o peso total da extração a 4.000 quilos, ou 3.400 acima do total de 1832. Carbonados, em grande cópia, têm sido exportados pela Bahia.

Tais produções, contudo, são recentes. Nos tempos coloniais, só Minas contava para o diamante”.²⁸



Lavagem dos Diamantes em Curralinho, MG (Von Meier)

PEQUENO LEVANTAMENTO DO SÉCULO XVI AO XX DA LEGISLAÇÃO SOBRE A MINERAÇÃO NO BRASIL

1554 — 26 de agosto — data do mais antigo documento colonial legislativo sobre as minas, depois das cartas de donatários, os FORAIS. Em virtude destes a Coroa outorgava à Capitania da Bahia os seus direitos sobre as riquezas minerais no território desta Capitania.

1559 — Alvará de 07 de setembro — nomeia o Provedor Braz Cubas e o mineirador Luiz Martins para verificarem existência de ouro no Brasil.

1601 — Bando de 11 de fevereiro — publicado na Capitania de São Vicente, estabelece o pagamento do Quinto Real do Ouro.

1603 — 15 de agosto — Primeiro Regimento sobre minerais, que não chegou a ser posto em prática.

1618 — Alvará de 08 de agosto estabelece o direito do quinto do ouro.

1618 — 18 de agosto — Primeiro regimento sobre a mineração.

1644 — 07 de junho — Regimento para as Repartições das minas de sal.

1694 — Carta Régia promete honras e riquezas aos descobridores de minas de ouro.

1702 — Regimento dos Superintendentes, Guardas-Mores e Oficiais Deputados para as Minas.

1702 — Cartas Régias explicativas do Regimento de 1702.

1703 — Carta Régia de 09 de maio — cria, em Santos, Casa de Registro do Ouro (que funcionaria junto com a dos quintos).

1704 — Carta Régia de 07 de fevereiro — substitui as Casas de Fundição de Parati e Santos e ordena a extinção de todas as demais oficinas.

1707 — Carta Régia de 28 de fevereiro determinava que os estrangeiros fossem mandados sair do Brasil.

1711 — Bando de 22 de julho trata do Imposto de Entrada dos escravos nas minas.

1713 — Carta Régia proíbe os clérigos de irem à área mineira.

1715 — Bando de 03 de fevereiro fixa a imposição de se pagar oitava e meia de ouro para cada carga de fazenda seca entrada nas minas.

1716 — 23 de junho — Alvará publicado impõe o direito de duas oitavas para cada escravo ou escrava, que entrasse para as minas pela 1.^a vez, além de determinar que as Câmaras poriam registros nos caminhos para a cobrança do imposto.

1719 — Lei de 11 de fevereiro cessa a contribuição de 25 arrobas de ouro e estabelece a cobrança dos quintos, pelo sistema das casas de fundição.

1720 — Regimento das Águas, de 24 de fevereiro, de D. João V.

1720 — Alvará de 20 de março — Determinou que o ouro originário do Brasil, em barra ou folheta, sem ser registrado, seja confiscado.

1720 — Revolta em Vila Rica contra o estabelecimento das Casas de fundição.

1720 — Termo de 02 de julho — O Governador de Minas, forçado pelos amotinados, aceita 15 condições impostas por estes, em Vila Rica, entre as quais não funcionar Casa de Fundição.

1720 — Alvará de 02 de dezembro, de D. João V, formaliza o desmembramento do Território de São Paulo do de Minas (área mineira).

1722 — 14 de outubro — Ofício de D. Lourenço de Almeida autoriza construção da Casa de Contas (ou dos Contos) em Vila Rica — MG.

1727 — Carta Régia de 05 de janeiro. Cria Casa de Fundição de Jacobina, BA.

1727 — Bando de 29 de fevereiro, do Governador de Cuiabá, anuncia a Ordem Régia proibindo o trabalho de ourives e mandando quintar o ouro dessas minas (Cuiabá) na Casa de Fundição de São Paulo.

1729 — Primeiro documento considerado oficial sobre existência de diamantes no Brasil: a carta de D. Lourenço de Almeida a D. João VI.

1730 — Carta Régia de 09 de fevereiro dá amplos poderes ao Governador Dom Lourenço para providências e exploração dos diamantes.

1730 — Regimento de 27 de julho regula os negócios dos diamantes.

1731 — Decreto de 26 de março ordena ao Ouvidor da Vila do Príncipe que despeje todas as pessoas da área diamantina e fecha as lavras.

1732 — Bando de 22 de abril desimpede as lavras diamantinas.

1733 — Alvará de 27 de outubro — Em que se proibiu abertura de novos caminhos, ou picadas, para as minas já descobertas ou se descobrirem.

1733 — Bando de 02 de dezembro do Conde das Galvêas determina melhor conduta social na área dos diamantes.

1734 — Bando de 19 de julho — Proíbe toda a mineração de diamantes no distrito demarcado.

1734 — Alvará de 24 de dezembro — Reserva para a Coroa as Pedras preciosas de peso superior a 20 quilates.

1735 — Edital de 26 de fevereiro de Gomes Freire de Andrade, menciona as ordens Régias que lhe determinavam participasse ao Vice-Rei o novo método para cobrança (capitação).

1735 — Alvará de 11 de agosto — estabelece o monopólio de comércio de diamantes pelo Estado.

1750 — Alvará com o qual foi abolida a Capitação (todos contribuíam para pagar os quintos) e se estabeleceu outro método para os impostos a serem pagos.

1750 — Lei de 03 de dezembro manda restabelecer as Intendências e Casas de Fundição.

1751 — Regimento de 04 de março, de D. José I, para o funcionamento das Casas de Fundição.

1752 — Carta Régia isenta de penhora por dívida possuidores de mais de 30 escravos (Lei da "Trintena").

1752 — Carta Régia de 03 de dezembro. Cria a Casa de Fundição do Arraial de São Félix.

1753 — 11 de agosto — Lei mais rigorosa contra o contrabando, em cujo preâmbulo o rei promete tomar o contrato dos diamantes sob sua imediata proteção (ao tempo do Marquês de Pombal).

1756 — Alvará de 29 de outubro, do Marquês de Pombal, proibiu a emigração de portugueses para minas do Brasil.

1757 — 10 de maio — Decreto desmembra a Vila de Minas Novas do Fanado, na Capitania da Bahia e a úni à Comarca do Serro Frio (Intendência dos Dimantes do Tijuco).

1761 — 22 de dezembro — Lei abole o ofício de Contador-mor, Presidente da Casa dos Contos.

1766 — 30 de julho — Carta Régia determina fechamento das lojas dos mestres ourives, para evitar sonegação do quinto.

1771 — Decreto de 12 de julho — Cria em Lisboa uma junta de 3 membros, sob a inspeção do Marquês de Pombal, para tratar do comércio de diamantes.

1771 — Decreto de 12 de julho — Cria o Regimento Dimantino, regulamentado a 02 de agosto do mesmo ano. Esse Regimento vigiu durante meio século ("Livro da Capa Verde").

1772 — 06 de janeiro — Publicado, no Tijuco, o Regimento Diamantino.

1772 — Decreto de 17 de fevereiro determinou que o emprego de Fiscal só poderia ser concedido a "homem letrado, de imediata nomeação

do rei". No Distrito Diamantino o fiscal gozava de todas as atribuições conferidas ao Procurador da Fazenda.

1772 — Alvará de 23 de maio, cria o lugar de Fiscal dos terrenos diamantinos.

1785 — 5 de janeiro — Alvará endereçado ao Vice-Rei do Estado do Brasil, extingue todas as manufaturas de ouro, prata, etc.

1789 — Portaria, de 03 de março, da Junta da Reay Fazenda de Minas Gerais declara o contratante Joaquim Silvério dos Reis "dolo, fraudulento e falsificador".

1790 — Carta Régia de 15 de outubro. Agraciou com a real clemência dez dos onze inconfidentes condenados à morte.

1801 — Carta Régia de 26 de outubro autoriza o delator Joaquim Silvério dos Reis a trasladar-se para Portugal.

1803 — Alvará de 13 de maio — Reduziu o imposto do quinto ao décimo.

1803 — 13 de maio — Lei estabelece em todas as lavras e vilas, casas de permuta para todo o ouro dos mineiros de profissão.

1808 — 1.º de abril — Alvará do príncipe D. João revoga o de 05 de janeiro de 1785.

1808 — Decreto de 13 de maio — Cria a Real Fábrica de Pólvora de Minas Gerais.

1808 — Alvará de 1.º de setembro sobre a circulação da moeda de ouro, prata, em todas as capitanias; proíbe a circulação do ouro em pó como moeda.

1808 — Alvará de 12 de outubro — Autoriza circulação na Província de Minas dos pesos espanhóis, depois de marcados, sobre o troco do ouro em pó.

1808 — Carta Régia de 24 de novembro — promove isenção de impostos por dez anos para o ferro a ser produzido.

1809 — Alvará de 18 de janeiro — Recomenda a isenção do recrutamento militar para os mineradores e outras atividades.

1810 — Carta Régia de 04 de dezembro autoriza a fundação da fábrica de ferro Ipanema, SP.

1811 — Alvará de 1.º de março — Cria a Real Junta da Fazenda dos arsenais, fábricas e fundições. Carta Régia, 30 de agosto, sobre o estabelecimento de uma fábrica de ferro em Congonhas do Campo.

1811 — 05 de setembro — Carta Régia determina subscrição para estabelecer uma fábrica de ferro em Minas Gerais.

1811 — Carta Régia de 25 de setembro. Dá providência para a fiscalização do quinto do ouro em pó na Capitania de Minas Gerias.

1811 — Alvará de 1.º de outubro. Recomenda o estabelecimento de companhias para trabalharem regularmente e com máquinas apropriadas nas minas de ouro.

1813 — Alvará generaliza isenção por dívidas dos mineiros, inclusive para com a Fazenda Real.

1815 — Alvará de 07 de setembro — Dá providências para coibir o giro de falsos Bilhetes de Permuta do OURO, em Minas.

1816 — Alvará de 04 de janeiro — Para construir uma estrada ligando a Fábrica de Ferro do Pilar à Borda d'água, no Rio Doce.

1816 — Carta Régia, de 16 de janeiro. Aprova a companhia de mineração de Cuiabá e cria fábrica de ferro nessa Capitania.

1817 — Carta Régia faz restrições na propriedade absoluta da Corôa sobre as minas.

1817 — Carta Régia — Autoriza formação de sociedades por ações para exploração das jazidas e dá estatutos.

1818 — 04 de julho — Decreto cria no Banco do Brasil uma Caixa para a compra de ouro e prata.

1818 — Carta Régia de 02 de setembro — Trata de Caixas filiais do Banco do Brasil para o Comércio do ouro em pó.

1819 — Decreto de 1.º de setembro determina o fechamento da Casa de Fundação de São Paulo.

1831 — 13 de outubro — O Arraial do Tijucu é elevado à categoria de Vila.

1832 — Lei, de 25 de outubro, sobre os terrenos diamantinos, confirmando, entre outros preceitos: "Os terrenos diamantinos atualmente reconhecidos como taes na Provincia de Minas Geraes, ou para o futuro nela se descubram, continuam a ser do dominio da nação". (P. C., v. III, pág. 51).

1838 — 06 de março — Decreto eleva a Vila Diamantina à categoria de Cidade.

1845 — Lei 374, de 24 de setembro. Confirma a doutrina dominical sobre as jazidas diamantinas que pertencentes outrora à Coroa passaram à nação pelos mesmos títulos exarados na antiga legislação portuguesa. (P. C., v. III, pág. 34).

1850 — 18 de dezembro — Lei assegura a situação do minerador como dono do terreno da lavra, na qualidade de posseiro.

1868 — Aviso 399, de 24 de setembro. Declara pertencerem ao domínio nacional os terrenos diamantinos e as minas. (E. R. B., vol. I, pág. 296).

1890 — 29 de março — Decreto n.º 288 — Torna intransferíveis as concessões de lavras de minas e de exploração de terrenos minerais.

1921 — Lei 4.265 de 15 de janeiro — abrange toda legislação mineira. Considerada o primeiro Código mineiro republicano.

1932 — 16 de novembro — Decreto 22.096 focaliza situação dos operários das minas, referente à assistência e previdência social.

1933 — Decreto 23.253 de 04 de dezembro — determina que o Banco do Brasil assuma o encargo de adquirir todo o ouro extraído no país, por conta do Tesouro Nacional.

1938 — Decreto de 08 de junho, aprova a Convenção relativa ao emprego de mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas, firmada em Genebra, em julho de 1935, com adesão do Brasil (D.O. 13-06-38).

1938 — Decreto 965, de 20 de dezembro. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto.

1940 — Decreto-lei 1.985, de 29 de janeiro, o qual se constituiu no Código de Minas.

1940 — Decreto-lei 2.054, de 04 de março, cria a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional.

1940 — Decreto-lei 2.666, de 03 de outubro — Cria o Conselho Nacional de Minas.

1940 — Decreto 2.667, de 03 de outubro — Trata da aplicação industrial do Carvão.

1941 — Decreto-lei 3.002, de 30 de janeiro. Cria a Companhia Siderúrgica Nacional, constituída em 09-04-41.

1941 — Decret-lei 3.605, de 10 de setembro — Reserva ao consumo interno a produção carborífera de Santa Catarina.

1942 — Decret-lei 4.087, de 4 de fevereiro. Dispõe sobre a Fiscalização do Serviço de Pedras Preciosas e dá outras providências.

1943 — Decreto 14.082, de 25 de novembro. Autoriza a venda de pedras preciosas e de produtos de importância estratégica pertencentes a súditos do *Eixo* aos quais foram canceladas as licenças para comprar e exportar os ditos produtos.

1945 — Decreto 7.841, de 08 de agosto, cria o Código de Águas Minerais.

1951 — Lei 1.310, de 15 de janeiro — Cria o Conselho Nacional de Pesquisas.

1953 — Lei 1886 — Cria o Plano do Carvão Mineral.

1964 — Lei 4.425 — de 08-10-64 — Cria o Imposto Único sobre os Minerais do País, sua arrecadação.

1964 — Lei 4.506 de 30 de novembro — Proporciona incentivos à pesquisa mineral. As empresas podem deduzir “o custo das pesquisas minerais, se o contribuinte optar pela sua capitalização”.

1965 — Decreto 55.928, de 14-04-65, aprova o Regulamento do Imposto Único sobre os Minerais do País.

1965 — Lei 4.897 de 09 de dezembro. Declara Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, patrono Cívico da Nação Brasileira.

1967 — Decreto-lei 227, altera a Lei 4.425, de 08-10-64 (Imposto Único sobre Minerais do País).

1968 — Decreto 62.934, de 02 de julho — Regulamenta o Código de Mineração.

1968 — Decreto 62.981 altera o Regulamento do Imposto Único sobre Minerais do País.

1969 — Decreto-lei 664 de 30 de junho — Aprova a Convenção n.º 24, da Organização Internacional do Trabalho, relativa ao exame médico para determinação da aptidão dos adolescentes a emprego em trabalhos subterrâneos nas minas.

1969 — Decreto-lei 764, de 15 de agosto — Autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais.

1969 — Decreto-lei 835 — Regula aplicação dos fundos previstos dos Estados quanto ao Imposto Único sobre Minerais.

1969 — Decreto-lei 1.038 — Estabelece normas relativas ao Imposto Único sobre Minerais.

1970 — Decreto-lei 1.083, de 06 de fevereiro. Dispõe sobre a incidência sobre minerais e concede isenções.

1970 — Decreto-lei 1.101, de 30 de março. Estabelece normas especiais aplicáveis às autorizações de pesquisas de cassiterita em Rondônia.

1970 — Decreto 66.522, de 30 de abril, cria o Programa Federal de Assistência Financeira à Pesquisa Mineral.

1970 — Decreto 66.694 de 11 de junho — Aprova o Regulamento do Imposto Único sobre Minerais.

1972 — Decreto 71.248 de 13 de outubro — Institui incentivos à indústria de mineração e à transformação primária de minerais carentes.

1972 — Lei 5.834 de 05 de dezembro — Institui incentivos para a realização de trabalhos de geologia em jazidas de minerais carentes.

1973 — Decreto-lei 1297 — de 26 de dezembro. Proporciona à Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), participar dos resultados da comercialização de alguns minérios.

1975 — Decreto-lei 1.410 de 31 de julho — concede incentivo fiscal a projetos prioritários à economia nacional.

1975 — Decreto 76.802 de 16 de dezembro — Autoriza a criação da Nuclebrás Auxiliar de Mineração S.A. (NUCLAN), subsidiária da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. (NUCLEBRÁS).

1980 — Decreto-lei 1.813 de 24 de novembro, institui regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás.

1980 — Decreto 85.387 de 24 de novembro, dispõe sobre a composição competência e funcionamento do Conselho Interministerial do Programa Grande Carajás.

1980 — Decreto-lei 1.825 de 22 dezembro, isenta do Imposto sobre a Renda, pelo prazo de 10 anos, os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás.

1982 — Lei 7.085 de 21 de dezembro — Modifica dispositivos do Decreto-lei 227/67 (Código de Mineração).

BIBLIOGRAFIA

ANTONIL, André João — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. Reprodução fac-similar da edição Princeps de 1711. Indústria Gráfica Brasileira S/A. Recife 1969. 5 p.

ANUÁRIO MINERAL DO BRASIL (1980), DNPM (MME). Rio de Janeiro.

ANUÁRIO MINERAL DO BRASIL (1970), DNPM (MME). Rio de Janeiro IN ENCICLOPÉDIA MIRADOR, Vol. 7, Pág. 3.308.

AZEVEDO, Fernando — *A Cultura Brasileira*, 4.^a Edição. Ed. Universidade de Brasília, 1963. Distrito Federal. P 173 e 174. Ouro Preto. 1980. 16 p.

BEDRAN, Elias — *A Mineração à Luz do Direito Brasileiro* V. I, Editora Alba Ltda. Rio de Janeiro, 1957. 10 p.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1980), órgão da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

BOXER, Charles Ralph — *A Idade do Ouro do Brasil*, 2.^a Ed. (Tradução Nair de Lacerda), Ed. Nacional, S. Paulo. 1969.

BRASIL — 1981 — Comércio Exterior — Banco do Brasil — CACEX — Vol. 1.

BUESCU, Micea — *300 Anos de Inflação*. APEC Editora S/A. Rio de Janeiro, 1973.

CALÓGERAS, Pandiá — *As Minas do Brasil*. Ed. da Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1904.

FURTADO, Celso — *Formação Econômica da América Latina*. 2.^a ed. Cia. Editora S/A, Rio de Janeiro, 1970. 10 p.

FURTADO, Jorge Monteiro — *Dicionário de Assuntos Fiscais Tributários*, Lia Editor S/A. Rio de Janeiro — 1969.

GONSALVES, Alpheu Diniz — *As Pedras Preciosas na Economia Nacional*. Gráfica Olímpica Editora, Rio de Janeiro. 1949. 40 p.

- GOULART, Maurício — *Escravidão Africana no Brasil*. Martins Editora S/A, São Paulo, 1949. 43 p.
- GUEDES, João Alfredo Libânio. *História Administrativa do Brasil*, IV. DASP — Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1962. 8 p.
- JÚNIOR, Augusto de Lima — *História dos Diamantes nas Minas Gerais*. Edições Dois Mundos (Livros de Portugal, Ltda). 1945 — Rio de Janeiro.
- LOPES DE SÁ, Antônio — *Aspectos Contábeis da Inconfidência Mineira*, Ed. Escola de Administração Fazendária — MF — Casa dos Contos. Ouro Preto. 1980, 16 p.
- MACHADO, Aires da Mata — *O Negro e o Garimpo*. 2.^a ed. José Olimpio Editora, Rio de Janeiro, 1943. 15 p.
- MORAES, Walfrido — *Jagunços e Heróis*. Civilização Brasileira S.A. 1963. Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, Tarquínio J. B. de — *Ouro nas Minas Gerais*. Ouro Preto, ESAF, Casa dos Contos, 1976. 6 p.
- PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Vol. 8 — Tomo I, Ministério da Educação e Saúde/Imprensa Nacional, 1948, 10 p.
- RECADO, n. 5.. Museu da Fazenda Federal, Rio de Janeiro. março/1974, 3 p.
- ROMERO, Edgar de Araújo — *Anais do Museu Histórico Nacional*. Vol. III — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional. 1942, 20 p.
- Revista "Casa da Moeda" — Ano II. n. 9. maio-junho/1948 8 p.
- SANTOS, Joaquim Felício dos — *Memórias do Distrito Diamantino*. 4.^a ed. Itatiaia Editora Ltda, Belo Horizonte, 1976, 20 p.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane — *História Econômica do Brasil*. 3.^a ed., Editora Nacional, São Paulo, 1957. 10 p.
- TAPAJÓS, Vicente & BUESCU, Mircea — *História do Desenvolvimento Econômico do Brasil*, 2.^a ed. A Casa do Livro Ltda. Rio de Janeiro, 1969 — págs. 38 — 39.
- VIANNA, Hélio — *História do Brasil*, Vol. II, Melhoramentos, 1972.

Composto e impresso no
Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro - RJ.
— O.S. 24 145 —

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

	138-85	981.03 B823 c2
I	Brasil. Museu da Fazenda Federal	
A	AUTOR	
C	Ciclo da Mineração	
T	TÍTULO	
D	Este livro deve ser devolvido na última data carimbada	

138-85

981.03
B823
c2

Brasil. Museu da Fazenda Federal
Ciclo da mineração

MTS

BOLSO DE LIVROS — DMF. 1.369

ERRATA

- fl. — de rosto — 4^a linha — *onde se lê*
Setor de Documentação
leia-se:
Seção de Documentação
- p. 9 — 2^a linha — *onde se lê:*
Fazenz da
leia-se:
Fazenda
- p. 14 — 26^a linha — *onde se lê:*
constribuiu
leia-se:
contribuiu
- p. 36 — 44^a linha — *onde se lê:*
ou orives
leia-se:
os ourives
- p.40 — 14^a linha — *onde se lê:*
metrópole
leia-se:
Metrópole
- p. 52 — 41^a linha — *onde se lê:*
centros administrativos, social e político,
leia-se:
centros administrativos, sociais e políticos,
- p. 55 — 27^a linha — *onde se lê:*
à folha
leia-se:
às folhas
- p. 58 — 9^a linha — *onde se lê:*
Das janelas que dá
leia-se:
Das janelas as quais dão
- p. 64 — 27^a linha — *onde se lê:*
destelhada caindo a pedaços
leia-se:
destelhadas caindo aos pedaços
33^a linha — *onde se lê:*
mineiras
leia-se:
minas
- p. 73 — 16^a linha — *onde se lê:*
próspera
leia-se:
prósperas
- p. 74 — 6^a linha — *onde se lê:*
João Fernandes de Oliveira associado
leia-se:
João Fernandes de Oliveira, associado
7^a linha — *onde se lê:*
foi seis anos
leia-se:
de seis anos
- p. 75 — 37^a linha — *onde se lê:*
comprá-lo
leia-se:
comprá-los
- p. 79 — 42^a linha — *onde se lê:*
contestam
leia-se:
contentam

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

138-85	981.03 B823 c2
Brasil. Museu da Fazenda Federal	
A	AUTOR
C	Ciclo da Mineração
T	TÍTULO
D	Este livro deve ser devolvido na última data carimbada

138-85

981.03
B823
c2

Brasil. Museu da Fazenda Federal
Ciclo da mineração

MTS

BOLSO DE LIVROS - DMF. 1.369



IMPRESSO NO CENTRO
DE SERVIÇOS GRÁFICOS DO IBGE

9
B
C